DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

ANO XIV **PORTO VELHO-RO, TERÇA-FEIRA, 03 DE JUNHO DE 2025** **Nº 101**

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA ..... Capa

SEC. DE COMPRAS E LICITAÇÕES.....2693

SECRETARIA LEGISLATIVA 2694

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS 2694

SEC. DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO 2707

CORREGEDORIA 2708

TAQUIGRAFIA

4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA – NOVA MAMORÉ.

OBJETIVO: discutir a necessidade de atualização do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia.

EM: 22.05.2025
INÍCIO: 09h22min

PRESIDENTE: SR. ISMAEL CRISPIN

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) – Bom dia. Sejam todos bem-vindos. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, por intermédio da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, atendendo ao Requerimento de nº 1.734 de 2025, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Ismael Crispin, Presidente da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, após aprovação em plenário, realiza Audiência Pública com o objetivo de discutir a necessidade de atualização do zoneamento socioeconômico do Estado de Rondônia.

Convidamos para compor a Mesa desta Audiência Pública, o Excelentíssimo Senhor Deputado Ismael Crispin, proponente desta Audiência Pública e Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Pedimos a todos que ocupem seus lugares, desobstruam os corredores para que possamos ter uma fluidez melhor na nossa Audiência.

Deputado Ismael Crispin, neste momento, fará a composição da Mesa. Por favor, uma salva de palmas ao Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Convido, a Excelentíssima Senhora Deputada Estadual Drª Taíssa, Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Convido ainda, o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Delegado Lucas, membro da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de Rondônia.

Convido o Senhor Caio Cesar Leite Rodrigues, Secretário de Meio Ambiente do Município de Nova Mamoré, neste ato representando o gabinete da Prefeitura Municipal.

Convido o Excelentíssimo Senhor Jair Alves de Oliveira, Vereador da Câmara Municipal de Nova Mamoré.

Senhora Débora Rosa, Engenheira Florestal.

Convido ainda, o Senhor Hueriqui Charles Pereira, Diretor Executivo da Secretaria de Meio Ambiente do Estado, Sedam.

A Mesa pode se assentar.

E, neste momento, o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Ismael Crispin, Presidente da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, fará a abertura desta Audiência Pública.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Invocando a proteção de Deus, e em nome do povo rondoniense,

MESA DIRETORA

Presidente: **ALEX REDANO**
1º Vice-Presidente: **LAERTE GOMES**
2º Vice-Presidente: **ROSÂNGELA DONADON**
1º Secretário: **ALAN QUEIROZ**
2º Secretário: **CÁSSIO GOIS**
3º Secretário: **EDEVALDO NEVES**
4º Secretário: **MARCELO CRUZ**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Ger. de Apoio ao Processo Legislativo - **Miranilde R. do Nascimento Robles**
Div. de Publicações e Anais - **Isabella Lopes de Souza Pinto**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 Porto Velho-RO

ICP Brasil

ISABELLA LOPES DE SOUZA PINTO:04885373557 2025.06.03 19:22:35 -04'00'

VIDE ORIGINAL https://transparencia.al.ro.leg.br/Diario/

declaro aberta esta Audiência Pública com o objetivo de discutir a necessidade de atualização do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia.

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e senhores, estando a Mesa composta, convido a todos para que, em posição de respeito, cantarmos o Hino "Céus de Rondônia" (Letra de Joaquim de Araújo Lima e Música do Dr. José de Mello e Silva).

(Execução do Hino)

Podeis assentar. Já fizemos os agradecimentos às autoridades, mas em nome da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, agradecemos a toda a imprensa presente, agradecemos ainda aos presidentes de associações que estão conosco nesta manhã, agradecemos os funcionários dessa Câmara Municipal por nos receber tão bem desde ontem aqui; agradecemos ainda aos vereadores, à Mesa Diretora pelo espaço cedido em nome do Presidente e Deputado Ismael Crispin, agradecemos pela recepção. E agradecemos ainda a todos vocês que se deslocaram para estar conosco nesta manhã para participar de tão grande evento.

Neste momento, o Deputado Estadual Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Ismael Crispin, conduzirá a presente Audiência Pública.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Senhoras e senhores, muito bom dia a todos. Àqueles que estão dentro do plenário da Câmara Municipal e o pessoal que está lá na tenda também, acompanhando através do telão. Eu estou vendo que tem aqui, acho que umas duas, três cadeiras, me parecem desocupadas aqui, tem muita gente em pé. Se puder acessar aqui para poder sentar, fique muito à vontade.

Primeiro, quero agradecer ao Presidente da Câmara Municipal, que nos cede o espaço e que contribuiu muito para que essa audiência, de fato, pudesse acontecer. Em nome da Assembleia Legislativa, os nossos agradecimentos. Inclusive, aproveito para agradecer o Chefe do Gabinete aqui da Câmara de Nova Mamoré, o Tequinha, que trabalhou muito. A gente sabe o quanto dá trabalho esse movimento político, de Audiência Pública, de reunião de pessoas, quando você aglomera muita gente, uma logística muito forte. Então, Tequinha, em nome da Assembleia Legislativa, nós queremos te agradecer.

Agradeço ao Presidente da Assembleia Legislativa, mais uma vez. Sem essa parceria é impossível você fazer todo esse movimento que nós estamos fazendo no Estado de Rondônia. Essa é a nossa 4ª Audiência Pública, tratando desse tema. É uma logística muito grande, são muitos servidores, nós precisamos reconhecer aqui a boa vontade e o esforço do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, Deputado Alex Redano.

Cumprimentar aqui as autoridades que estão comigo na Mesa de Honra. Nós vamos adotar a dinâmica que temos feito nas demais Audiências Públicas. Primeiro, nós vamos ouvir os nossos técnicos; depois, ouvir a comunidade; e aí, ao final, será o momento da fala das autoridades.

Então, agradeço, por demais, em especial, ao Deputado Delegado Lucas Torres, nosso grande parceiro nesse debate; e a nossa deputada, que é prata da casa, que é aqui da região, Deputada Drª Taíssa. Eles têm sido parceiros nossos, nesse debate que interessa a todos no Estado de Rondônia.

Está presente aqui o Victor Paiva, que representa as Aprosoja/RO, muito obrigado. É um dos diretores executivos. O Gabriel Felipe, da Emater de Jacinópolis, importante aqui a presença.

O Antônio Cristimar, representando a Associação de Pecuaristas; obrigado por estar aqui.

O Miguel Nunes Neto, Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais, também seja muito bem-vindo. Obrigado pela presença.

A Vereadora Cordélia Santana, do Município de Guajará-Mirim. E o Antônio Henrique, representando a Igreja Assembleia de Deus. Que bacana.

Eu vi aqui, os vereadores de Guajará-Mirim, de que já foram feitos os registros de presença; nosso prefeito também de Guajará-Mirim.

Então, vamos só aos esclarecimentos aqui. A dinâmica, eu falei, o modo que nós vamos trabalhar juntos aqui hoje. E eu quero, antes de a gente iniciar, dizer aos senhores que todos nós estamos no mesmo propósito. Nós precisamos ter muita tranquilidade para esse momento. Todos nós somos, mesmo aqueles que não de nascimento, mas o são de coração; todos nós somos rondonienses.

Se é uma diversidade que nós estamos enfrentando, nós estamos enfrentando juntos. Aqui não tem grupo de amigos e inimigos. Aqui nós temos um propósito só: o cuidado com a sustentabilidade do Estado de Rondônia e a nossa grande preocupação com esse Estado, do ponto de vista do desenvolvimento, sabendo que Rondônia é um Estado de atividade primária.

Então, todos nós aqui estamos justamente no mesmo barco. Para a coisa dar certo, nós precisamos remar para o mesmo lado. A gente precisa sincronizar os nossos remos e remar para o mesmo lado para a gente conseguir avançar. É claro que alguns de nós têm dores um pouco mais fortes do que outros. Essa também é uma realidade e a gente precisa compreender isso.

E aproveitamos a oportunidade que o Governo do Estado de Rondônia, e aqui eu preciso destacar isso também, o Governador Coronel Marcos Rocha, quando nós conversamos com ele da necessidade de trazer de volta esse tema ao debate, ele de pronto acordou. E uma das coisas que ele nos pediu, e por isso que a Sedam está aqui, um dos diretores da Sedam está aqui, no caso o Hueriqui, depois vai falar com vocês. É uma determinação do Governo do Estado de Rondônia.

O Governador Coronel Marcos Rocha disse: "Olha, nós temos a necessidade de fazer essa atualização. No entanto, nós precisamos ouvir a comunidade." E

é por isso que nós estamos fazendo esse grande trabalho. Então, pontuo aqui, agradeço o empenho do nosso Governador Coronel Marcos Rocha. Entendendo, olha, é mais um que está dentro do mesmo barco. Porque se a gente não cuidar, se a gente não equalizar essa situação, nós estamos fadados ao fracasso. E todo mundo sabe disso.

Então, às vezes, quando nós estamos em ambientes como esse, alguns com os ânimos um pouco mais exaltados, dá um sentimento que ele está em uma guerra com o adversário. E aqui não tem adversário. Nós estamos todos no mesmo barco. Então, nós queremos ouvir vocês. A Assembleia Legislativa está fazendo o papel aqui de mais ouvir, de colher informações para subsidiar, para ajudar, para entender, para no momento adequado, que é o momento do debate da mensagem, da proposta de lei proposta pelo governo, a gente estar com as informações necessárias para dizer: "olha, essa informação aqui não procede; e essa, sim, procede".

Então, a Assembleia Legislativa está aqui no papel mais de ouvinte do que de poder falar, está bom? Muito obrigado pelo espaço e a gente trazer esses esclarecimentos.

E eu quero combinar outra coisa aqui com vocês. Quem está lá no telão, lá nas tendas e que quer ter direito à fala, enquanto a Doutora Débora vai fazer o uso da fala aqui, vai trazer alguns esclarecimentos, e depois o Doutor Hueriqui, é o momento da inscrição para a fala, gente. Nós também precisamos equalizar isso. Então, eu quero fazer um contrato com vocês.

Vejam, enquanto a Doutora Débora e o Hueriqui vão falar, é o momento da inscrição daqueles que têm interesse de falar, fazer uso da fala. O nosso Cerimonial está aí, está aqui a Jaqueline, lá no fundo, na entrada, tem mais gente. Então, procure essas meninas, dê o seu nome para poder fazer o uso da fala. Por que eu estou falando com vocês desse contrato? Porque depois que eu terminar a nominata daqueles que se inscreveram no tempo hábil, eu não vou abrir mais fala, porque senão eu passo o dia inteiro aqui. Começa a remanescer coisa, lembrar do sobrinho, do neto e tal, aí eu passo o dia inteiro. Então, a gente precisa estabelecer uma regra.

A regra é essa: enquanto a Doutora Débora e o Doutor Hueriqui vão estar fazendo uso da fala, se inscrevam. Nós estamos com tempo, queremos ouvir aqueles que estiverem inscritos, está bom? Mas, depois que terminou a nominata, daí não, porque daí vocês complicam também a minha vida, que eu preciso ouvir meus colegas, certo? Então, nós temos um contrato.

E neste momento, para poder ganharmos tempo, eu convido para o uso da fala a engenheira florestal Débora Rosa, que tem sido uma grande parceira nossa, nessa caminhada. Ela vai trazer alguns esclarecimentos em relação aos estudos que foram realizados para aquela proposta, que é outra coisa que a gente precisa deixar claro aqui, Deputado Delegado Lucas, para aquela proposta que foi vetada em 2021.

E nós fazemos uma mea culpa em nome da Assembleia Legislativa. E talvez hoje nós estejamos mais maduros para esse debate. Lá naquele momento, em 2020, quando o governo aporta a Mensagem, em 2021, quando a Assembleia vota, talvez no anseio de atender mais do que era possível, a Assembleia desconfigura o projeto. Quando ela desconfigura o projeto, o governo não teve outra alternativa a não ser vetar na integralidade e a gente ter alguma coisa. O que era alguma coisa? A lei de 2000.

Agora nós estamos, a meu sentir, mais maduros, conversando com a comunidade para a gente construir, todos juntos, governo, Assembleia e a comunidade. Então, a Doutora Débora traz alguns esclarecimentos dos estudos realizados para aquela proposta, que é isso que a gente está tentando trazer de maneira econômica e célere para o Estado de Rondônia. Com a palavra, Doutora Débora Rosa.

A SRA. DÉBORA ROSA DA SILVA DO CARMO – Bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar a Mesa, em nome do Deputado Ismael Crispin.

Primeiramente, gostaria de agradecer pelo espaço de estar aqui, podendo esclarecer muitas questões referentes ao Zoneamento e para que os produtores rurais possam entender o motivo da importância de uma atualização do nosso zoneamento. Vou só aguardar o pessoal disponibilizar a apresentação aqui para ficar mais fácil o entendimento para todos.

(Apresentação de imagens)

Essa apresentação, eu vou esclarecer primeiramente um histórico do nosso zoneamento. O Estado de Rondônia teve um primeiro zoneamento em 1988, quando teve como base o Planafloro (Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia), que foi um projeto que tinha várias definições de caracterização do nosso Estado.

Nessa época de 1988, se viu a necessidade de fazer o primeiro zoneamento porque o nosso Estado tinha passado por um grande avanço de ocupação. Então, tinha tido alguns programas incentivando a ocupação do nosso Estado e se viu a necessidade de ordenar esse crescimento para que o Estado continuasse crescendo, mas se tivesse tanto a questão do crescimento econômico, como também a conservação dos recursos naturais.

Então, foi um zoneamento que foi baseado no Planafloro, que tinha como objetivo o ordenamento da ocupação com critérios mais sustentáveis. Então, se teve a delimitação de como era a nossa situação fundiária na época, projetos de colonização, aptidão agrícola do nosso Estado, onde que se tinha maior cobertura vegetal, as áreas onde já se tinham unidades de conservação existentes. E todo esse estudo realizado em 1988, já tinha como base alguns dados de imagem de satélite e do Projeto Radam Brasil, que foi de 1978.

Esse primeiro zoneamento foi denominado como macrozoneamento, que tinha uma escala de 1:1.000.000.000, dividiu o nosso Estado em seis zonas e algumas subzonas. Foi inicialmente aprovado por um Decreto Estadual 3.782 em 1988, e depois ele passou a ser aprovado pela Lei Complementar 052, em 1991.

Então, as seis zonas identificavam: intensificação de exploração agropecuária - nessa parte em marrom mais escuro -, existiam os pequenos núcleos de produtores em coletividade, essa parte de marrom mais claro; área ribeirinha, ali próximo a Porto Velho; áreas extrativistas; áreas destinadas para manejo florestal e áreas destinadas para conservação e preservação, que eram as unidades de conservação já existentes.

Doze anos depois, o Estado passou por um novo estudo referente ao nosso zoneamento. E esse novo estudo, já teve um detalhamento muito maior a respeito da nossa capacidade ambiental, planejamento de intervenção das políticas públicas e privadas para o nosso Estado. Foi um zoneamento que já demonstrou um maior detalhe de riquezas para o nosso Estado.

Então, se tinha dados de geologia; climatologia; recursos hídricos - onde se teve a delimitação de todas as nossas bacias hidrográficas -, climatologia; a existência de vários tipos de florestas no nosso Estado e de cerrado, e também, teve uma maior caracterização da nossa fauna, dividindo a fauna de todo o nosso Estado em cinco zonas.

Então, houve também detalhamento quanto ao uso e ocupação do solo; quais eram as regiões que tinham maior ocupação; maior incidência populacional; quais eram os tipos de uso nessas localidades. E se fez uma delimitação de toda a infraestrutura e vulnerabilidade ambiental. E esse zoneamento de 2000, que é o que nós temos vigente até hoje, ele já veio, como eu expliquei inicialmente, no detalhamento muito maior. Então, aquele que era de 1:1.000.000.000, esse foi na escala de 1:250.000,00 e 1:100.000,00. Já veio reduzindo as zonas de 6 - que era no primeiro, para 3 -, e algumas subzonas.

Foi aprovado pela Lei Complementar 233, de 2000, e depois, teve uma retificação na Lei Complementar 312, de 2005. É bem interessante porque o nosso zoneamento em 2000, foi o primeiro, no Brasil, a ser aprovado. Então, ele foi o primeiro zoneamento a ser analisado pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente. Por ter sido um zoneamento muito bem elaborado, muito bem escrito e detalhado, ele já foi o primeiro zoneamento do Brasil a ser aprovado.

É o que nós temos vigente até hoje, é o zoneamento de 2000. Como que ele se divide? Como eu disse, em três zonas. A primeira zona é a Zona 1, que se subdivide em quatro subzonas. Essa Zona 1 são todas essas marcações em amarelo, onde o uso nesses locais é principalmente agropecuário, agroflorestal e florestal. Essas regiões onde foi delimitado Zona 1 tinham um quantitativo de população desde alto a baixo. Mas, em todos os casos, havia uso do solo.

E, nessa zona, todas as propriedades que estão inclusas nela podem ter conversão de vegetação. Através de, claro, licenciamento, fazendo tudo bem regular, é possível converter uma quantidade de floresta para uso alternativo do solo, ou seja, para a pecuária, para a agricultura, para a piscicultura. Então, ela permite esse uso.

Segundo a lei, essa zona equivale a 50,45% da área total do nosso Estado. Perguntaram assim: "Mas, qual era a diferença das subzonas da Zona 1?" Na época, a legislação definiu cada subzona conforme o grau de uso que a propriedade podia ter. Digamos, propriedades que estavam inseridas dentro da Zona 1.1, poderiam manter somente até 20% da sua vegetação e utilizar 80% do imóvel. Quem estava em Zona 1.2 teria que preservar pelo menos 40% da sua área de vegetação; Zona 1.3, 70%; e Zona 1.4, 80%.

No entanto, a gente está falando que o nosso zoneamento foi aprovado no ano de 2000. E em 2001, houve essa Medida Provisória que alterou o Código Florestal e passa a dar outras exigências de reserva legal. Então, os imóveis que estavam em floresta tinham que manter 80% da vegetação e os imóveis que tinham cerrado, como aqui no Estado tem cerrado, teriam que manter pelo menos 35% da sua vegetação original.

A Zona 2, que é a segunda zona do zoneamento vigente, já é caracterizado com duas subzonas: 2.1 e 2.2. Tem uma ocupação bem baixa, quase não existia população nos anos de 2000, lá. Era uma zona totalmente destinada para uso e conservação dos recursos naturais. Então, quais eram os usos que se poderia ter para aqueles proprietários que tinham imóveis nessa zona? Manejo sustentável, com finalidade madeireira e não madeireira, digamos: pesca, ecoturismo, pesquisa científica; já eram áreas destinadas para esse tipo de atividade.

Às propriedades que tinham uso, no ano de 2000 e até 2008, foi permitida a manutenção do uso existente na época. "Ah, eu tinha 100 hectares abertos na minha propriedade e está em Zona 2.". Poderia continuar utilizando quem já tinha isso aberto em 2008. No entanto, não poderia expandir para novas áreas abertas, porque essa zona limita e é voltada totalmente para a conservação dos recursos naturais. Então, não se podia ter expansão de área aberta, só a utilização do que já existia até 2008. E essa zona equivale a aproximadamente 14,60% da área total do nosso Estado.

Para exemplificar melhor: se o produtor rural tem um imóvel hoje em Zona 2 e ele tem 100% de vegetação nativa, ele não pode suprimir dentro desse imóvel. Ele pode fazer manejo florestal, pode fazer coleta de produtos não madeireiros. No entanto, ele não pode abrir para ter uma segunda atividade que não sejam essas voltadas para a conservação. E o mesmo segue tanto para a floresta como para as áreas de cerrado também.

E a última zona que é vigente no nosso zoneamento de 2000 é a Zona 3, que é subdividida em três subzonas: 3.1, 3.2 e 3.3. São aquelas áreas destinadas a unidades de conservação, terras indígenas. Então, são áreas institucionais que a gente denomina, e que tem o seu uso totalmente voltado para a conservação dos recursos naturais.

Essas áreas só podem ser utilizadas se estiverem dentro do projeto da instituição, ou seja, nós temos

das terras indígenas, como gestora a Funai; das unidades de conservação federal, o ICMBio; e das estaduais, a Sedam. E essa zona equivale a cerca de 34,95% da área total do nosso Estado.

Só para os senhores terem uma noção, 3.1 seria a Resex do Rio Pacaás Novos, aqui próximo; 3.2 seria a Floresta Nacional de Jacundá, na região ali do Candeias, pegando Candeias e Porto Velho; e na região que seria 3.3, a terra indígena Karipuna, aqui em Nova Mamoré.

Então, o zoneamento aprovado que nós temos hoje, que é o zoneamento de 2000, define o nosso Estado dessa forma: Zona 1, praticamente 50%; Zona 2, 14%; e Zona 3, 35%. E cerca de 1% são áreas destinadas aos núcleos urbanos e espelhos d'águas.

Após essa aprovação, se passaram alguns anos. E 15 anos depois houve a necessidade de novamente atualizar essa ferramenta. Então, nós tivemos o primeiro em 1988, depois em 2000, e em 2015 se viu a necessidade novamente de atualizar essa ferramenta. E o que o Estado fez? Ele contratou uma empresa de assessoria e consultoria para realizar essa atualização da segunda aproximação do nosso zoneamento.

Essa consultoria realizou os estudos entre 2015 e 2018. Esses estudos foram recebidos por uma comissão da Secretaria Estadual, da Sedam, e a comissão afere que todos os estudos pedidos foram realizados e que estavam entregando exatamente o que estava no edital.

E, com isso, o órgão ambiental criou uma Comissão Estadual de Zoneamento. Essa Comissão foi criada por decreto e tinha vários membros, um presidente, que era o secretário da Sedam e demais membros como: Sepog, Seagri, Idaron, Assembleia Legislativa, representada pela Comissão do Meio Ambiente e Comissão de Agricultura, o ICMBio, o Incra, Serfal, Arom, Fetagro, Faperon, Fiero, OSR e GTA. Todos esses membros se reuniram através dessa Comissão para discutir os dados apresentados pela empresa e algumas sugestões realizadas pela população.

E após quatro reuniões essa Comissão aprovou um Projeto de Lei. Esse Projeto de Lei foi aprovado na última reunião, que ocorreu em 28.05.2020, e teve como objetivo a aprovação do Projeto de Lei, de 6 de outubro de 2006, que foi enviado para a Assembleia Legislativa através da Mensagem 277, no ano de 2020.

E agora, para os senhores compreenderem melhor do que se tratava esse Projeto de Lei, de 6 de outubro de 2020. Trazia uma atualização do nosso zoneamento, tendo uma caracterização do nosso zoneamento em uma escala de 1:250.000. Se manteve três zonas para o nosso zoneamento e algumas subzonas. E era muito parecido com o que já temos vigente. Então, a Zona 1 continuou sendo aquelas áreas consolidadas, que tem bastante intensificação de uso, mas que poderia ter um uso intensificado de modo sustentável. A Zona 2 continuou sendo aquela área que poderia ter usos especiais. E a Zona 3 como áreas institucionais.

Nessa nova proposta de lei, a Zona 1, ao invés de ter quatro subzonas, ela passou a ter três. Então, suprimiu uma subzona. As atividades existentes nessa zona seriam agrícola, pecuária, florestal e industrial.

No ano de 2000, não se tinha essa atividade industrial designada no nosso zoneamento. Nessa proposta de 2020 já apresenta. Devido ao crescimento do Estado, eles acrescentaram nessa zona também como atividade industrial. É uma zona onde se tinha maior densidade de ocupação. A população vive mais na Zona 1, produz mais na Zona 1, e passou a ser aproximadamente 55% do nosso Estado.

Todas essas áreas em amarelo é que se tem a proposta de continuar ou de ser Zona 1. Aqui, trazendo mais para a região, para vocês verem o que isso interferiria nos municípios de Guajará-Mirim, Nova Mamoré, Campo Novo, Buritis, Porto Velho e Candeias do Jamari, nós temos uma reclassificação, primeiro, de Zona 1, onde se tinha quatro subzonas, e agora seria grande parte dos municípios aqui ficariam dentro da zona 1.1 e 1.2. anteriormente, a gente tinha ali 1.3, 1.4, 1.2 e alguns locais só com 1.1. Então, grande parte dos municípios se tornariam 1.1 e 1.2.

Essa atualização não ocorreu somente aqui na região. Tiveram vários pontos do nosso Estado como na região de Machadinho, Cujubim, São Miguem do Guaporé, Corumbiara, Colorado, Vilhena, Pimenta Bueno, Alto Alegre, vários outros municípios passaram por essa atualização e tiveram essa sugestão de redução de zona e de reclassificação.

A Zona 2 proposta pelo Projeto de Lei permanece junto com duas subzonas, 2.1 e 2.2. O uso é voltado para manejo sustentável, não abertura de novas áreas. Passou-se a delimitar essa zona com a mesmas características de área com baixa ocupação de população e passou a ser cerca de 4% do nosso Estado.

Nesse projeto há uma sugestão de alteração de Zona 2 para Zona 1. Então, quais são os locais que se observa alteração: temos aqui Guajará-Mirim, que passa a ser Zona 1, aqui em baixo; Nova Mamoré, nessa região, passa a ser Zona 1; Extrema, Porto Velho alguns pontos, foi atualiza aqui na Gleba Rio Preto; Candeias do Jamari, aquela região que envolve Parque Jequitibá e Jaquirana. Todos esses pontos, em amarelo, seria sugestão de alteração de Zona 2 para Zona 1.

Para os senhores verem melhor. Essa sugestão de alteração de Zona 2 para Zona 1 foi também sugerida para outros locais do nossa Estado. Não só aqui para a região. Podemos ver que em Alto Alegre, em Corumbiara, Cerejeiras, Costa Marques, teve vários outros locais, Machadinho, Cujubim que tiveram essa solicitação de alteração.

E Zona 3, proposta pelo Projeto de Lei, ela permanece com três subzonas, como a nossa lei vigente hoje. Então, 3.1, 3.2, 3.3 com as mesmas características: são áreas institucionais que são geridas por órgãos responsáveis por elas. Continuam sendo áreas de preservação, unidades de terras indígenas e que têm o seu uso totalmente restrito, somente com autorização desses órgãos. E passa a ser cerca de 39% do nosso Estado.

Então, a gente vê a alteração de Zona 2 para

Autenticidade, integridade e interoperalidade - ICP BRASIL VIDE ORIGINAL https://transparencia.al.ro.leg.br/Diario/

Zona 3 nesses locais: Guajará-Mirim, Nova Mamoré tem uma parte, Porto Velho, Candeias, Cujubim e Machadinho.

Lembrando que essa atualização que é feita, o zoneamento não criou essas unidades. Ele não sugeria a criação de todas essas unidades. Ele apenas está atualizando aquelas unidades já existentes e trazendo para o zoneamento atual, que é necessário. Mas, todas essas unidades já existiam antes mesmo da proposta de lei.

É bem interessante observar que a Zona 3, no Código Florestal fala que o poder público poderá reduzir a reserva legal para até 50%, para fins de recomposição no município que tiver mais de 50% de sua área tendo unidades de conservação e terra indígena.

Então, onde que entraria? No Município de Guajará-Mirim. Essa legislação poderia ser aplicada no Município de Guajará-Mirim que possui cerca de 89% do território sendo áreas protegidas.

Aqui é uma atualização de como seria pelo Projeto de Lei, o que foi proposto no ano de 2020, que seria uma Zona 1 de 55%, Zona 2 de 4% e Zona 3 de 39%. No entanto, hoje, no ano de 2025, nós temos essa realidade: cerca de 54% do Estado sendo Zona 1; 3% sendo Zona 2 e 41% sendo Zona 3.

Aqui uma comparação para os senhores compreenderem como evoluiu o zoneamento do nosso Estado. Então, nós tínhamos zoneamento inicial em 1988 em seis zonas, depois ele passou a ser três, e permaneceu sendo três zonas e algumas subzonas.

Em comparação com o que a gente tem vigente hoje, do ano de 2000, e com a proposta de lei de 2020, se tem uma alteração no percentual de zona do nosso Estado. Por exemplo: Zona 1 passa de 50% para 54%. Então, houve um aumento de 4% de Zona 1; Zona 2 passa de 15% para 3% - houve uma redução de 12%. E Zona 3, passa de 35% para 41%, um aumento de 6%.

E aí, os senhores devem estar perguntando, mas por que eu tenho que atualizar o zoneamento do nosso Estado? Aqui eu vou expor três motivos que são relevantes para essa atualização. O Estado, no ano de 2000, havia uma realidade, uma realidade de uso, uma realidade de ocupação, uma realidade de produção, e que hoje, devido à base econômica que nós temos e ao crescimento do Estado, nós precisamos levar em consideração toda essa alteração realizada em 25 anos.

Então, nós temos um Estado que é a base da economia, dentre as principais, está a agropecuária. "Ah, mas o zoneamento é só para a zona rural?" Não. A partir do momento que eu altero um zoneamento, eu atualizo essa ferramenta de gestão do nosso Estado, a gente vai estar interferindo em todas as outras bases da nossa economia. Por quê? Se eu tenho uma produção maior no meu meio rural, eu vou ter mais indústrias; eu vou ter mais serviços; eu vou gerar mais empregos, e isso vai interferir diretamente em todos os municípios do Estado.

Então, é importante a gente entender que temos uma importância maior do zoneamento no meio rural, no entanto, ele vai interferir tanto no meio rural quanto no meio urbano.

Aqui, alguns dados de como o Estado cresceu nesses últimos 25 anos. Esse dado de 2022, diz que o nosso rebanho bovino é cerca de 17 milhões de cabeças. E aí, se nós formos comparar quanto que nós tínhamos de cabeça de gado no ano de 2000, nós tínhamos 6 milhões. Hoje, nós temos 17 milhões, ou seja, nós praticamente triplicamos esse valor. Então, é necessário ter uma atualização dessa ferramenta, porque o nosso nível de produção aumentou muito.

O mesmo se vê quanto aos cultivos de soja, milho, café. Todos eles tiveram aumento nos últimos anos. Pode-se ver que a soja teve um aumento de 9% na safra 2022/2023; o arroz de 9% e o milho, de quase 9%, 8,7%. Isso daqui é um dado de 2022/2023. Se nós formos levar em consideração a última safra, nós já vamos ter um dado ainda maior quanto a essa produção.

Outro dado interessante da produção rural é a questão do café. Em 2012, nós tínhamos 85,4 mil toneladas produzidas no nosso Estado. Hoje, nós temos 224 mil toneladas produzidas. Então, olha o crescimento de produção no meio rural também. E, além disso, além de nós produzirmos aqui para o nosso Estado, para o nosso país, a gente também tem um quantitativo representativo de produtos que são exportados para o Vietnã, para a Bélgica, para a Alemanha. Então, quer dizer, o nosso café, além dele abastecer o nosso mercado interno, ele também abastece parte do mercado externo.

E aqui a gente pode ver o quantitativo de plantio de grãos que nós temos no nosso Estado com base na safra de 2023/2024. Quanto à soja, se tem 665 mil hectares, ao milho 317, ao café 53 e ao arroz 41 mil hectares plantados. E o mesmo se vê também de crescimento quanto a quantitativos de florestas plantadas aqui no Estado de Rondônia. Esse dado do IBADE (Instituto Brasileiro de Apoio e Desenvolvimento Executivo) de 2024 informa que nós temos cerca de 12 mil hectares aqui no Estado plantados de pinos e eucalipto.

Então, até a questão da alteração da base, que não é só pecuária, não é só grãos, também tem floresta plantada, tem se desenvolvido no nosso Estado. E nós temos um Estado com diversidade muito grande e que tem expandido muito essa questão agropecuária.

Aqui o tambaqui, em que nós somos um dos principais produtores de tambaqui do Brasil, os principais produtores, tanto que no ano de 2019 se teve uma produção de 68 mil toneladas de tambaqui, um dado bem expressivo, tanto que Rondônia tem se destacado e continua se destacando nessa produção.

E quanto à exportação também, como eu disse para os senhores, o que nós produzimos aqui não é só para o nosso consumo, nós estamos abastecendo parte do mercado externo e esse abastecimento externo tem crescido também. Nos últimos anos, nós somos o segundo maior exportador da região norte de produtos como soja, carne, milho e café. E os principais países que nós exportamos são a China, Espanha, Argélia, México e Estados Unidos.

O segundo motivo para a atualização do nosso

zoneamento é porque é o dispositivo de gestão do nosso Estado. Então, o zoneamento vai sinalizar onde o produtor pode produzir, o que ele pode produzir, qual quantitativo de área eu posso utilizar, qual tipo de atividade eu posso exercer na minha propriedade.

Então, ele é um balizador tanto do produtor rural quanto para o órgão ambiental, porque muitas das nossas atividades, em um determinado momento, precisam ser licenciadas pelos órgãos ambientais e o zoneamento vai dizer exatamente se eu posso ou não licenciar determinada atividade na minha propriedade.

Ele é um balizador de crescimento social, econômico e de preservação e traz também, tanto para os senhores produtores como para os órgãos gestores, uma segurança jurídica de quais decisões devem ser tomadas em cada região delimitada no zoneamento.

E um terceiro motivo é que nós já temos estudos feitos. Estudos feitos no período de 2015 a 2018, estudos esses que foram recebidos, que subsidiou reuniões, que subsidiou a Comissão Estadual do Zoneamento e que teve como resultado desses estudos e das reuniões, um Projeto de Lei Complementar, de 06 de outubro de 2020.

Então, nós já temos esse trabalho pronto, nós precisamos apenas voltar discutir e implementar isso no nosso Estado, pois já são 25 anos do último zoneamento e nós precisamos atualizar essa ferramenta para que o nosso Estado continue crescendo e continue tendo segurança jurídica.

Eu fecho essa apresentação com essa frase, que a atualização do nosso Zoneamento Socioeconômico e Ecológico é uma ferramenta estratégica e um compromisso com o futuro do Estado de Rondônia. A atualização do zoneamento vai tratar do Estado como hoje, mas ele é uma perspectiva de crescimento do nosso Estado para o futuro. Obrigada a todos pela atenção.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Agradecer a Doutora Débora.

Agradecer a presença dos Senhores Vereadores Sivaldo de Oliveira e do Vereador Thiago Onofre, Presidente da Câmara Municipal de Campo Novo. O senhor Severino Cunha, Presidente da Associação de Catadores de Nova Mamoré. O Senhor Alexandre Dias, Prefeito do Município de Campo Novo, está sentado aqui na frente.

Convido para a fala agora o Senhor Hueriqui, neste momento representa a Secretaria de Desenvolvimento Ambiental – Sedam.

O SR. HUERIQUI CHARLES LOPES PEREIRA – Bom dia a todos. Quero iniciar a minha fala agradecendo e cumprimentando o Deputado Ismael Crispin, Presidente da Comissão do Meio Ambiente, em nome de quem eu saúdo as demais autoridades presentes na Mesa, e também aqui no auditório, todos os prefeitos, vereadores.

Também quero cumprimentar com carinho e respeito toda a população aqui presente, do Município de Nova Mamoré, Guajará-Mirim, Campo Novo, presentes e os seus distritos.

Em nome do Governo do Estado de Rondônia, liderado pelo nosso Governador Coronel Marcos Rocha, eu gostaria de mostrar que essa audiência representa um avanço. É um passo importante, ouvir a comunidade, ouvir a população, os seus anseios e a necessidade participativa da discussão de uma propositura, uma proposta.

Isso daqui é um plano. O zoneamento é uma ferramenta de política pública, não só pública, mas também privada para estimular ou fomentar o desenvolvimento sustentável do nosso Estado. Como já foi dito, é uma ferramenta para o presente, mas também para o futuro.

Antes de mais nada, eu parabenizo aqui a colega Débora, é quem está auxiliando a Assembleia Legislativa, consultora autônoma, juntamente com o seu escritório, na condução e explicação sobre todas as fases do zoneamento. Eu até brinco nas demais audiências, eu nem coloco aqui o meu PowerPoint para não passar vergonha, porque o dela já contemplou tudo. A minha fala aqui seria mais do mesmo.

Então, estão corretas todas as explanações que ela pontuou. Gente, eu vou voltar aqui para uma forma mais simples. O Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado, é uma ferramenta de planejamento, bem simples. Para o quê? Para o uso do solo, uso da terra. Ele serve para dizer o que pode e o que não pode ser feito em cada parte do território do nosso Estado. Ele inclui o quê? Onde pode produzir, certo? Onde pode ter ocupação humana. Onde pode produzir; certo? Onde pode ter ocupação humana, moradia? Onde são os pontos de preservação ambiental? Onde pode ser colocado parte de infraestrutura pública e privada, abertura de estradas, indústrias.

Foi demonstrado aqui. Na nova minuta que estava pronta, nós incluímos a produção industrial, que não tem na lei vigente. Por quê? A construção da última lei, que é a 233, de 2000, os estudos foram iniciados em 1996 até 2000. Nós tínhamos potencial energético para comportar a indústria aqui no Estado de Rondônia naquela época? Não.

Hoje nós temos várias usinas. Usinas de biomassa. Nós temos hoje uma rede de distribuição que ligou os quatro pontos do Estado de Rondônia. Então, hoje, Rondônia tem capacidade para implantação e implementação do setor industrial. Certo? E também, fora isso, ele é um direcionador de assentamentos de validação ou descrição. Então, ele também é uma ferramenta para as comunidades tradicionais, ribeirinhas, os indígenas. Então, a ideia do zoneamento é garantir que o desenvolvimento aconteça de uma forma ordenada, sustentável, justa, respeitando tanto o meio ambiente quanto os direitos das pessoas em sua efetiva implementação.

O zoneamento é só para o Estado de Rondônia? Para o setor administrativo do Estado de Rondônia, para fazer essa ocupação? Não. Todos os entes devem atender o zoneamento, seja no ente federativo, na parte de reforma agrária, distribuição de terras, titulação; seja ele

num ambiente estadual, nos processos de licenciamento, regularização ambiental. No âmbito municipal, com ordenamento territorial, no plano, ele é uma ferramenta para subsidiar o uso e ocupação do solo, que é definido pelas prefeituras municipais em seu plano diretor. Então, todos devem observar a ferramenta do zoneamento. Todos os entes. Bom, vamos lá.

Como já foi dito, a nossa lei é de 2000, então, mais de duas décadas. Muita coisa mudou. A população do Estado de Rondônia cresceu, o uso da terra se intensificou. Nova Mamoré hoje é um potencial para a agricultura em grande escala. Hoje as lavouras estão potencializando a economia do município. As novas tecnologias também surgiram e com isso tudo aumentaram os desafios ambientais e sociais.

Por isso, que estamos aqui hoje, para discutir duas possibilidades: vamos trabalhar com esse material que foi estudado entre 2015 e 2018, e que após isso teve a abertura e inclusão de novas áreas, que ocorreu o Veto. Essa inclusão não levou em consideração todo o rito legal que é para se fazer em um zoneamento. Ou vamos começar a institucionalizar um processo administrativo para uma eventual terceira aproximação? Aqui, eu não estou afirmando nenhum nem outro. É o que eu coloco. Por isso nós estamos aqui, para ouvir a população.

Como eu falei, o zoneamento tem um rito. Existe um ato normativo que precisa ser seguido que é o Decreto Federal 4.297, de 2002. Ele estabelece todos os procedimentos que devem ser seguidos até a sua aprovação na Comissão, audiência, sanção pelo poder público e depois homologação pelo ente federativo, que vai para o CONAMA, Conselho Nacional de Meio Ambiente para recomendar um ato de aprovação ou não.

Vejam, nós estamos falando do zoneamento estadual. Existe um macrozoneamento que o nosso deve seguir, e se atualizado, deve ser passado por nova avaliação pelo ente federativo para, repito, validação ao não.

Então, quer queira ou não, hoje, temos a Lei 233, de 2000, vigente. Essa lei hoje tem uma função: garantir em Zona 1 que a gente mantenha os percentuais para fins de recomposição a 50%. Rondônia está em um único bioma, que é o Amazônico. Floresta. "Ah, existe cerrado!". Nós não temos o bioma de cerrado no Estado de Rondônia. Nós temos áreas com características, características, ou seja, fitofisionomia de cerrado, temos também de campos. Nós temos áreas de campos gerais aqui no nosso Estado também, com características, mas nós não estamos no bioma cerrado, nem no bioma campos.

E isso, o zoneamento não muda. Para isso existe um procedimento que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental já criou, formulou, que é uma instrução normativa publicada em 2023, que é amparada pelo Código Florestal, a Lei 12.651, que é aquela área que não está, que você existe um questionamento se ela tem característica de cerrado ou campos, você pode solicitar ao órgão ambiental apresentar um estudo e pedir uma análise. E é recategorizar junto ao cadastro ambiental rural. Então, existe um procedimento. O zoneamento não vai mudar essa situação de bioma. Ele não muda isso.

Outra coisa importante a ser dito aqui, e muito fundamental, o zoneamento não é instrumento, ele não resolve. Todo mundo aqui já sabe daquela situação que vai no banco, não é? "Ah, o mapa está vermelho, meu lote está vermelhinho, o frigorífico não quer comprar"; "Meu lote está vermelho, o banco não quer dar crédito, porque está vermelho". Isso é o chamado PRODES (Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite) ou DETER (Sistema de Detecção em Tempo Real de Desmatamento).

São ferramentas, hoje, instituídas pelo governo federal, do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). O zoneamento vai resolver isso? Não. O zoneamento não tira PRODES, não tira DETER, não tira o chamado "vermelhinho" da minha terra. Está bom, gente? Então, desmistificar isso. Não existe um artigo ou qualquer alteração no mapa de gestão que vai resolver isso.

O que vai resolver isso é analisar, aprovar o Cadastro Ambiental Rural, designando ali o que é área de uso e o que não é, e iniciar o Programa de Regularização Ambiental, que é o PRA. É isso que vai resolver. E a produção tem que ser na área que realmente é, seguindo a Lei 12.651.

Outro ponto importante que foi muito bem dito pela colega que me antecedeu. Zoneamento só faz transcrição de áreas institucionais. O que são áreas institucionais? Terras indígenas, quilombos, unidades de conservação estadual, federal e municipal. Zoneamento não vai desafetar unidade de conservação. Ele só transcreve o ato jurídico que foi instituído naquela unidade no mapa de gestão. Apenas. Ele não afeta e não desafeta. Isso é importante, eu estou dizendo em todas as audiências.

Essas são regras, algumas das regras, existem mais, porque se eu for aqui, a gente descrever todos os procedimentos para a elaboração e execução de uma atualização, uma aproximação de zoneamento, a gente vai permanecer aqui até amanhã, porque são extensos todos os procedimentos que devem ser seguidos e avaliados.

Diante disso, do que eu falei aqui. Nós estamos em um momento de uma importante decisão. Seguimos com a simples atualização de um plano existente, de um levantamento que já vai fazer, 2015 a 2018, de oito a 10 anos, ou iniciamos um procedimento robusto técnico-científico, completo e moderno para realmente avaliar cada ponto do nosso Estado, que seria uma aproximação.

Essa decisão, pessoal, senhores e senhoras, não vai ser tomada sozinha. Ela precisa ser feita de forma conjunta, ouvindo os municípios, as prefeituras, os prefeitos, os secretários, os produtores, as comunidades tradicionais, o terceiro setor, os técnicos, certo, e acima de tudo, a população.

Por isso que nós estamos aqui hoje. O zonea-

Autenticidade, integridade e interoperalidade - ICP BRASIL VIDE ORIGINAL https://transparencia.al.ro.leg.br/Diario/

mento, o plano de gestão do Estado é uma decisão de Estado. Não é uma decisão do Executivo. Não é uma decisão do Legislativo. Ela é uma decisão conjunta. É uma decisão do Estado de Rondônia. Quando eu falo "Estado de Rondônia" somos todos nós. Só pode ser construído com a participação todos vocês.

Bom, muito obrigado pela presença de todos, pelo interesse e compromisso tanto das pessoas que estão aqui fora, assistindo pelo telão. E o nosso compromisso é com o desenvolvimento econômico e sustentável do Estado de Rondônia e estou à disposição para eventual dúvida.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Agradeço ao Hueriqui pela fala. Nós concluímos uma etapa aqui, a audição dos dois técnicos. Agradecer a paciência de quem está lá fora, acompanhando. O pessoal aqui dentro do plenário, mesmo em pé está acompanhando. Seguindo o contrato que nós fizemos, eu encerro agora as inscrições de fala. Nós temos 21 pessoas inscritas e a minha vontade é ouvir os 21 e eu quero me esforçar para isso. Vou pedir aos que farão uso da fala: lembre-se que depois de você, tem um outro colega que vai falar.

Nós vamos tentar não ficar fazendo contraponto. Tudo o que vocês disserem aqui está sendo registrado. A Taquigrafia está aqui. Está sendo filmado. A tua fala serve como documento probatório para quaisquer argumentações no momento do projeto, lá na frente. Então, nós não vamos fazer contraponto para ficar discutindo esticar a conversa.

Minha sugestão é apresente a sua dor e indique a sua sugestão. Já deixa ali "olha, eu tenho essa situação e penso que isso aqui é possível. Faça o registro." No momento da sua fala, eu vou pedir a gentileza que a pessoa se identifique e que diga de onde é, porque depois "ah, o fulano lá de Jaci-Paraná..." mas quem é fulano? O fulano tem nome, tem sobrenome? Porque, de repente tem uma contribuição que é importante e eu acabo não identificando porque José, há muitos "Josés". Mas, José Crispin de repente tem poucos. Então a gente precisa fazer essa identificação.

Você vai anunciar, dizer o seu nome de onde é que está falando, dar a sua sugestão "ah, eu tenho uma dúvida e quero que essa dúvida seja registrada para que ela possa ser analisada ali na frente". Está bom? Sem contrapontos para a gente não se delongar demais. São 21 pessoas inscritas aqui para a fala e são esses que pretendemos ouvir.

Nós vamos iniciar aqui com o Josué Sodré de Souza, é produtor rural.

O SR. JOSUÉ SODRÉ SOUZA - Bom dia a todo o pessoal da Mesa, os senhores deputados e todo o povo, os produtores que aqui presentes são todo mundo produtor rural, não é verdade? Eu vou tentar ajudar no planejamento, o pouco conhecimento que eu tenho. Mas, como trabalhador rural, posso falar com vocês com autoridade. São 52 anos de trabalho. E vou dizer para vocês, eu vejo de perto os problemas, inclusive, de divisas de parque, como falam, e todas as outras coisas.

É um problema sério, e eu me preocupo com isso. Porque tem muitos amigos que têm suas propriedades ali e tentam trabalhar. Muitas vezes é interpretado como um bandido, mas não é um bandido, ele quer trabalhar, ele tenta trabalhar. Então, eu acho que as autoridades têm de dar oportunidade para esse pessoal. Tentar nesse zoneamento, no caso, e eu entendo como uma divisa, não é verdade? Como uma criação de um parque, de uma coisa assim. Isso é muito importante, sim, no Estado.

Mas, primeira coisa, gente, vamos considerar o trabalhador. Dá oportunidade para ele, o nosso Estado está crescendo e precisa crescer mais. Orientar eles como trabalhar, isso é importante, fazer um planejamento. Você deve ali, tem que reflorestar, ou ali não; beiras de rios, é serra, essas coisas todas. Tem como trabalhar em parceria com os órgãos ambientais, como Sedam, Ibama e tudo mais.

Hoje a gente tem como se fosse inimigo. A Sedam, por exemplo, ver um carro da Sedam passar, a gente fica com medo. Eu acho que deveria se trabalhar junto. O governo pensar mais com o pessoal do Meio Ambiente e orientar como deve trabalhar essa pessoa. Para chegar ali na casa da gente, tomar um café, comer um franguinho caipira lá com a gente, não é verdade? Uma orientação, você tem que fazer desse tipo.

E esses órgãos ambientais que falam em reservas e tudo, tem que ser planejado, mas considerar o trabalhador, que ali dentro não é bandido, é um trabalhador que quer o direito de trabalhar em cima daquela terra e criar sua família. Isso é muito importante. Você já pensou em tirar você da sua casa, certo? E falar: "Você está fora daqui, saia daqui." E o jeito de trabalhar, da vida, ele é ali, ele só sabe trabalhar ali. Para onde ele vai? Ele vai para a cidade fazer o quê? Só se for catar latinha, não é verdade?

Então, é isso tem que levar em consideração. Essas zonas, essas áreas, tem que pensar muito nisso aí, e fazer uma parceria com ele, e dar o direito de trabalhar naquela terra. E ele vai ter uma obrigação, além disso, ele vai ser um parceiro do meio ambiente porque tem a obrigação de cuidar das reservas. "Olha você vai cuidar, a sua fundiária ali é uma reserva. É você que vai cuidar, senão você vai ser punido por deixar alguém derrubar aquilo ali".

Mas, pensar e olhar as pessoas que estão nas áreas hoje, trabalhando, e dar o direito delas de continuar naquela área. Liberar esse pedaço de terra para essa pessoa, mas considerando que ela tem que ajudar a conservar o que tem de mata. E zero derrubada, zero mesmo. Isso que tem que ser feito.

Eu concordo com isso aí. Eu acho que tem que ser planejado desse jeito. Considerar o trabalhador, dar direito de trabalho, e de ficar ali naquela terra. Não pode tirar o cara dali, porque ele vai fazer o quê? Aonde? Para onde ele vai? Então, acho que tem que considerar muito o produtor rural, o trabalhador. Quem está ali é trabalhador, gente. O pessoal está ali, porque o malandro não

Autenticidade, integridade e interoperalidade - ICP BRASIL VIDE ORIGINAL https://transparencia.al.ro.leg.br/Diario/

fica. O malandro não fica na roça, ele não vai para o mato.

E o meu agradecimento a todos vocês aí. Deus abençoe a todo mundo.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Obrigado, Josué. Quero agradecer a presença do Renato Muzzolon Jr., que é Secretário Adjunto do Meio Ambiente do Município de Porto Velho. Está presente aqui.

Convido para a fala Gilvani Fontinelle, produtor rural e comerciante, aqui no Município de Nova Mamoré. Cadê o Gilvani?

O SR. GILVANI FONTINELLE - Bom dia, bom dia a todos. Fico feliz de ver a população hoje presente aqui, entendeu? E falar para os deputados, para todos vocês que estão aí, é difícil ver a população que trabalha aqui, gera renda, entendeu? Porque quem produz hoje no Estado, é esse povo aqui. O Estado não produz nada, a não ser gasto para a gente.

Então, eu fico triste de ver órgãos do Estado liberando licenças de Idaron, CAR (Cadastro Ambiental Rural), "geo". E hoje chegar para a população e falar que não tem, não é dono da terra. Como é que o Estado, que é o dono e tem o poder de fazer essa liberação, hoje, chegar para muitos produtores rurais e falar, chegar na casa do cara que tem 30 anos dentro de uma propriedade, 20 anos - esse Projeto de Lei é de 2000, que eu escutei aqui.

É bonito ver a moça lá, a engenheira, falando. Mas 99% hoje, que está aqui, não entende o que vocês falaram ali, o que vocês ditaram em mapa. Vocês têm que ser mais claros. Vocês estão aqui usando o dinheiro do povo, entendeu?

Vocês têm que chegar para a população e falar para eles: "Olha, é assim, é assim! Vamos resolver dessa forma, vamos tentar.". Vocês são pagos para isso. É do nosso bolso que sai a água mineral, tudo aqui de dentro, gente. Eu fico triste, triste em ver essa situação. Pessoas que trabalham há 20 anos, 30 anos, numa propriedade, ser esculachado como bandido. Entendeu? Por que os órgãos do Estado, antes de liberar o CAR, liberar o "geo", liberar uma ficha de Idaron, não verificou se a propriedade estava em área de invasão, indígena?

Aí, depois de 20 anos chegar e querer tomar a propriedade da pessoa? Vocês estão entendendo, gente? Como é que é a situação? Talvez vocês não tenham noção, porque talvez muitos de vocês nunca cavaram um buraco para colocar uma estaca de uma cerca. Entendeu? Aí vocês não têm essa noção. Mas é difícil você pegar e falar para um produtor que ele vai ter que sair da área dele ou não vai poder mais produzir.

Gente, quem produz somos nós. Quem produz é o povo que trabalha, é o povo da roça. Eles é que estão lá na ponta, trabalhando para gerar renda para vocês terem a mordomia que vocês têm hoje. Vocês estão entendendo?

Então, vocês têm obrigação de brigar por esse povo. É brigar lá na Câmara dos Deputados. Não é aqui em audiência. Eu acho bom as Audiências Públicas. Para que a gente possa ter voz, porque lá a gente não tem voz. Lá, a gente chega lá, e é só mais um no meio da multidão. Entendeu? Então, eu fico feliz de ver bastante pessoas aqui hoje. E eu espero de vocês que vocês sejam mais claros com a população. Entendeu?

A engenheira ali, não desmerecendo o trabalho dela, que ela estudou para isso; mas assim, tentar focar de um jeito mais fácil, porque aqui são pessoas humildes, pessoas trabalhadoras que não entendem de porcentagem. Muitos aqui já não entendem. Eles precisam, eles vêm com a esperança de ter um resultado. E chega aqui só "enchendo linguiça, enchendo linguiça." Sinto muito, gente. Isso aí é, sabe? É desgastante. Eu saí do meu serviço. Todo mundo aqui saiu do seu serviço. Deixou de produzir. Deixou de produzir por quê? Para manter o Estado, que já é inchado, entendeu?

E aí, chega aqui e escuta um monte de ladainha. Poxa, eu espero o resultado de vocês, pessoal. E vocês são representantes do povo. Vocês têm que tomar posição lá dentro e falar. É bonito falar que o Governador do Estado está junto com a população. E por que é que ele não resolve? Por que ele libera...? Há 20 anos está liberando CAR, liberando espaço para o pessoal trabalhar; e, depois de uma certa temporada, chega lá e fala: "Não, você não vai poder mais produzir aqui.". Isso aí é fácil fazer. Entendeu?

Eu espero, de coração, que vocês tenham um pouquinho de humildade de chegar lá. É lá. É só lá. Eu sinto muito, mas vocês têm que se juntar. Vocês têm que se unir. Não é direita, não é esquerda, não é centro. Vocês são responsáveis para vocês tomarem posição por esse povo que trabalha. E é esse povo que trabalha. Entendeu? É esse povo que move a economia do Estado. Não são vocês, não. Eu sinto muito falar. Eu não tenho um político de estimação. Não são vocês. Somos nós que trabalhamos, que movemos a economia do Estado.

Então, vocês são nossos representantes e vocês têm que lutar por todo mundo aqui. Entendeu? Ver a necessidade de cada um. E não ficar querendo encher linguiça para o povo, não.

Obrigado, pessoal. Desculpa a minha exaltação, tá?

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Obrigado, Gilvani. Nós vamos convidar para a fala o senhor Antônio Henrique, representando a Igreja Assembleia de Deus.

Vocês estão muito à vontade, gente, para fazer o desabafo que vocês quiserem. Não tem nenhum problema. Lembrem, só, que depois de você tem outro colega para falar, mas podem ficar à vontade. Não xingando, não quebrando decoro. Fiquem à vontade. Antônio Henrique, quem é? Não quer? Cortou a fala? Então vamos para o próximo orador.

Gilberto, e daí, o sobrenome, eu não consigo ler. Parece alemão, rapaz. Está aí, o Gilberto?

Com a palavra.

O SR. GILBERTO REINHEIMER - Bom dia a todos. Eu cumprimento a todos e já vou para a fala para a

gente ganhar tempo.

A minha história, eu quero dizer o seguinte: em 1993, o deputado já falou, Gilberto Reinheimer, eu estou lá na região do Três Coqueiros, divisando Jacinópolis com Campo Novo. E a minha propriedade é uma propriedade bem próxima do Parque Guajará-Mirim com o Pacaás Novos, bem onde as reservas se encontram, ali.

E nós estamos ali desde 1993. Era um dia e meio de viagem na canela para chegar lá. A gente foi, começou a abrir, mexer naquelas áreas e começamos a formar aquilo. Fizemos o CAR, toda a documentação que tem. E agora, quando foi em 2000... Ano passado, veio uma notificação que nós estávamos sendo inseridos dentro do Parque Guajará-Mirim.

Mas, por que Guajará-Mirim, se o Parque Guajará-Mirim está a mais de 12 quilômetros da nossa terra? Porque nós moramos lá há 30 anos, não é há poucos dias, não. Fomos descobrir que a reserva tinha vindo, aumentado, para dentro da nossa propriedade. Mas, eu tenho aqui no meu telefone, coordenada de GPS, da primeira derrubada que nós fizemos lá, que foi em 1994, 1995.

Então, o que a gente quer dizer com isso? Hoje, se for analisar, vem uma norma que diz assim "o parque avançou". E agora a gente está ali dentro, parece que nós entramos dentro do parque. Só que não é essa a realidade.

A cada 15 dias vai mais de 15 toneladas de banana para Porto Velho que a gente produz lá dentro. Nós temos mais de 30 famílias lá dentro, com 10 alqueires de terra, cinco, oito. E hoje, depois que veio essa norma dizendo que estamos dentro da reserva, não pode mais alugar um pasto para o vizinho, porque ele não consegue fazer mais uma ficha no Idaron. E eu tenho aqui, está no meu bolso, o CAR que eu fiz funcionou mais de sete, oito anos e agora bloqueou isso aqui.

Então, o que eu quero dizer, que a gente precisa analisar isso. Hoje, está um desespero lá nas mais de 30 famílias. E um dia foi assim, eu estava indo e de repente eu vi um helicóptero sobrevoando, de repente veio por cima da minha casa, parou por cima, tal, rodou, rodou e foi embora. "Uai, o que tem isso aqui?" Quatro dias depois, chegou um comboio de caminhonete da Sedam anunciando para nós que a gente ia ser tirado dali, porque nós estávamos inseridos dentro do Parque Guajará-Mirim.

Então, o que eu quero dizer com isso? Eu não sei o que vai ser feito, o que pode ser feito. Só que essa é a realidade. Nós temos, está aqui no meu telefone, as coordenadas das primeiras derrubadas que a gente fez lá. Porque eu vi alguém ali do meio dizendo que houve um zoneamento em 2000, só que nós estamos lá desde 1995 trabalhando ali dentro. Eu não sei o que o poder público vai poder fazer, mas nós estamos à mercê disso hoje.

Hoje, eu não posso matar um gado no frigorífico. Por causa de quê? Porque o frigorífico não pega, porque ele me avisou: "ó, você está dentro de uma área de conservação". E eu estou a 12 quilômetros, longe desse Guajará-Mirim antigo. E nós percorremos isso sabe há quanto tempo? A primeira entrada lá foi em 1993. E aqui tem as coordenadas de GPS, para quem quiser ver as mesmas derrubadas, de 1995. Então, nós não entramos nessas áreas.

Então, é isso que eu queria dizer para todos aqui. Já agradeço pelo momento e essa era a minha fala.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Obrigado, Gilberto.

Eu vou convidar para fala o Fábio Netinho, Prefeito do Município de Guajará-Mirim.

O SR. FABIO GARCIA DE OLIVEIRA (Netinho) - Bom dia a todos. Não sei se eu fico virado para cá. Queria agradecer pelo convite ao Deputado Ismael Crispin. Em nome dele, parabenizar toda a Mesa. Em nome do nosso representante lá do sindicato, da Acrivale, Associação dos Criadores do Vale do Mamoré, Miguel Neto, cumprimentar todos.

A gente tem uma situação, deputado, lá. A Reserva do Rio Ouro Preto. Foi excluída uma área de 21 mil hectares, demorou muitos anos, vem brigando desde 1990. Quando criaram a reserva, já tinha pessoas inseridas lá dentro, com Título definitivo, escritura pública, tudo bonitinho, tudo registrado. E a gente conseguiu, batalhamos muito, por muito tempo, várias pessoas batalhando. E conseguiu aprovar na Comissão de Constituição e Justiça, através da Deputada Federal Silvia Cristina, em Brasília, e foi excluída essa área. Creio eu que agora devem entrar nesse zoneamento, era acho que 3 e vir para o 1.

Então, a gente tem a documentação toda. Vai passar para o senhor, deputado, está bom? Tinha que estar a atualização do shape no Incra. A gente foi lá, e estamos esperando essa atualização. Mas a gente vai passar essas informações. É um pedido nosso que veja isso com carinho, para tirar do zoneamento 3 para o 1. Era só isso.

A respeito de Surpresa também, tem a área lá, mas eu vi aqui no mapa que ela apresentou, que está inserido ali no zoneamento 1. Então, era mais essa área de exclusão que foi feito lá em Guajará-Mirim para a gente conseguir trazer para o zoneamento 1. Muito obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Obrigado, Netinho.

Convido para a fala o senhor André Luis Baier, Vereador aqui no Município de Nova Mamoré.

O SR. ANDRÉ LUIS BAIER (André do Sindicato) – Bom dia a todos e a todas. Na pessoa do Deputado Ismael Crispin, parabenizar pela audiência.

Dizer que enquanto representante de Nova Mamoré, a gente acompanhou o estudo, estávamos ansiosos e abre um leque de preocupação que a Sedam e a empresa que fez o estudo, referente a duas situações em Nova Mamoré, aqui em Jacinópolis e em Nova Dimensão, que são afetadas ainda. E as pessoas moram lá há muitos anos. Eu vi que mudou um pouco a zona,

Autenticidade, integridade e interoperalidade - ICP BRASIL VIDE ORIGINAL https://transparencia.al.ro.leg.br/Diario/

diminuiu um pouquinho, mas ainda estão sendo prejudicados.

Então, a minha observação, enquanto representante, enquanto vereador desta Casa, a gente pede, na hora dos estudos, que possa se rever a situação de Nova Mamoré referente a esses dois distritos que ainda há uma grande parte ali da população que está com problema referente ao zoneamento.

No mais é isso. Obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN - (Presidente) – Obrigado.

Convido para a fala o Francisco de Andrade, que é Presidente da Associação dos Produtores Rurais e Pecuaristas Soldado da Borracha, dos Municípios de Porto Velho e Cujubim.

O SR. FRANCISCO DE ANDRADE – Pode usar a tribuna?

O SR. ISMAEL CRISPIN - (Presidente) – Fique à vontade, pode falar daí.

O SR. FRANCISCO DE ANDRADE – Bom dia a todos. Eu quero aqui cumprimentar a Mesa, o Deputado que está presidindo essa Audiência Pública, Ismael Crispin. Eu quero cumprimentar também os demais deputados que estão presentes, Deputada Taíssa, Deputado Lucas Torres e demais autoridades aqui nessa Audiência Pública.

Como o deputado falou, meu nome é Francisco de Andrade, sou Presidente da Associação dos Produtores Rurais e Pecuaristas do Soldado da Borracha.

Essa área, Soldado da Borracha, é uma área que pertence 60% ao Município de Porto Velho e 40% ao Município de Cujubim, certo? É uma área total de 179 mil hectares. Área essa que foi titulada pelo Incra ainda quando esse Estado não era Estado, era Território.

Então, eu trouxe aqui uma cópia do Título que eu tenho, que foi expedido pelo Incra no ano de 1982. Talvez alguns dos senhores que estão aqui ainda não eram nascidos nessa época.

O Soldado da Borracha é a primeira área dentro desse Estado que foi titulada na sua totalidade. Todas as propriedades do Soldado da Borracha têm Título e escritura pública. O que aconteceu com o Soldado da Borracha? O que aconteceu foi que esse primeiro zoneamento, feito no ano de 2000, não respeitou as cláusulas resolutivas do Título que foi expedido pelo Incra. E o que é que fez? Colocou o Soldado da Borracha como área de extrativismo. Certo? Sendo que o Título aqui, nas cláusulas resolutivas do Incra, na cláusula V, o Título aqui diz que, aquelas propriedades são destinadas à exploração agropecuária de acordo com o Código Ambiental vigente". Ou seja, se poder derrubar a área 20%, 20%. Se 30%, 30%. E assim, de acordo com a legislação. Mas, isso não foi respeitado por esse Estado quando fez o primeiro zoneamento.

E isso, é um tapa na cara da memória dos soldados da borracha que foram trazidos para esse Estado, nas décadas de 1970 para extrair a seringa, para ser mandado para os Estados Unidos. E esses homens, muito deles, morreram dentro das florestas, porque naquela época quando se pegava uma malária nesse lugar aqui, meus irmãos, vocês sabem todos disso, que era difícil. E muitos desses estão enterrados aí dentro dessa floresta, em vários lugares, e as suas famílias, de outros lugares, não sabem, não tem nem notícia mais deles, não sabem que fim levou, o que aconteceu.

E eu, sou casado com uma filha de soldado da borracha. E eu estou aqui para dizer a essas Excelências que se encontram aqui nessa Mesa, que esse Estado quando foi aberto - muitos pelos pais de vocês que estão aqui ou por muitos dos senhores que estão aqui -, vocês sabem muito bem que tinha uma proposta nesse Estado: que se você derrubasse uma área de terra, o Incra te assentava; você podia criar seu gado; você podia explorar esse Estado. Mas, agora sabe o que está acontecendo conosco? É uma vergonha! O que esse Estado está fazendo com quem produz e com quem sustenta esse Estado.

Estado é sustentado por mim e por você que produz, que planta e que cria nesse Estado. Mas o que está acontecendo é que nós não estamos sendo respeitados como produtores rurais desse Estado. O que está acontecendo é que esse zoneamento, do jeito que ele está pautado, se ele for aprovado, eu quero dizer para vocês, que moram nessa região aqui de Nova Mamoré: vocês estão todos "lascados", desculpa a palavra que eu estou usando aqui.

Vocês estão "lascados". Entendeu? Sabe por quê? Porque a única coisa que vai se salvar em volta daqui é a cidade. Mas o resto, tudo está demarcado como reserva. E sabe o que vai acontecer? Todos nós que produzimos nesse Estado, vamos ter que ser tirados da nossa terra. Então o que está acontecendo é isso.

Então, eu quero dizer aos senhores que todas essas áreas que estão demarcadas hoje como reserva nesse Estado, nenhuma dessas áreas está sendo mudada para ser contemplada para mudar a categoria de zoneamento delas.

E muito cuidado aqui, porque fala bonita, meu irmão, falar até papagaio fala! Mas o que a gente precisa são de homens, mulheres e de um governo — e eu falo bem claro aqui, me dirijo ao Governador Marcos Rocha —, não tem como esse zoneamento ser aprovado se não resolver primeiro essa questão dessas reservas dentro do Estado de Rondônia, porque isso está acabando com o povo.

Tem gente aqui, deputados, senhores, que estão em depressão. Não estão dormindo. Tem produtores aqui, nessa sala, lá fora que estão me ouvindo e em todo esse Estado de Rondônia, que não estão em paz. Teve gente que já tirou a sua própria vida, porque o órgão ambiental foi lá e "tacou" multa.

Mas na hora de apoiar o homem do campo, o produtor rural, o Estado é omisso. Na hora de multar, na hora de atuar com mão de ferro, nós temos um Estado.

Autenticidade, integridade e interoperalidade - ICP BRASIL VIDE ORIGINAL https://transparencia.al.ro.leg.br/Diario/

E esse Estado não é parceiro nosso. Esse Estado, esse governo, não representa o produtor rural desse Estado.

Eu falo para vocês, nós precisamos nos unir e nós não podemos aceitar uma imposição, um estudo que tem 25 anos. A realidade nossa, hoje, não é a de 25 anos atrás. O Estado tem dinheiro porque na semana passada, graças a Deus, não foi aprovado na Assembleia recurso de R$ 10 milhões. Sabe para que esse recurso? Para aumentar as fiscalizações nas propriedades minhas e suas, que produzimos dentro desse Estado. E para pagar diárias para as forças desse Estado, para fiscalizar e multar eu e você, que estamos produzindo dentro desse Estado.

Então, graças a Deus que não foi votado na Assembleia isso. Isso aqui eu falo sem medo. Sabe por quê? Porque sou eu e é você quem produz e quem sustenta esse Estado. Esse Estado, mais de 80% da arrecadação sabe de onde vem? Das minhas mãos e das suas, que produz, que planta e que cria dentro desse Estado. Certo?

Aqui não tem indústria, aqui não tem nada disso. Mas, aqui tem homens e mulheres que vieram para esse Estado com a proposta de produzir aqui e dar a sua vida por esse Estado. E nós não podemos aceitar, como produtores desse Estado, nós não podemos aceitar, como quem sustenta e carrega esse Estado nas costas, nós não podemos aceitar um governo que venha com mão de ferro em cima da gente. Nós não podemos aceitar isso. E nós não vamos nos calar.

E eu quero encerrar essa fala minha aqui, dizendo a esses deputados que estão aqui: eu sei o empenho dos senhores; eu reconheço porque a minha vida, de um certo tempo para cá, eu moro em Ariquemes, eu tenho propriedade no Soldado da Borracha, mas eu tenho vivido mais em Porto Velho do que dentro da minha própria casa.

Só para vocês terem ideia, eu saí da minha casa segunda-feira de manhã e eu estou aqui agora, certo? Mas uma coisa eu quero dizer para vocês, eu não tenho um mandato, nem pretendo ter, mas uma coisa que Deus me deu e essa ninguém pode me tirar, essa voz que está falando com vocês agora. E eu digo isso como produtor rural, como proprietário de terra que está sendo injustiçado, porque nós temos Títulos e escritura pública da nossa área. Vocês sabem o que isso quer dizer? Você sabe o que significa isso? Uma pessoa ter um Título é a maior vitória que um produtor rural pode ter na vida dele é ele ter um Título, certo, igual a esse que eu tenho aqui. E poder dizer assim "eu tenho o Título da minha área! Eu posso ir no banco fazer um financiamento, porque eu tenho o documento da minha área.".

Mas eu quero dizer uma coisa para vocês, sabe o que vai acontecer com você? Primeiro, você vai ser tirado da sua área, porque esse zoneamento do jeito que está, todas as nossas áreas, as que são do nível 2 vão passar para nível 3. E sabe o que isso quer dizer? Que você não vai poder faze financiamento. Você vai ter que sair da sua área, porque é uma reserva.

Então, quero deixar aqui o meu desabafo. Quero deixar aqui registrado nessa Comissão de Zoneamento, que o nosso Governador do Estado de Rondônia, se ele é tão parceiro do povo, então ele tem que resolver primeiro as questões da reserva. Depois ele coloca para votar zoneamento e para fazer as coisas. Porque do jeito que está, eu quero dizer para vocês que todos nós vamos sentir na pele as consequências disso aqui.

E outra coisa: isso não vai ser mudado, porque a Lei do Zoneamento é 10 anos. Certo? E só daqui a 10 anos é que vai ser discutido a questão do zoneamento de novo. E eu tenho certeza que, daqui para lá, talvez, nós não vamos aguentar essa pressão em cima da gente.

Então, eu quero deixar aqui essa palavra, encerrar e deixar aqui essa fala, para que nós nos atentemos a isso. E estamos aqui representados por esses deputados, e eu tenho certeza que quando isso chegar lá na Assembleia, eu já estou lá, Deputado Delegado Lucas, Deputado Ismael Crispin, já falei com o senhor, já dei para o senhor, na sua mão, uma cópia do Título, o senhor recebeu, me ouviu. Deputada Drª Taíssa, que é daqui da região, a senhora tem feito um belíssimo trabalho por esse povo, certo?

E eu digo para vocês aqui, esses deputados estão nos ouvindo, só que a gente precisa somar forças. São 24 deputados. E nós precisamos cobrar. Quando eu falo cobrar, é no sentido positivo da palavra. Me entendam, porque eu tenho abertura da Assembleia, qualquer gabinete dos senhores, sempre a pessoa é recebida, sempre é bem tratada. Então, quando eu falo cobrar, é no sentido de que nós temos que ir lá. Porque muitas vezes a gente fica calado e aí, quando o negócio acontece, meu irmão, já foi.

Então, eu quero aqui agradecer por essa fala e dizer que nós não podemos aceitar esse zoneamento do jeito que está proposto. Essa é a minha opinião.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Obrigado, Francisco de Andrade.

Convido para a fala o senhor Iranir Ribeiro da Silva, de Jacinópolis e Minas Novas, do Marco Vermelho.

O SR. IRANIR RIBEIRO DA SILVA - Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus por estar aqui, agradecer a presença de todos, do nosso povo de Jacinópolis, Nova Dimensão, Palmeiras e Nova Mamoré. Quero aqui agradecer ao Presidente da Comissão, Deputado Ismael Crispin, Deputado Delegado Lucas, Deputada Drª Taíssa, todos os vereadores, também aqui o representante da Sedam.

Estou aqui e quero dizer que aquele que me antecedeu, o pensamento dele é quase igual ao meu. E digo com certeza para vocês, Deputado Lucas, eu, como tenho conhecimento um pouco da coisa pública, eu tiro o meu chapéu para esta Assembleia Legislativa de agora. A do passado nos decepcionou muito nessas questões de meio ambiente. Então, vocês estão no caminho certo. Vocês estão fazendo um grande trabalho. Eu tenho

acompanhado isso lá dentro da Assembleia Legislativa.

E mais, nós, quando eu vim para Governador Jorge Teixeira, do Estado do Paraná, na época eu participei do primeiro zoneamento do Estado de Rondônia. Lá era uma coisa, agora é outra. Nós temos que pensar agora no povo, é na família de onde que esse Estado recada para pagar o salário de vocês, que é nós que pagamos. Então vocês têm o dever de nos representar muito bem. À Assembleia Legislativa eu tiro o chapéu, está nos representando.

Mas nós precisamos o quê? Dar dignidade para o nosso produtor. Eu represento também uma área do Minas Novas, onde tem a minha propriedade. E temos passado grandes dificuldades nessa questão, sofrido, porque o governo lá deu a Guia de Trânsito Animal (GTA), mandou entrar. O governo lá deu para nós nota produtora. E hoje ela pega do Jacinópolis até lá no Rio Pardo, mais de mil famílias que estão lá. E onde vai colocar esse povo? Vai tirar para onde? Então é isso que o Estado tem que pensar.

A arrecadação do Estado de Rondônia é grande. Por que é grande? Porque nós viemos para cá para produzir, para gerar riqueza nesse Estado, para ter uma folha de funcionários absurda, grande. Para quê? Para poder trazer melhoria. Mas, infelizmente, nós trabalhamos para o Estado; mas o Estado não trabalha para nós, no bom sentido. E digo aqui, peço que me desculpa, estou ali na região de Jacinópolis e fico aborrecido, porque Jacinópolis, de tempos para cá, parece que virou um perseguição que eu nunca vi na minha vida.

Ao invés de a Sedam chegar, conversar com o produtor, chegar até ele, já vem dizendo que todos são bandidos. E nós somos produtor rural, nós precisamos de respeito. Mas chega aquele monte de caminhoneta e aí vai procurando fulano, procurando ciclano. O produtor não é bandido, o produtor só quer o direito de continuar trabalhando. Então, me desculpa, eu já estive no seu gabinete, você já mais ou menos me conhece. Pessoalmente, você já me conhece. Agora eu digo, assim, eu não consigo tirar o chapéu para a Sedam, não. Não consigo. Para os deputados eu tirei, mas não consigo tirar para a Sedam, até pela forma de vocês nos tratar, pela forma de nos perseguir.

Temos ali também em Jacinópolis uma área que é a Gleba Buritis, Figura 3, Figura 2, que não é reserva. Não é, você sabe que eu já fui lá e falei, não é reserva.

Precisamos do quê? Resolver o problema daquele povo, para Jacinópolis voltar a crescer, voltar a desenvolver da forma que vinha sendo desenvolvida. Nós não queremos mais nada, só queremos uma coisa, deixem nós trabalhar. Muito obrigado a todos, fiquem com Deus que é a melhor companhia.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Obrigado, Iranir. Eu vou convidar para a fala o Jefferson de Castro. Ele é Vereador e 1º Secretário aqui da Câmara de Nova Mamoré.

Só vou pedir a ajuda de vocês, olha. Assim, a gente está querendo ouvir todos, já são 11 horas, então quando delonga demais, toma o tempo do colega. Então assim, seja breve, eu acho que com três minutos a gente consegue se manifestar e colocar o nosso encaminhamento, está bom? Preciso da contribuição de vocês para a gente ouvir todos aqueles que estão desejosos de falar.

Com a palavra o Jefferson de Castro.

O SR. JEFFERSON DE CASTRO (Jefferson Clímaco) - Primeiramente agradeço a Deus esta oportunidade de também estar fazendo parte da primeira Audiência Pública, como Vereador, 1º Secretário e também, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de Nova Mamoré.

Quero aqui, em nome da Deputada Drª Taíssa, Deputada Estadual de Nova Mamoré e Guajará, que representa essas localidades, cumprimentar o Deputado Delegado Lucas; cumprimentar o Deputado Ismael Crispin, Presidente da Comissão, que veio trazer esta grande Audiência Pública sobre o zoneamento, econômico e social. Parabéns, deputado, por trazer esta audiência para perto do povo e ouvir principalmente, quem produz e quem leva o alimento à casa de todos os familiares do nosso município, do Estado de Rondônia e também do Brasil.

Eu quero aqui, deputado, dizer que sou de uma família tradicional e defendo muito o Município de Nova Mamoré. Porque é um município que eu amo, foi aqui que eu nasci, é aqui que eu estou fazendo história. E lá quando o meu avô ainda foi vereador por Vila Nova, quando Nova Mamoré era distrito de Guajará-Mirim, o slogan do meu avô era: "avante Vila Nova, futuro município". O meu avô já acreditava que esse município iria ser uma potência no agronegócio e na agricultura familiar. Nós estamos aqui, todos, em um interesse nessa coletividade de defender principalmente quem produz e leva o alimento, porque eles estão sendo taxados como bandidos em suas terras.

Deputado, foi muito importante trazer esse diálogo próximo da população e ouvir cada um de vocês. Espero que seja colocado dentro dos conformes e o produtor possa trabalhar principalmente, com dignidade, e levar e continuar essa agricultura familiar tão pujante que é a principal economia do nosso Brasil. E o meu bom dia a todos vocês.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Muito obrigado, Jefferson. Foi bem objetivo.

A Elizandra Fátima dos Santos, Jacinópolis. Cadê a Elizandra? Lá atrás. Puder levar o microfone lá? Com a palavra, a Elizandra.

A SRA. ELIZANDRA FÁTIMA DOS SANTOS - Bom dia a todos. Eu quero cumprimentar a Deputada Drª Taíssa, preciosa. A todos vocês, eu não sei o nome, se eu for falar de todos vai demorar, então vou ser rápida. Estou com o coração acelerado porque a emoção aqui é grande, gente.

Desculpa, o que eu vim falar aqui é pouco, mas sobre o zoneamento eu admiro, sim, a doutora falando, acho lindo, parabéns, mas eu sei falar o que eu vivi.

Lá onde eu morei, eu sou de Jacinópolis, eu vim representar o povo da agricultura de Jacinópolis, o povo trabalhador, o povo da roça que luta em ter um pedacinho de terra para viver. Eu saí de lá onde eu morava com as minhas filhas, em cima de uma moto, e vim parar na rua, no meio da rua. Isso Deus viu.

E eu não quero criticar ninguém, não quero falar mal de ninguém. Primeiramente, meu Deus, me perdoe, eu quero agradecer a Deus por eu estar aqui falando essas palavras. Mas eu quero pedir para vocês, por favor, que vocês façam um zoneamento justo. Um zoneamento justo para que a gente possa ter um pedacinho de terra para morar, para viver, para construir uma casa para morar, porque minha filha, quando a gente saiu de lá, ela está ali fora. Ela falou: "Mãe, onde que a gente vai morar? Onde mãe? E a nossa casa vai ficar aqui?".

Foi destruído. Não foi queimado só lona, a barraca, foram destruídos sonhos de pessoas que têm viveiro de café, de cacau e estão clamando a Deus um pedacinho de terra para plantar e não têm. Está ali fora o povo de Jacinópolis, está aqui dentro, nós só queremos, gente, nós não estamos pedindo esmola. Nós só precisamos de um pedacinho de terra para fazer uma casa e viver com dignidade com nossos filhos. E plantar um café, um cacau, uma mandioca, uma banana para a gente alimentar. Só isso! Eu não quero julgar e nem criticar ninguém. Se eu magoar alguém aqui, eu peço que Deus me perdoe.

E eu admiro, sim, o trabalho de cada um de vocês que aqui está. É um prazer ver vocês pessoalmente. E eu agradeço a Deus. E eu quero deixar só uma palavra aqui. Eu nem sei se pode, mas eu sei que meu Deus permite eu falar em Isaías 65:24, que diz bem assim, "Porque quando vocês clamarem, eu respondo. E quando vocês ainda estão falando, eu vou ouvir".

E eu sei que Deus ouviu o meu sofrimento. Ele viu tudo o que a gente passou lá dentro. Não foi só eu que vivi. Foi muita gente que está aqui. Eu fui parar no meio da rua. Mas, muitas pessoas entraram em desespero, também, gente. Então, eu peço do fundo do meu coração que vocês pensem e façam um zoneamento justo. Um zoneamento justo, que se me perguntarem o que é um zoneamento ou uma gleba, eu não vou saber explicar.

Eu admiro a doutora falar, muito lindo ela falar, admiro mesmo. Mas eu sei explicar o que eu vivi. E ela sabe explicar o que ela estudou, o que ela faz, um trabalho lindo. E eu agradeço, gente, a minha fala, e eu peço mais uma vez, se vocês forem fazer um zoneamento, façam um zoneamento justo para que a gente possa ter um pedaço de terra, fazer uma casa, plantar, comer, viver com dignidade. É só isso, gente. Eu queria falar muito, mas eu sou chorona, me perdoa.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Agradecer a Elizandra e compreender também o sentimento.

Convido para a palavra, Leiriane Saja da Silva, de Jacinópolis. Cadê a Leiriane?

O SR. VALBERTO DE OLIVEIRA ALICRIM - Ela passou o microfone para mim, porque ela está sem condições de falar.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - O senhor vai substituí-la?

O SR. VALBERTO DE OLIVEIRA ALICRIM - Isso.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Fala o seu nome, por gentileza, se identifique.

O SR. VALBERTO DE OLIVEIRA ALICRIM - Eu sou Valberto, morador de Jacinópolis, fundador de Jacinópolis. Eu quero aqui, primeiro, eu quero cumprimentar o Deputado Ismael Crispin, a Deputada Drª Taíssa, o Deputado Delegado Lucas Torres; toda a Mesa; cumprimentar todos os moradores de municípios, distritos, de toda a região; parabenizar também por essa ação e abrir espaço para a população falar sobre o sofrimento na pele que nós sofremos aqui em Rondônia, no nosso município, no nosso distrito.

Eu quero falar pelo nosso distrito. A situação que essas mulheres falaram aqui, tem mais de 300 pessoas que sentiram na pele as mesmas condições delas aqui. No nosso município ali, no nosso distrito de Jacinópolis, na Gleba Buritis, figura 2 e 3, área da União destinada à reforma agrária.

Eu falo isso com tanto conhecimento, que eu fui em Brasília o ano passado, com alguns representantes estaduais e federais, e, junto com a Comissão de Buritis, aqui de Jacinópolis, de Monte Negro, de Bandeirantes; estivemos em vários órgãos públicos lá em Brasília. Nós fomos na Funai, no Ibama, fomos também no Incra e fomos no SPU (Secretaria do Patrimônio da União). O SPU deixou bem claro para nós, que é o fundamento que nós de Jacinópolis, mais queríamos saber, as nossas condições.

Eles falaram para nós: a Gleba Buritis é destinada à reforma agrária, nada pode mudar isso, porque o Estado é que está invadindo a área da União. Deixou claro para nós. O Superintendente falou isso, junto com as autoridades. Onde estava, vou falar o nome das autoridades, estava junto "com nós" o Jaime Bagattoli e a Silvia Cristina, que nos acompanharam.

Então, o Estado que invadiu a nossa área. Igual ele também falou, desculpa falar meio rápido, não ocupar muito tempo. Igual ele mesmo falou, que jamais, jamais pode se criar uma reserva ali, ali é área de fronteira, onde tem que ser habitada, ou só seria para servir para o Exército, para montar a guarnição do Exército; mas o Exército já destinou que não tem recurso e nem tem soldado.

Então, ali pode acontecer um tráfico de drogas, um tráfico de armas, e um tráfico humano. Jamais pode criar uma reserva ali dentro. A maioria da população foi enxotada lá de dentro.

Eu vi isso quando mais de 70 casas foram cor-

tadas, não deixaram as pessoas nem olharem para trás. A Sedam fez isso, claro que foi a pedido de alguém. Não culpo os agentes, porque estavam seguindo ordem, mas a população que mais produzia, teve que sair e está jogado na rua em Jacinópolis. A maioria. E não sabe onde vai. E a garantia deles hoje são essas audiências públicas. Deputados Lucas Torres, Drª. Taíssa, Ismael Crispin, tomem providência para ajudar essa população.

Hoje, nosso distrito em Jacinópolis, não desmerecendo nenhum distrito, corresponde com 42% da arrecadação do nosso município. E somos os mais maltratados pelos órgãos ambientais. Perseguição 24 horas.

Olha lá, se não chegar em casa hoje, não tem uma polícia perseguindo. "Onde é que é a sua casa? O que você falou?" Acontece diariamente no distrito de Jacinópolis. E são pessoas humildes, simples. Só sabe pegar no cabo da foice, da motosserra, no enxadão, na picareta, para trabalhar e produzir.

Lá dentro dessa área, vários canteiros de café foram arrancados com carregadeira, frutas foram arrancadas com a pá carregadeira. As pessoas saíram, não deixaram nem olhar um ninho de galinha, nem tiraram um porco do chiqueiro. Saiu assim, "tocado", chutado assim.

Então, é uma indignação, eu fico revoltado por isso, mas desculpa, eu estou aqui para e falar a verdade do que aconteceu em nossa região. Isso é inaceitável. Somos nós que produzimos, nós só queremos trabalhar. Hoje é proibido no nosso Brasil, no nosso Estado, produzir, você trabalhar e ser honesto. Você paga um preço muito alto, muito alto, para você ser honesto no Brasil. E nós estamos caminhando em Rondônia, que é o Estado mais pujante, o Estado que mais trabalha, e se encontra em uma situação dessa.

Então, eu quero parabenizar a Assembleia Legislativa, tomou a atitude da votação que teve esses dias atrás, da CPI, foi favorável. Não pode deixar acontecer essa questão de zoneamento. Esse zoneamento vai prejudicar muitos trabalhadores. Não adianta nós entrarmos nas terras e o zoneamento não deixar nós habitar, trabalhar e produzir. Também não adianta, gente. Nós temos que ser cientes disso. E nós temos que crescer. Os meus filhos já vieram. Meus netos estão vindo. Essa é a consequência do nosso Brasil. E nós não estamos entrando em reserva. Nós queremos preservar. Mas dentro do que cabe a nós. Nós estamos cientes disso. Não podemos derrubar mais, não podemos meter fogo em nada.

Então, nós temos que trabalhar de acordo com a Sedam. Mas a Sedam nunca apareceu em Jacinópolis para fazer uma palestra. Ou "não faz isso porque é perigoso, não faz isso que você pode ser prejudicado". Só vai lá em Jacinópolis para tocar o terror. Eu falo isso claramente, que é revoltante o que acontece aí. As pessoas, muitas vezes, quando veem um carro da Sedam, se entoca para dentro da casa, se entocam para debaixo da cama, com medo da Sedam. E a Sedam tem que ser para nos orientar, para nós trabalharmos em parceria. Eu falo isso por representar Jacinópolis. Obrigado a todos. Desculpa o desabafo.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Muito obrigado.

Eu convido para a fala o senhor Antônio Cristimar. O microfone, por gentileza.

O SR. ANTÔNIO CRISTIMAR RODRIGUES SAMPAIO - Bom dia. Primeiramente cumprimentar a Mesa. E dizer que é uma satisfação ter aqui tanta gente em Nova Mamoré hoje, autoridades, Deputado Ismael Crispin, por estar conduzindo muito bem, e a gente poder dar a vez da fala, de a gente ouvir o que viveram essas pessoas aqui, o seu desabafo.

Eu quero dizer que sou da época do machado, que aqui cheguei junto com meus pais quando criança ainda, e conheço toda essa história de Rondônia praticamente. E ainda mais quero dizer que Rondônia começou por aqui. Assim, eu, como aqui a Deputada Drª Taíssa que também é filha daqui, sabe muito bem a nossa história e tudo isso que nós estamos passando, que vivemos. E dizer que agora esse zoneamento que aqui está sendo proposto ainda nos preocupa, porque nós podemos ver pelas imagens algumas situações de pessoas que nós conhecemos, que estão fora da realidade do que está sendo proposto hoje.

Então, nós conhecemos Rondônia da época da exploração. Meus pais vieram para cá para trabalhar, assim como eu acredito todos nós que estamos aqui viemos para trabalhar aqui nesse Estado. Produzimos, geramos riquezas e melhoramos a vida de muitas pessoas. Mas quando o Estado, de repente, nos pressiona, nos cobra, e somos muitas vezes, dos aqui que produzem, somos tratados como bandidos. Nós precisamos nos unir, é isso que estamos fazendo, para que nós possamos ter vez de fala com quem aqui dita as regras, com quem aqui faz as leis.

Eu acho isso aqui muito importante. Mais uma vez, quero parabenizar o Deputado Ismael Crispin por dar essa oportunidade. Esperamos que seja dessa forma assim feito, dando a fala, e que possam essas pessoas aqui serem ouvidas e, sim, a gente poder rever essa situação desse zoneamento. Muito obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Obrigado ao Antônio Cristimar.

E convido para a fala o Franber Carvalho. O Franber já participou desse debate bastante. Com a palavra. Me ajudem aí no tempo, por gentileza.

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO - Bom dia a todos. A minha fala é só mais complementar, devido à fala de cada um, desabafo, a realidade da vida de cada um. Eu gostaria que deixasse um microfone para a Doutora Débora, posteriormente, porque algumas dúvidas que eu tenho, por exemplo, sobre o zoneamento. Qual é o período de revisão dessa lei?

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Só para

Autenticidade, integridade e interoperalidade - ICP BRASIL VIDE ORIGINAL https://transparencia.al.ro.leg.br/Diario/

cumprir. Faz o encaminhamento da tua dúvida, para a gente não ficar fazendo contraponto, porque tem um pessoal que saiu de madrugada de casa e eu quero prestigiá-los. Então, faz o encaminhamento da dúvida e no outro momento segue a resposta, só para a gente não ficar fazendo contraponto. Está bom? Obrigado.

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO - Então, o primeiro encaminhamento: qual o tempo de revisão dessa lei, se ela for aprovada, o projeto que foi levantado em 2015, ou seja, já tem 10 anos de delay, qual o tempo de revisão? E essas pessoas que estão nessas áreas de conflitos, que nós vemos que eram representantes do Estado, e que a CPI provou uma irregularidade gigante, se eles têm algum dispositivo depois legal para, antes desses 10 anos, retomar como era produtivo.

Porque eu vi ali no mapa que, quando foi o projeto encaminhado, que a zona, era Zona 1. E, posteriormente, se ele vir, vão se tornar Zona 2. A minha posição e a minha visão técnica, de Zona 3, é que seria uma hora de nós discutirmos essas questões e ainda passar a revisar essas áreas de conflitos. E o que eles falaram estão corretos. O Estado deu condição para Jaci. De um dia para o outro, o Bianco desafetou uma pontinha do Estado e afetou dez vezes mais, sem nenhum estudo, com uma outra legislação. E o nosso antigo Presidente Michel Temer fez o maior retrocesso ambiental, em lei aprovada na Câmara Federal e no Senado em 2018, desafetando áreas que tinham sido perdidas na Adin e afetando as áreas em cima do Cuniã, está na lei.

Então nós podemos, para beneficiar o povo, fazer isso. Ele já fez, a Federação fez o retrocesso ambiental. Então, a hora de nós revisarmos é isso. Porque a fraude ficou provada. Os agentes que estavam, as pessoas que estavam à frente do Estado burlaram toda a legislação para criar uma coisa que nem foi criada. Porque se não tem publicação ou se não tem assinatura, não existe.

E nós precisamos, sim, e cabe ao Governador do Estado de Rondônia e vocês, deputados, pressionarem o Ministério Público. É só isso. E nós vamos resolver esses problemas dessas pessoas. Se não fizer isso, nós vamos ter sempre essas pessoas que querem trabalhar, não querem roubar, não. E esse é o meu desabafo como técnico, está bom? Obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Obrigado, Franber. E convido Adeilton Rodrigues, que é produtor rural. É de Jacinópolis também.

O SR. ADEILTON RODRIGUES DOS SANTOS - Isso, isso é de Jacinópolis. Sou morador, eu sou Adeilton Rodrigues dos Santos, lá da Linha 7. A minha propriedade lá faz a metade dela é na Gleba Vertente e a outra metade na Buritis, figura 3, onde os amigos aí já comentaram sobre a questão, que ela é verdadeira.

E ao longo dos anos que vem passando, a gente vem sofrendo grande perseguição. Quase todo mundo me conhece, sabe o que eu venho passando, mas a gente vai até o Incra e o Incra fala: "Não, essa questão dessa área é desse jeito." Não é de o Estado criar reserva, são glebas certificadas do Incra. Mas a gente chega, as questões são diferentes, não tenho nada contra a Sedam, faz o que eles, tipo assim, obedecem a ordens.

Mas será eu não tenho o direito de ter minha terra, que eu comprei, paguei, e sustentar meus filhos? Tem aqui, essa criança aqui, que é a mais nova e o mais velho. Eles não podem ver mais chegar a polícia lá em casa, por quê? "Vai prender meu pai, vai prender meu pai". Eles me abraçam assim, me segura, pensando por quê? Eles não podem. Hoje, se você trabalhar hoje, é crime.

Então, a gente só aprendeu a fazer isso, trabalhar. Foi o meu finado pai me ensinou. E está a minha mãe aqui, com certeza vai estar sabendo, não é? Ela sofre muito, porque essa perseguição que vem na questão de Jacinópolis, não só comigo, como uma amiga minha citou ali, foi tirada de lá das suas terras. Eles fazem assim, ou você sai, ou, igual no meu caso, eles prendem e depois vão lá e pegam tudo o que você tem.

Aí eu pergunto, cadê? Cadê o gado que foi pegado dessas famílias? Cadê os porcos, galinhas, que foram tiradas do sustento dessas pessoas? Aí nunca me falam para onde foi, cadê a prestação de contas, foi para onde esse gado? É isso aí a minha indignação, que eu acho. Por que hoje nós estamos nessa Audiência Pública aqui? Jacinópolis hoje, veio quase em peso. Por quê? Porque todo mundo se sensibilizou com o sofrimento das pessoas ali em redor que foi prejudicado.

Eu vejo assim, a questão de muita gente perguntando para mim: "O que nós vamos fazer, o que nós vamos fazer?". Eu falei o que eu posso fazer? Pedir a Deus e pedir aos nossos representantes que possam nos ajudar. Porque é só isso que nós podemos fazer.

Eu não entendo de questão de lei. O que vem, a gente pega: "Ah, é desse jeito, assina aqui, é assim que eu não vou preso?". Pronto, eu assino o problema, o resto da minha vida. Porque eu não sei o que estou assinando. Mas aí vem um órgão, tipo assim, com decisão de prejudicar a gente, falando que é o certo, e a gente faz e assina. Depois o resto da vida a gente está com problema para o resto da vida. Não tem mais CPF. Aí, o que acontece? O dia que conseguir legalizar a minha propriedade, eu não posso ter direito no financiamento para poder comprar umas vaquinhas de leite. Aí outras pessoas chegam e podem adquirir uma terra, e com o nome limpo, e quem sofreu ali mesmo, não tem esse direito de produzir em cima dessa terra.

Então, eu vejo assim, a questão nossa hoje, de Jacinópolis, a questão do zoneamento. O zoneamento, eu vi pela área ali, não beneficiou nós em nada. Nós ficamos fora como sempre. Mas, para destruir as nossas casas, pegar nosso gado, nossos porcos e galinhas para fazer churrasco, nós somos os primeiros que eles acham, eles nos acham. Mas na hora de beneficiar, por que não acham nós? É isso aí que eu vejo assim.

Eu acho que o zoneamento tem que melhorar na questão, porque são mais de 400 famílias que têm ali

Autenticidade, integridade e interoperalidade - ICP BRASIL VIDE ORIGINAL https://transparencia.al.ro.leg.br/Diario/

naquela região da Gleba Buritis, em figuras 2 e 3, e tem a região também da Gleba Vertente, que eles também estão querendo que dê uma sobreposição em cima.

Então, na verdade, essa questão da reserva tem que fazer uma delimitação, o Estado tem que ver onde é a reserva verdadeira, porque é que não faz isso? Para ver quem são os culpados nisso aí? Será que somos nós, produtores, os culpados? Ou será que é o Estado? Então nós só queremos isso aí, esclarecimento, "Ó, isso aqui é reserva, isso aqui é do Incra.".

Então, vai trabalhar em harmonia, porque nós não podemos ficar nessa indecisão. E ver a questão das nossas crianças vindo e falar assim: "Cadê, o que é que nós vamos cuidar de agora para frente? Será que eu posso viver aqui com a minha família ou não?" Antigamente eu tinha honra. Não é desmerecendo a questão das polícias não, e nem da Sedam, de chegar e conversar com eles, dialogar. Hoje, eu não! Porque quando eu fui conversar, eu fui prejudicado. Então, hoje eu não quero conversa.

Não estou aqui falando que todos os policiais e toda a Sedam são errados. Só que tem muitos que se prevalecem com o poder que tem. E é o que está acontecendo em Jacinópolis. Em toda a região ali.

É essa questão que eu quero ver do zoneamento, que melhore para nós. Porque, do jeito que eu vi aí, não vai beneficiar a gente em nada ali. Então, muito obrigado e agradeço a presença de vocês.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Obrigado, Adeilton. E eu convido o Marcos Froes, que é representante da Associação dos Produtores da Linha 40 - ASPRO.

E aí vamos, vamos só cuidar do tempo, gente.

O SR. MARCOS FROES PEREIRA – Bom dia a todos. Eu sou o Marcos Froes, venho lá da região de Candeias do Jamari. É uma região conhecida como PAF Jequitibá, que de PAF, lá, não tem nada, Distrito Nova Samuel.

Quero aqui dizer um bom dia à Mesa; também quero tirar o meu chapéu para o trabalho que essa Assembleia Legislativa está fazendo na questão da CPI, na questão de conversar com o produtor e que vem nesse segmento.

Mas, enfim, hoje, gente, vou ser breve, é a questão do zoneamento. Eu vim aqui para falar de zoneamento. Deputado Ismael Crispin, Deputada Drª Taíssa, Deputado Delegado Lucas Torres, está aqui o Hueriqui, que é um menino novo, está ali representando a Sedam, o Governo do Estado.

Vocês viram aqui que nós temos a parte teórica, e a parte do sofrimento, a realidade do povo, nua e crua. Pessoa sem casa, pessoa sendo jogada, pessoa sendo abandonada. Por quem? Pelo nosso próprio governo. A quem era de nos abraçar, de fazer um trabalho e deixar esse povo trabalhar.

Então, eu fico preocupado como cidadão, fico preocupado como pai, que até quando esse povo vai aguentar sendo massacrado pelo seu próprio governo, Doutora? Nós temos que achar uma solução.

Esse zoneamento precisa ser feito com carinho, precisa ser estudado, precisa ser ouvido, — a comunidade — em mais lugares, precisa ser debruçado, porque nós não podemos colocar um zoneamento "goela abaixo", colocar esse zoneamento que venha afetar um cidadão, uma pessoa, um homem trabalhador. Porque aqui, são pessoas trabalhadoras que produzem.

O meu pai chegou em Rondônia em 1978 em um projeto do governo, num projeto do Incra, para onde nós viemos para trabalhar e produzir. Aqui eu criei minha família. Tinha um filho com 25 anos que morreu num acidente, até comentei aí, por improbidade desse Estado, por não ter uma logística, não ter nada, mas nós continuamos lutando, Hueriqui.

A Sedam não pode ser a mão de ferro, a qual massacra. Nós já temos todas as políticas, todas as ações predatórias do Ibama, do governo federal, que nós viemos sofrendo. Nós temos todas as falhas nesse Estado, em toda essa questão logística.

Agora, o zoneamento: eu me preocupo, Hueriqui, quando você fala que o zoneamento não afeta direto o produtor. Ele afeta. Porque, como que não afeta? Vamos dizer, lá onde nós temos aquele litígio lá, que está na Justiça. Nós passamos por um zoneamento que amanhã ou depois libera, mas aí nós vamos esperar 10 anos para incluir no zoneamento, para poder produzir, fazer outras plantações? Então nós precisamos estudar sério. A Sedam tem que ter um freio, Deputado Ismael Crispin.

É preciso sentar com o Governo do Estado. O Governo do Estado prometeu em campanha, promessa de campanha, que ia resolver a questão do zoneamento, ia rever aquele Projeto de Lei que foi feito para readequar todo o povo.

Esse povo aqui representa o Estado. Esse povo aqui representa o Coronel Marco Rocha, representa a Assembleia Legislativa. E vocês têm uma conta com esse povo e eu espero que essa conta vocês cumpram e amanhã depois o povo vai abraçar vocês. Eu quero ver um de vocês amanhã, depois, sendo Governador desse Estado, sendo ministro desse país e levando o Estado de Rondônia e abraçando e colocando esse povo sofrido num nível maior nesse Estado. É o que eu tenho dito, irmão. Muito obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Agradeço ao Marcos Froes e convido o Alexandre Dias, que é Prefeito do Município de Campo Novo.

Nós temos 10 inscritos aqui ainda. Então o tempo está com vocês, a colaboração aí.

O SR. ALEXANDRE JOSÉ SILVESTRE DIAS – Bom dia a todos, em nome do Deputado Ismael Crispin e do Deputado Delegado Lucas, quero cumprimentar a Mesa. Em nome da Deputada Drª Taíssa, cumprimentar todas as mulheres aqui presentes.

Primeiramente, eu quero parabenizar aos depu-

tados aqui presentes por estarem dando voz ao povo, que é quem produz. Lá atrás, quando foram criadas 13 reservas dentro do nosso Estado, não houve essa oportunidade para esse povo que tanto sofre dentro do Estado de Rondônia nos últimos anos. Não foi chamado ninguém para ter essa conversa. Então, embora a passos lentos, está tendo uma melhoria. Parabéns aos deputados aqui.

E outra situação que nos indigna, como diz um parceiro, é que nós estamos vendo o trabalho que vocês vêm fazendo. E é isso que nós queremos. Porque tem deputado hoje, em mandato, Deputado Ismael Crispin, que estava em mandato quando deixou criar essas reservas que nos penalizaram. E hoje estão sofrendo assim como os produtores.

A preocupação desse zoneamento talvez não seja agora no momento, mas daqui 10 anos, daqui 8 anos, quem nos garante que nós vamos ter a despreocupação de manter nossas terras? Não basta só falar do agro. Nós temos hoje representantes dentro do nosso município que vestem camisa do agro, que falam sobre agro, mas não vivem do agro. Não sabem o que é chegar no final do mês, vender um bezerro e ter a preocupação se as contas vão fechar ou não. Ou entregar o seu leite, os produtores de leite sofrem muito também, que vendem seu produto, não sabem quanto o laticínio vai pagar e se a conta vai fechar ou não.

Então, tem que viver, nós vivemos e temos essa preocupação. Hoje lá dentro do Campo Novo nós temos algumas linhas, que algumas terras, deputado, está lá "área zoneamento indígena". Não está na área indígena, mas está no zoneamento. É outra preocupação.

Então, como o rapaz ali do Soldado da Borracha mencionou, na década de 1970 o lema era desmatar para não entregar. E agora? Será que se o Estado de Rondônia, o Incra, naquela época, na década de 1970, tivesse apresentado um programa que está apresentando hoje, será que aqueles pioneiros que vieram de vários Estados viriam enfrentar? Não, eu tenho a certeza que todos ficariam no conforto do seu Estado.

Nós temos que nos preocupar por essa situação. E para encerrar, deputado, tem algumas coisas que não são faladas. E eu quero aqui dar uma sugestão aos senhores, que eu tenho a certeza que ainda vão ser feitas várias audiências para chegar a um denominador comum, para beneficiar o nosso povo, é claro. Chame o Ministério Público para participar. O Ibama também. Eu já conversei com o César em uma audiência pública. E o César, eu pedi para ele, ao pessoal do Ibama, que no mínimo eles respeitem o produtor.

Lá no meu município, a última vez que eles foram, aconteceu uma tragédia dentro do nosso município. Um pai e um filho faleceram no mesmo dia, logo depois de uma operação do Ibama. Então, os senhores têm a caneta. Porque muita gente joga pedra nos deputados, e eu sei, lá no meu município também é assim, mas eles não sabem que tem três promotores, dentro do Estado de Rondônia, ambientalistas, e que não aparecem aqui para falar com esse povo que paga o salário deles.

Então, convoquem, tragam eles aqui para eles olharem para a população. E também, se eles querem seguir essa linha de raciocínio, que ofereçam opções para esses pais e mães de famílias. No mais, novamente, parabéns a vocês e muito obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Obrigado, Prefeito Alexandre.

Convido o Miguel Neto, que é Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais do Município de Guajará-Mirim. Cadê o Miguel?

O SR. MIGUEL NUNES NETO - Bom dia a todos, ao deputado. Vou colocar os óculos aqui, não é? Em nome do Deputado Ismael Crispin, eu cumprimento toda a Mesa. Em nome da Deputada Drª Taíssa, eu cumprimento todos os presentes aqui.

Primeiro vou me apresentar. Sou Miguel Neto, sou engenheiro agrônomo, sou funcionário do Incra aposentado, funcionário do Incra. Sou Presidente do Sindicato, sou Conselheiro do SENAR, Conselheiro da Federação de Agricultura, enfim.

Eu estou participando da representação produtiva, coisa que todos nós temos que fazer. Está aqui o nosso Prefeito Netinho, nosso vereador, Presidente da Câmara. Guajará-Mirim precisa aparecer no mapa e sempre aparece com coisa que não produz nada.

Agora vamos relembrar o Planafloro. Por que ele foi feito? Começou a discussão dele em 1988 e em 1990 foi institucionalizado? Porque chegou em 1988, acabou o dinheiro do Polonoroeste. Quem é mais velho aqui deve lembrar. Polonoroeste. Acabou o dinheiro, o governo não tinha dinheiro nem para pagar funcionário. Aí, as mentes brilhosas, criaram o Planafloro. Grosseiramente falando, foi isso.

Aí é dinheiro de BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento), dinheiro não sei mais da onde, da Europa. O governo tinha que pagar um preço, que são as reservas. Aí criou esse monte de reservas sem fazer nenhuma audiência pública. Não foi feito. Foi no papel. Meteu o dedo aqui e pronto, acabou. Até um companheiro nosso do Incra, que eu esqueci o nome dele agora, era o Coordenador Geoflorestal, o marido da Helena lá, eu esqueci o nome dele agora, o Joel. Pode ver ele lá, Joel Magalhães.

Então, foi feito um negócio, o que interessava era o dinheiro, não interessava o povo, não interessava a questão social. O caos social que está aqui. O companheiro ali que falou do negócio da Soldado da Borracha, está bem claro. Os Títulos que foram emitidos, artigo 5º, ele foi muito feliz. Eu já tinha até anotado para falar. Ele falou aqui.

Todos os Títulos emitidos, artigo 5º: "exploração agropecuária de acordo com a Legislação Ambiental da época." Você entendeu?

Então, o pessoal veio para cá, aí o governo tinha que indenizar. O governo, como sempre, dando o cano. Não deu o cano, deu um pedaço de terra. Aí, pelo menos no nosso município, não fez estradas. Para lá também, a maioria não fez estradas. As pessoas foram venden-

Autenticidade, integridade e interoperalidade - ICP BRASIL VIDE ORIGINAL https://transparencia.al.ro.leg.br/Diario/

do, vendendo, vendendo. Agora, nunca foi para explorar seringa, gente. Nunca foi. É uma das faixas existentes. Nunca foi.

É muita coisa, eu fui anotando aqui, é muita coisa que a gente tem que falar. Quando criou o Planafloro, Zona 4. Vamos falar da Zona 4. Todo o Município de Nova Mamoré, aqui é a Zona 4. Quem conhece aqui, primeira linha, segunda linha, terceira linha, tudo era Zona 4. Não tivemos condições de criar nenhum projeto.

E aqui Gleba T.D. Boa Esperança, 192 mil hectares foram desapropriados em 1988, antes do Planafloro. Aí, quando foi 2000, a segunda aproximação. Que fique bem claro, quando criou, a aproximação tem que ser de 10 em 10 anos, é lei. O governo não cumpre. O governo não cumpre. Aí, em 2000, foi a segunda aproximação, nós fizemos os primeiros quatro projetos aqui. Foi da primeira até a oitava linha, até o quilometro 12, e lá em cima da 21 até a 29, um pedaço. E depois, em 2010, mudou, negócio de Zona 4, veio para 1.3, aquele negócio todo, criaram-se mais projetos.

Hoje, não deu para eu ver aqui, e eu estou aposentado também, não estou acompanhando com lupa, nós temos aqui, desapropriado ainda, no Município de Nova Mamoré, 30 mil hectares, que é Zona 2.1, lá da 21 na 27, final do quilometro 40, mais ou menos, até no fundo da Santa Carmem.

E temos aqui, depois da vila ali, a vila ali do entroncamento, tem 3.500 hectares, que é a Zona 2.2. Eu espero que tenha mudado. O governo pagou por isso. A sociedade pagou por isso. A sociedade pagou. E hoje é toda ocupada. Se está vendo pelo lado ocupacional.

Gente, então são várias situações. A questão das zonas que se fala. Essas zonas, são criadas por ocupação? Sempre falam isso, mas parece que não é. Porque toda vez nós temos problemas. Toda vez nós temos problemas. As pessoas gostam de falar que a gente, no Incra, a gente anda muito. Pega o pessoal das empresas, que sempre é empresa contratada, aquele negócio, a gente nunca vê esse pessoal andando.

E hoje é muito fácil fazer o negócio do mapa. Antigamente fazia no mapa, imagina hoje com as imagens, tudo. Tudo está aí à disposição para fazer. Então as pessoas, essas empresas contratadas, têm que andar, a gente tem que cobrar. E as pessoas têm que vir aqui e falar. E falar!

Essa questão de meio ambiente é muito discutível. Nós somos formiguinhas, nós não conseguimos mudar nada. Nós não conseguimos mudar o clima. Nós somos formiga. Um vulcão aqui no Chile, na América Central, joga dióxido de carbono e outras coisas mais, para o que a gente fizer aqui durante dez anos. Nós somos formiga. Então, nós temos que trabalhar.

Outra coisa, eu acho que esse plano aí, ele não deve ser aprovado, enquanto não resolver as questões dessas 11, não sei se é 11 ou 13, reservas que foram criadas pelo ex-governador Confúcio Moura, que é um irresponsável, ele foi irresponsável, ele é um produtor rural, um médico, ele é um produtor rural, um médico que sabe a questão social da coisa, criado ali na região de Ariquemes. Como que ele não sabe disso? Um produtor rural. Como que ele criou isso? Em troca de quê? O governo sempre está quebrado e precisa de dinheiro.

A União Europeia, Estados Unidos e outros países, China, ninguém quer que esse país produza. Porque se produzir, nós seremos uma potência, igual já somos, com essas restrições e com essa polícia em cima de famílias. Igual a senhora falou ali, e o rapaz falou ali, os filhos dele não podem ver um carro que saem correndo. No nosso tempo de Toyota Bandeirante, a gente chegava, a gente cansou de ver colono que tinha corrido para o mato, porque não tinha identificação, do Ibama também não tinha, e pensava que era o Ibama. Aí a gente saía balançando os braços: "Ei! Aqui é o Incra, é o Incra".

Cansamos de ver isso. Cansou de acontecer isso com a gente. Cansamos. E olha que o Incra é um órgão fiscalizador, só que o Incra trabalha diferente. O Incra conversa, o Incra notifica, o Incra explica para lá, para cá, 10 vezes, 20 vezes se for preciso. E o objetivo do Incra é resolver os problemas econômicos e sociais que existem na população. Não é prender ninguém, não é maltratar ninguém, não é ofender crianças e mulheres que trabalham para o bem desse país.

Aqui foi falado, a questão das reservas: 34% foi para 41%! Eu acho que tem mais de 40%. "Ah, não, mas tem reserva invadida". Tem reserva invadida por irresponsabilidade do governo, que vai criando reservas para lá e para cá e não tem condições de cuidar delas.

Essa questão de criar reserva, realmente é discutível, porque todas as glebas matrizes que o Incra fala, (Buriti 2, 3), que ele falou ali; aqui é Guajará e Samaúma e outras, tudo é um quebra-cabeça. Todas são do governo federal.

Realmente, se for discutir alguma coisa jurídica e não ter promotor ambientalista, que esse é o problema, Ministério Público ambientalista, muita coisa aí "cai por pau". Porque o governo tinha que pedir licença, pedir autorização para poder criar inicialmente. E eles não fazem isso. Eles não fazem isso. Aqui é área de fronteira, vamos falar da nossa região. Aqui é área de fronteira, até 150 quilômetros, a discussão é outra; é outra, a discussão.

A Assembleia Legislativa tem que ser mais ativa, como foi falado aqui, mudou algumas coisas, mudou. Mas nós temos muitos políticos que vem, fala coisa em público aqui e nas reuniões que a gente não participa, se discute outras coisas. Porque aqui o político fala aquilo que é bom, bonito para todos nós, para ele ganhar o voto. A nossa Assembleia já melhorou muito. Agora tem que melhorar. Os nossos políticos têm que "vestir a camisa". Não ter vergonha de defender o agronegócio. Não ter vergonha de falar que essa questão climática é uma falácia. É uma falácia.

Você pega, a Cargill, soltou um comunicado de que ela compra soja, milho, "da onde" vier, agora até 31/12/2020. Foi só o Trump ganhar. Foi agora. Por que a **(ininteligível)** falou isso? Porque a própria União Europeia já tem esse embargo lá em discussão, 31/12/2020. E nós estamos aqui com o marco, 22 de junho de 2008,

que é o Código Florestal. O mundo mudou. Temos que discutir a mudança do marco florestal. Mas foi bom acontecer esses embargos agora, porque vai vir aqui também.

Em Porto Velho, Município de Porto Velho, foi Rondônia, Acre, Amazonas, Pará. O Ibama agora interdita por imagem de satélite. É uma maravilha. Não precisa vir aqui. Não precisa fazer nenhuma criança ficar com medo, nenhuma criança sair correndo, ninguém se esconder debaixo da cama. Ele vai, imagem do satélite, todo o mundo notificado por edital. Porque, de acordo com a lei, todo o mundo é obrigado a ler o Diário Oficial da União, do município, do Estado. Quem lê aqui? Eu acho que nem os deputados leem. Eu acho que nem os deputados leem.

Então, vai vir aqui também. A federação. Nós temos que nos unir. Associações, sindicato rural, federação, CNA... CNA já entrou em nível nacional; a federação está entrando. Agora, nós precisamos nos unir. E isso é para que tenha conversa.

De 2015 para cá, com o Hélio que é o presidente, nós mudamos muito. Com certeza a federação sabe disso, que o Hélio está sempre presente, nós estamos sempre presentes nas Comissões, contratamos mais dois funcionários para estar presentes em todas as Comissões. Porque só fazem as coisas sem consultar a base, sem consultar "nós". A gente é só comunicado.

Aqui apareceu o Ibama agora, que aqui é uma área de frente de produção de grãos. "Ah, tem a lei!" Multou meio mundo, questão das embalagens. Por que não notificou e deu seis meses para o cara resolver o problema dele? Tem um arrendatário que eu conheço, que foi multado em R$ 142 mil. Quando ele vai pagar isso? Nunca. E aí fala assim, "não, mas você pode pagar só, parece 40%, 60%, não sei, é só doar para uma associação, não sei de quê lá." Vai ver de que é essa associação! Vai ver!

Então, gente, nós temos que nos unir, com os nossos representantes. Inclusive, eu não estou falando só sindicato, federação. Eu sempre falo, eu sempre falo, sempre falei, aqui em Nova Mamoré, aqui a política é terrível, aqui. Terrível. Tanto é que quando foi para abrir uma maçonaria aqui, teve que abrir uma loja da Glomaron e outra da Novo Oriente, para caber todo mundo. Se não, uma só não dava. Tem aqui alguns irmãos.

Então, gente, só que aqui é o seguinte, todos os prefeitos, está aqui o Tequinha, que foi um dos primeiros prefeitos aqui, até hoje responde processo por aquela estrada que abriu ali no parque, não sei se resolveu, mas ele foi lá de peito aberto e fez o que tinha que fazer. Sempre falei que Nova Mamoré tinha prefeito que lutava pelo município. Você podia até não concordar, mas trabalhava.

Guajará-Mirim ficou muito tempo atrás. Agora nós estamos aqui com o nosso prefeito. A nossa Câmara mudou. Está aqui o nosso vereador. As pessoas mais participativas, jovens. Netinho, eu falei do Netinho porque eu vi ele pequeno. Então, nós precisamos disso, de pessoas para trabalhar. Se a pessoa não fizer, não está trabalhando, vamos trocá-lo. Vamos trocar, não sou contra a reeleição. Agora, reeleito aquele que fez alguma coisa.

Enfim, gente, para terminar, que eu já falei demais, eu gosto de falar, mas a gente tem que falar. Isso aqui a gente pode ficar até cinco horas. Não esquenta com o que o deputado fala. Aqui é aberto, aqui não tem horário. "Ah, é cinco minutos". Porque o deles não teve cinco minutos. Então, o nosso também não pode ter. Nós temos que ficar aqui. E todas aquelas pessoas que vêm lá de Jacinópolis, vamos falar, vamos falar. Essas senhoras, vamos falar. Vamos falar o que acontece. Crianças traumatizadas. Isso não é de hoje, gente. Isso não pode acontecer. São todos trabalhadores. Cometemos nossos pecados? Cometemos. Agora, vamos falar.

Nós da federação, agora com esse negócio aí das interdições, vamos iniciar, porque a gente tinha discussões internas, mas politicamente não tinha como ir para frente, a questão da mudança do marco temporal, de 22/06/2008 para 31/12/2020. E agora, onde nós estivermos, nós vamos falar. Vai falar o Miguel lá de Seringueiras, que é presidente do sindicato. Vai falar todo mundo. Vai falar o Sartori, lá em Vilhena. Vai falar o Alexandre, lá em Cacoal. Todo mundo.

E, olha, falando para a Deputada Drª Taíssa, nós temos algumas mulheres presidentes. São "terríveis" as mulheres, gostamos das mulheres. Está aqui o Cristimar, que a tesoureira das Aprosoja. Ela é presidente do sindicato, não lembro de onde que é, mas ela é muito boa, muito boa, muito ativa. Então, nós precisamos disso, precisamos das mulheres. Sempre falei, quando ia lá no Incra, as mulheres, muita mulher já chorou lá na minha mesa.

Eu falava: "sai daqui e vai ali no juiz, leva seus meninos. Mostra de onde você está vindo. Mostra quem é a tua família. Mostra o que você está fazendo e mostra o que estão fazendo com você, pessoas que não sabem nem que você existe." Vocês têm que falar para mostrar que vocês existem, que vocês estão aqui participando. Porque é muito bom falar que Nova Mamoré é o maior produtor de leite, Nova Mamoré é isso, Nova Mamoré é aquilo. Agora, politicamente, Rondônia, nesses seis meses, é o maior importador de leite em pó do Brasil. Vocês sabiam disso? Nem eu sabia, fiquei sabendo agora. Pela área de livre comércio de Nova Mamoré. Não podia nem estar importando. E para onde está indo esse leite? A gente tem que discutir isso. Lá na Asproleite está sendo discutido e vai chegar. Tem que mudar. Não pode acontecer esse tipo de coisa.

Então, gente, com a união, com a força, e vocês não ficarem calados. E parar de chegar e falar aqui: "não, nós concordamos que tem que ter reserva". Nós não concordamos que tem que ter reserva, não. Primeiro tem que ter onde a gente trabalhar. Primeiro tem onde a gente trabalhar.

Vários aqui falaram, eu cheguei aqui com o meu pai, vários aqui de Nova Mamoré, aqui já é a segunda. O pessoal veio lá para Urupá, Ouro Preto, depois vieram

para cá e depois, agora, está indo para o Amazonas, lógico. Você chega aqui, compra 200 hectares, você tem três filhos, aí os filhos casam, que jeito é que trata? Aí o cara fica aqui, eu sempre falava, você não vende o seu lote e vai para lá. Ainda mais no Amazonas, que lá tem muita área titulada antiga, parece que não tem, mas tem. Áreas grandes, 10, 20, 30 mil hectares. Não vá. Tanto é que teve gente que foi para lá e perdeu. Manda teu filho, ... É assim.

Então, gente, nós temos que mostrar o que nós estamos fazendo. Não ter vergonha. Não ter vergonha de ser produtor. Não ter vergonha de chegar em algum lugar porque você está sujo. Eu ando sujo, rasgado, minha mulher fica chateada comigo. Eu visto essa roupa, eu estou indo. Onde eu vou? "Ah, não, essa roupa aqui é de passear?" Não, eu estou aqui, vou desse jeito para a fazenda. Essa camisa é de passear. Se ela vir, ela fica com raiva. Mas nós somos assim. A gente está aqui agora, daqui nós estamos ali. A gente não tem horário. A gente só sabe o horário que a gente tem que levantar. O horário que a gente vai chegar em casa, a gente não sabe.

As mulheres muitas vezes não entendem, mas hoje as mulheres entendem muito mais, porque elas são participativas, elas já eram do braço direito. Hoje, elas são os dois braços, braço direito e o braço esquerdo, porque elas estão juntas na labuta. Gente, muito obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Agradecer ao Miguel pela fala. Vou só discordar dele, que eu estou muito à vontade para ouvir vocês, está? Por mim, vocês podem falar, eu fico o dia... tendo água, para mim, está resolvido. O cuidado aqui é com o próximo que tem que falar também, só isso. Mas, da minha parte, gente, estou muito à vontade. Hoje eu vim preparado para ouvir.

Vou convidar o Davino Serrath, Vereador pelo Município de Guajará-Mirim.

O SR. DAVINO GOMES SERRATH - Bom dia a todos. Agradecer a Deus por essa oportunidade. Em nome do Presidente da Comissão, o Deputado Ismael Crispin, eu agradeço a todos vocês; a Deputada Drª Taíssa, da nossa região; Deputado Lucas Torres - o pessoal está esperando um novo motocross, viu, deputado? E o Presidente, representando o Presidente da Câmara aqui, o Jair, e das comunidades; a Sedam; a doutora ali.

E dizer para vocês que a minha fala mais é para dizer, sou da região, sou filho do Guaporé, nasci dentro de uma canoa, sou filho do Dionísio Paes Serrath, conhecido como o "maninho da máquina de arroz", eu pude ver o que vocês fizeram e o que vocês fazem na roça.

Eu conheci o tempo que vocês plantaram no braço e colheram no braço - não tinha máquina, batendo com as varas o arroz, ali o milho, ensacando e levando na máquina de arroz -, onde meu pai tirou 50 anos, aqui na 8, depois na 20, e é onde ele está aposentado hoje. E eu falo: "Pai, cuidado quando o senhor está capinando e fazendo alguma coisa ali, para o senhor não ser abordado."

O meu pai tem 93 anos, mostrei hoje para o prefeito, o Sargento Eliel, Presidente da Câmara, que é pioneiro aqui dentro também; e muitos de vocês que são e foram meus amigos de infância, que hoje estão sentindo na pele e vendo o pai, a mãe, deputado, dessas famílias que fizeram muito, no braço, na motosserra e no machado, é o que tinha. Hoje, as coisas mudaram muito, mas no tempo.

E hoje, os pais de muitos que estão aqui, estão em casa doentes, problema de coluna, problema de câncer, problema da glicemia, porque lutaram até o último para sustentar muitos dos filhos que estão aqui. E hoje a gente vê, eu vejo, filho de amigo de meu pai, que eu fui criança junto com ele, hoje já produzindo com honestidade e muitas vezes, sendo multado, num valor, que não dá nem para ele, daqui muitos anos, pagar.

Então, eu peço encarecidamente, em nome da Assembleia Legislativa, que eu tenha o maior carinho e respeito por onde eu pude trabalhar muitos anos lá, como assessor parlamentar, que vocês possam pegar todas essas falas, essas lágrimas, e levar para o promotor, para a justiça, para Brasília, e resolver o verdadeiro problema, porque não é fácil.

E eu estou aqui para vocês, população, como um vereador simples e humilde, dizer que a porta do meu gabinete em Guajará-Mirim está aberta, para que vocês possam levar as suas demandas também para somar junto com Nova Mamoré, como nós estamos hoje aqui, de mãos dada, levar até a Assembleia, até levar onde for cabível. Nós somos o mensageiro de vocês e o funcionário de vocês. Que Deus abençoe. Um bom dia e muito obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Obrigado, Davino. Eu convido o senhor José dos Santos Facundes, é produtor rural, para fazer uso da fala.

O SR. JOSÉ DOS SANTOS FACUNDES - Em nome do Deputado Ismael Crispin, eu cumprimento as autoridades aqui presentes; também em nome da Deputada Taíssa, eu quero cumprimentar todos vocês, produtores rurais e professores que tem aí também - que eu também represento a classe de professores, estou aqui representando a Igreja Assembleia de Deus, professores, porque eu trabalhei 47 anos como professor e produtor rural, porque eu sou produtor rural desde 6 anos de idade.

Eu comecei a trabalhar na roça, eu tinha 6 anos de idade. Cheguei do Nordeste aqui, do Ceará com 10 anos de idade, no Iata ali. E aqui não tinha nada, aqui era Guajará-Mirim. E depois eu cheguei aqui no Município de Nova Mamoré no ano de 1966. Eu tinha 18 anos de idade quando eu entrei aqui a primeira vez para tirar terrenos.

Tirei 2 terrenos, eu não tinha, não era casado, o Incra não me deu. Perdi todos os 2 terrenos. Aí eu comprei um, titulei no meu nome, mas era meu e do meu

irmão. Ficamos ali. Até hoje, nós estamos ali. Eram 175 hectares. Aí eu dividi. Há 4 anos dividi e escriturei. Eu achei que era dono. Eu também sou um pouco ambientalista, que eu gosto do meio ambiente. Eu reservei ali, eu tenho 34 alqueires, mas eu reservei 17 alqueires na floresta.

Mas, eu estou aqui porque alguém foi lá, o governo entrou lá, na minha área, depois que eu escriturei, paguei; aí eles colocaram o mapa vermelho lá, - mas o menino já tirou a minha dúvida, ele falou, e disse que não tem jeito, esse mapa é vermelho; mas eu digo: "mas prejudica a gente, tá?".

Eu não tirei muita terra porque eu não tinha condição de produzir. Então, eu tirei pouca terra. Tirei, não, eu comprei. Tirei dois terrenos, 42 alqueires. Invadiram. Tirei mais 42 alqueires, invadiram também.

Agora eu vou comprar, que é para ninguém invadir. Aí compramos. Compramos. Eu e meu irmão. E estamos ali até hoje, na margem aqui da BR. São 10 quilômetros do lado esquerdo, quem vai daqui para lá.

Estou ali e sou produtor por quê? Porque eu tenho Título. Eu trabalhei ali até 1976. Em 1976, eu entrei na área pública —, professor — e trabalhei como professor até dois anos atrás. Trabalhei como professor aqui em Nova Mamoré. Então, eu produzi em vários pontos. Produzi na agricultura, produzi muito; produzi também na área da educação; graças a Deus, agradeço a Deus por isso.

E também na área espiritual, também produzi, porque eu sou evangélico há 50 anos, faço parte da igreja Assembleia de Deus já há 50 anos. Então, graças a Deus por isso.

E só isso. Eu queria só tirar a dúvida sobre o marco vermelho em cima da minha terra, porque é uma floresta que eu deixei, reservei; e depois que eu reservei, eles colocaram um mapa vermelho em cima. Eu queria só a dúvida, mas o rapaz tirou. Ele disse que não tem jeito. Então, está bom, se não tem jeito, então eu vou deixar.

Prejudica, mas a minha área que eu produzo não está prejudicada; está prejudicada só a minha área de floresta, que eu gosto da floresta. E eu queria, ela livre, mas eles colocaram no vermelho.

Então, Deus abençoe vocês. Obrigado. Deus abençoe a todos.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - José Facundes.

Iremar Ferreira, Comitê da Defesa da Vida Amazônica na Bacia do Rio Madeira. Quem é? Aqui, o Iremar. Vamos ouvir.

O SR. IREMAR ANTONIO FERREIRA - Quero agradecer pela oportunidade. Meu nome é Iremar Ferreira, do Comitê de Defesa da Vida Amazônica na Bacia do Rio Madeira. É um comitê binacional Brasil e Bolívia e que tem uma preocupação, um cuidado com as nossas águas. Mas também o que não destoa em solidariedade à fala das nossas companheiras, nossos companheiros produtores aqui, agricultores familiares.

Saudá-los, primeiramente. Saudar a Mesa por essa oportunidade, porque a democracia se faz assim, escutando todos os clamores, todas as vozes. E, por isso, essa audiência pública é esse exercício.

A democracia se fala, se escuta, se discute e se busca encaminhamento. Então, é nesse sentido que, assim como o meu irmão que me antecedeu, como educador popular, como professor, também defendo o lado da ecologia, também defendo, porque sem água nos nossos rios, como é que a gente produz? Sem água no nosso poço, como é que a gente toma água? E a gente depende da ecologia para ter isso. Ou o rio Madeira vai ter sempre água se ele for morrendo gradativamente com o assoreamento e com uma série de outras ações? Nós estamos sentindo isso.

Eu moro em Nazaré, abaixo de Porto Velho. Vocês viram as imagens da inundação que foi esse ano lá. Nosso povo está saindo da lama agora. Está saindo da lama, perdemos tudo quanto foi produção na beira do rio, milhares e milhares de pés de banana. Foi tudo embora. Mas eu quero dialogar aqui com, inclusive, o nosso companheiro que falou que é ex-membro do Incra, que trouxe uns dados importantes.

Eu fiz parte do comitê do Planafloro - não do Planafloro -, mas do zoneamento que terminou em 2000. Eu fiz parte como sociedade civil. E uma lembrança importante que ele me fez quando mencionou, que na Zona 1, olha meus amigos agricultores e agricultoras, na Zona 1 tinha como prioridade ser a área para a consolidação da produção.

Era a área que deveria ser destinada para os assentamentos. Era a área que deveria ser destinada pela proximidade com a rodovia, com as infraestruturas construídas nesse Estado. Não era para nos empurrar para os lugares mais longe. Não era para isso. Mas, a ausência de políticas públicas nos colocou nessa situação. E depois nós nos vemos em conflito com a lei, porque não se cumpriu o zoneamento.

Não se transformou em políticas públicas aquilo que nós aprovamos e que lá na comissão tinha representante do setor produtivo, tinha representante do setor produtivo, tinha o representante da agricultura familiar, os representantes do meio ambiente, estava todo mundo lá nessa Comissão e isso foi aprovado. Mas e aí o cumprimento do que se aprova? É esse que é o desafio. Cumprir aquilo que a gente aprova. Um documento que vira letra morta e depois a gente volta aqui novamente, que já deveríamos ter feito essa revisão, como foi lembrado, há mais tempo, e é necessário fazer porque a realidade é outra.

Mas nós queremos fazer uma nova revisão como? Para quem? Essa é a pergunta. É para a nossa irmã, para os nossos irmãos lá de Jacinópolis? É para atender esses anseios que estão reprimidos há tanto tempo? É para quem? A gente precisa discutir isso também. Não é só dizer tem que fazer, mas para quem atender? Como vamos fazer?

Quer queira, quer não, seja pelas emissões,

como o companheiro lembrou, seja por emissão de erupção de vulcão, seja o que for, as mudanças climáticas estão aí, é uma realidade. Não tem como a gente fugir delas. E a gente sabe que a seca do ano passado promoveu incêndios aqui nessa região que deixou prejuízo para muita gente. Então, é uma realidade.

E nesse sentido, doutora, como é que a gente dialoga essa proposta de revisão, considerando também as mudanças climáticas? A gente precisa considerar, não é? Não dá para a gente simplesmente falar "vamos riscar do mapa", "coloca em vermelho aqui", "amarelo", "azul". Não é bem assim, a gente tem que entender o que é que está interligado aí. Como é que ficam as bacias hidrográficas dentro desse zoneamento?

A gente está considerando as bacias hidrográficas nessa revisão? Porque sem água não tem produção. Não tem boi, não tem soja, não tem milho, não tem arroz, não tem feijão. Então, a gente tem que considerar também. Acho que é importante, se caso não esteja, isso se contemple.

E eu quero fazer também uma denúncia. Uma denúncia. E eu gostaria que também essa Comissão de Meio Ambiente considere que nós temos aqui nesse Município de Nova Mamoré agricultores e indígenas sofrendo com o envenenamento aplicado na produção. Não sei qual é ela, se é na grande, se é na pequena, mas nós temos esta situação já registrada.

E é preciso que essa Comissão de Meio Ambiente, que tem essa missão de buscar, através dos órgãos que monitoram - porque não é eu, não é o senhor que vai dizer se é verdade ou não -, é essa Comissão que tem esse papel. E é por isso que eles estão aqui. Se não fosse para isso, eles não estariam aqui. Certo? Então, essa é a primeira denúncia, porque eu estou falando daquilo que eu vi. A pessoa, uma pessoa, que já sofreu com isso. Pode ter mais, eu não sei.

Mas a gente precisa alertar. Se tem o sinal amarelo, é preciso a gente ficar atento e não simplesmente fechar os olhos, porque eu não quero enxergar. Então, essa é a primeira coisa.

E eu quero fazer uma sugestão, porque as denúncias trazidas aqui pelos agricultores, que todo mundo já sabe onde eles estão, o endereço deles, que está se buscando uma solução, que se crie uma comissão da Assembleia Legislativa, com a coordenação da Sedam, com representantes das associações, para que se construa algum termo de, enfim, que ajuste para acompanhar a situação desses agricultores. O que o companheiro falou lá, não dá para acontecer isso.

Eu sou filho de um pai expulso da terra, no Paraná, na década de 1970, lá em 1973. E até hoje eu carrego essas marcas, porque eu fui expulso da terra junto com a minha família pela grilagem de terra. Então, se a gente está falando aqui que tem funcionários públicos que estão utilizando do seu papel e abusando do direito também da outra pessoa, porque eu posso estar, fui mal colocado por um assentamento, por qualquer situação, mas eu não sou criminoso e ninguém pode ser tratado como criminoso, se tem endereço, se tem um local de produção e de vida. É preciso olhar com cuidado, com carinho com essas pessoas também.

Então, por isso, me solidarizo com essa realidade de vocês e deixo aqui essas contribuições. Muito obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Muito obrigado, Iremar.

Convido para a palavra o Jânio Lopes, mais conhecido como Zoca. Nosso amigo, o Zoca, eu falo assim, chega a ser um ativista dessa defesa que é tão importante para Rondônia, em especial para aquela região de Candeias do Jamari. Com a palavra, o Zoca.

O SR. JÂNIO LOPES SOUZA (Zoca) – Bom dia. Não sei se é bom dia ainda, mas cumprimentar aqui o Deputado Crispin, Presidente desta audiência; Deputada Drª Taíssa. Em nome dela, quero cumprimentar todas as mulheres. Deputado Delegado Lucas, em nome do senhor quero cumprimentar todos os produtores rurais que estão aqui, agricultores, tanto pequeno quanto grande, e eu sou um deles e me sinto honrado de ter me permitido a palavra. Cumprimentar o Hueriqui, a Engenheira Débora e os demais.

Dizer a vocês que eu ouvi no início uma situação que o Deputado Crispin falou e é uma situação que se aplica para todos. A gente tem que ver se arranja um jeito de diminuir a dor das pessoas. Porque igual a gente viu aquela senhora - eu até me emocionei -, dizendo que ficou na rua com os filhos. Isso é um dos absurdos piores que tem. E a gente, que o governo já deixou que as coisas chegassem onde chegou, que foi por omissão do Poder Público, que a maioria das pessoas ocuparam, buscaram espaço, criaram as suas famílias. Tem lugar, perto do município do Deputado Crispin, tem um caso lá no Serra Grande, que têm pessoas que estão com 46 anos, que nasceram dentro do local, e hoje, é uma reserva.

O que o Francisco disse aqui, a respeito do Soldado da Borracha, é uma verdade. Os Títulos foram emitidos em 2018. O Senador Confúcio Moura, que hoje é senador, na época governador, na calada da noite, ele soube que a Assembleia tinha colocado uma Emenda na Constituição Estadual, e aprovado, mas ainda não tinha publicado, que impedia que se criasse reserva por Decreto. Ele foi e emitiu, e editou os Decretos das reservas, criando mais 11 reservas. Se já não cuida, nem das que tem. Essa é a realidade. Mas já que o remédio que a gente precisa, não foi preventivo, vamos tentar um curativo.

Pedi ao Hueriqui, que é um jovem, que certamente - eu não conheço a família dele, conheço ele, é uma pessoa que eu tenho admiração pelo trabalho, pela forma que recebe a gente na Sedam, que não sei se a origem dele também é do campo -, mas que veja essa situação. Vamos ouvir o que aquela senhora disse lá; vamos ter piedade das pessoas; vamos tratar com dignidade, vamos buscar alternativa conjunta de resolver.

Nós não viemos aqui para criar problemas, nós viemos aqui em busca de solução.

Eu sou um deles, um sofredor, o senhor mesmo, Deputado Crispin, na hora que eu vim andando, o senhor falou da situação. Eu já caminho nessa situação há muitos anos. Quando se começou a situação do zoneamento, eu era vereador em Ouro Preto. Foi quando criou e editou a Lei 233, que fez o zoneamento. Só que aquilo também, que aquela pessoa do sindicato rural falou aqui, é verdade. Foi feito para pegar o dinheiro.

Naquela época, a irresponsabilidade era tão grande, chegava ao extremo. Foi feito em uma mesa. Em cima, "aqui ó, tira a terra do Canuto, que não pode ficar dentro; tira a terra do fulano, que não pode ficar dentro", era desse jeito. Até porque, eu fazia parte do mesmo partido que eles, então, eu sei da situação. O que eu estou falando aqui é uma verdade. Só que hoje, prefeito, o senhor também falou umas verdades aqui. Nós precisamos corrigir parte disso aí para diminuir o sofrimento dessas pessoas. E eu sou um deles.

Eu tenho propriedade, por exemplo, o Hueriqui, que está inteirado de toda a situação de Rondônia, porque tem lá as cartografias, eu tenho as propriedades lá no Jaquirana. O Jaquirana está inserido junto com o Soldado da Borracha, junto com a Gleba Rio Preto e junto com o PAF (Projeto de Assentamento Florestal) Jequitibá. É uma área de 756 mil hectares que o Incra criou, na época, o Projeto Fundiário Alto Madeira, e que depois, extinguiu o projeto, mas é a Gleba Jacundá. Foi a maior titulação que aconteceu em Rondônia até hoje, desde quando o Inca chegou em Rondônia, que emitiu 800 e poucos Títulos só lá na região do Soldado da Borracha.

E o governo veio, sem indenização, sem nada, que o Francisco não falou disso - que ele é o Presidente da associação lá -, ele engoliu tudo isso, sem o devido processo legal, sem indenizar ninguém.

Só que hoje, nós temos que ver que a Constituição nossa, está valendo menos do que uma recomendação do Ministério Público. Ninguém respeita. O que está descrito na Constituição vem uma simples recomendação do Ministério Público e todo o mundo engole. Nós precisamos avançar. O Estado, quem veio para cá, igual eu vim, nós viemos acreditando que a gente ia conseguir melhorar de vida, trabalhar, trabalhar em paz, criar a família. E olha a dimensão do Estado, olha a prosperidade. Rondônia é um lugar abençoado e abençoador. A gente tem que pensar dessa forma.

Eu, o Hueriqui que está tratando desse assunto, que ele é da Comissão, que é o responsável, e quero aqui também para quem não têm conhecimento, dizer que os deputados Crispin, Drª Taíssa, Delegado Lucas, Pedro, o Presidente da Assembleia; e, na verdade, a Assembleia; mas esses que estão à frente da Comissão, que foi da CPI, da Comissão do Meio Ambiente, têm feito o possível, mas não depende só deles, porque tem que vir do governo para a Assembleia. E da vez que eles tentaram consertar, porque é preciso deixar bem claro isso, que esse processo que foi feito de 2015, 2016, chegou até 2020, o Deputado Crispin mesmo colocou várias Emendas lá, tentando consertar.

Eu lembro. Outros deputados colocaram: os Deputado Jean Oliveira, o Lebrão, que era deputado na época, mudando para a Zona 1, algumas, para consertar a vida do cidadão. Mas tem aqueles que são politiqueiros, que querem fazer uma coisa que não condiz com a realidade. Que não tem como mudar. Colocou outras Emendas que, infelizmente, o governador não podia sancionar. E acabou que chegou aonde chegou.

Agora, nós precisamos, Deputado Crispin, nós precisamos, Hueriqui, Deputada Drª Taíssa, Deputado Delegado Lucas, nós precisamos de quê? Que a gente busque uma alternativa conjunta de resolver sem enganar o povo. Sem enganar a população. Vamos buscar uma alternativa. Eu estou disposto. Sou parceiro.

Não tem a Doutora Débora aí, que está colaborando, que a Assembleia contratou? Nós podemos também, conjuntamente, e eu aqui já invoco todos aqueles que são parte, que nos ajudem! Vamos contratar um corpo técnico também, para analisar em conjunto. Vamos ver o que podemos fazer. Não vamos tocar "a toque de caixa" para resolver o problema de meia dúzia e deixar os demais sofrendo mais 10 anos.

Não estou aqui questionando a questão de Aprosoja, a questão de fulano, de beltrano, de cerrado, disso ou daquilo. Entendeu? Nós temos vários exemplos. Além do Soldado da Borracha, ali no Parque Jequitibá: o Incra, o Flávio já enjoou de me falar isso, e outros superintendentes que passaram por lá, que nós estamos nessa luta desde 2007, quando criou o PAF em cima de ocupações já existentes. Terra não tem dois andares, gente! Terra não tem dois andares.

Se tem uma pessoa ocupando, não tem como chegar e botar outra pessoa junto. Foi o que tentaram fazer. Tentaram fazer um assentamento florestal com 570 famílias em cima de áreas que já estavam ocupadas. Queriam que o cara saísse ou dividisse a terra com uma pessoa, para eles botarem um lá dentro. E é um assentamento florestal, não tem mais madeira. Lá tem gado, tem café, tem roça. E eu até convoco o Hueriqui para ir com a gente lá, para dar uma olhada. Isso é importante.

Assim como nós estivemos no Soldado da Borracha esses dias, eu acho que essas parcerias são importantes. A gente conhecer a realidade. Uma coisa é na teoria, outra coisa é na prática. Precisamos buscar alternativas urgentes.

Por exemplo, disso tudo que eu falei, o Jaquirana é área titulada, Soldado da Borracha, desde 1982; são 300 e poucos imóveis que foram manejados. Hoje, alguns, uma parte, já estão criando gado, fizeram supressão, plantaram capim e tudo. Precisa buscar alternativa de resolver, que aquilo ali não consegue mais. Não é reserva. Está dentro de uma área 2.1.

Agora, vai deixar elevar para a Zona 3, para não ter mais conserto? Não tem como! Precisamos buscar alternativas. O caso do Soldado da Borracha, por exemplo, tem umas 200 mil cabeças de gado lá dentro. É uma re-

serva ecológica criada pelo Confúcio. Se estão cuidando de bicho, eu não sei, só se é de gado. Não tem conserto aquilo lá. Precisa buscar alternativa.

E eu acho que a gente, trabalhando junto, e eu quero aqui aproveitar, já fazer um Requerimento ao senhor, verbal, para que o senhor peça ao Hueriqui que forneça para a gente —, acho que o Francisco protocolou lá um Requerimento —, a cópia do processo na íntegra, para a gente também poder analisar e dizer: "vamos ver o que a gente faz aqui, o que faz ali", porque nós estamos às escuras.

Tem as audiências públicas, mas eu também não estou vendo dar publicidade nas audiências públicas. Eu não achei no YouTube, não achei em lugar nenhum, as audiências que já aconteceram, e isso está descrito na lei, que tem que dar publicidade aos atos públicos. E eu não estou vendo o que está acontecendo.

Então, vamos fazer o que é correto, para amanhã não ser questionado e ser atropelado. Vamos dar publicidade àquilo que tem que dar. É preciso. Isso aí está descrito em lei. Não vamos deixar acontecer o que eu falei aqui agora, a Constituição ser jogada para o canto e obedecer simplesmente a uma recomendação. O que é que vale? É a recomendação ou é a Constituição? Tem que pensar nisso.

Então, Deputado Crispin, eu vejo assim, que tem várias situações. Por exemplo, no caso do Soldado da Borracha, outros lugares que estão sob judice, que estão discutindo, no último caso daria, se não resolver de imediato, colocar um adendo na lei; que se tiver uma alteração em relação ao resultado judicial ou que o governo achar uma alternativa, que possa enquadrar dentro da zona correta. Agora, não pode elevar. Tem que deixar do jeito que está. Porque se elevar para o 3, na hora que você for lá para o Judiciário discutir, ele vai falar: "isso aqui não tem que discutir". Nós temos que buscar alternativa, que aquilo que o senhor fez no passado, quando colocou as Emendas, que outros deputados fizeram.

Eu estou falando isso aqui, porque, às vezes, as pessoas pensam que o deputado não agiu, mas agiu. Só que aqueles irresponsáveis que, por politicagem, fizeram a Emenda de forma correta e prejudicou os demais.

Então, eu estou à disposição. Eu vim aqui participar. Eu ainda não tinha participado de nenhuma. Sou parceiro. Vou continuar sendo. Estou nessa luta não é de hoje. Eu conheço os quatro cantos desse Estado, os 52 municípios. Sei da realidade. Hoje não sou candidato, não pretendo ser, mas eu quero ajudar e contribuir como cidadão. Eu escolhi Rondônia para ser, para morar, para viver, para criar a minha família.

Não vim aqui para sofre, não. Eu vim aqui para ter uma vida digna. Não é para ser atrapalhado por um governo, por um governo irresponsável. Eu acho que o meio ambiente é importante, mas será que estão pensando no ser humano? Será que o que está na mesa está vindo só lá de dentro da mata? Tem que pensar nisso, gente. O homem não pode valer menos que um macaco, não. Tem que pensar nessa situação.

Vamos fazer um trabalho justo. Vamos ser justos. E eu estou à disposição para ajudar naquilo que for preciso. Agradeço e quero que Deus abençoe a vida de vocês e dê um direcionamento correto na vida de todos daqueles que estão participando dessa situação.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Obrigado pela contribuição do Zoca.

Convido Jocimar Maulaz, vereador aqui da Câmara do Município de Nova Mamoré.

O SR. JOCIMAR MAULAZ (Irmão Jó) - Boa tarde a todos. Em nome da Deputada Drª Taíssa eu cumprimento a Mesa. Quero agradecer ao Deputado Ismael Crispin por promover essa audiência no nosso município.

Deputado, eu vi aqui a cobrança do Gilberto, Gilberto lá da Fortaleza, que eu conheço desde 2000. Eu era vizinho do Gilberto. E lá no Rio Jaci eles fizeram uma pinguela e passaram muitas vezes de moto em cima daquela pinguela de um metro de largura, aquilo balançava, e correndo risco de vida. E lá eles conseguiram desbravar — não só ele, como os outros moradores também — aquelas terras. E antes de comprar aquelas terras, segundo eles, foram no Incra ver se realmente poderia comprar. E eles compraram. Lá eles plantam banana, uns plantam cacau, outros plantam café. Lá a produção é muito grande, no Município de Nova Mamoré. Lá, Fortaleza, é bem distante daqui, mas é Município de Nova Mamoré ainda.

E também tem a questão da Linha 7. Aqui está o morador da Linha 7, o Cosmo. Tem ali dois ou três moradores da Linha 7, ou mais, que também estão com o mesmo problema. Lá pelo o ano de 2000, talvez 2005, eles entraram para lá e desbravaram, tiraram o financiamento, talvez uma ou duas vezes, talvez no banco, conforme o banco dava o crédito. E hoje a Sedam diz que lá agora é área de reserva. Como? Como é área de reserva, se naquele momento em que eles fizeram o CAR para fazer o financiamento, eles estavam adequados para fazer o financiamento?

Da mesma forma lá em Fortaleza, que citei agora. Naquela época se podia fazer o financiamento. E agora é área de reserva. Então, quem está errado? Quem errou nesse momento? Eu faço a pergunta ao pessoal da Sedam. O governo deve se retratar e pedir desculpas a esse pessoal, porque o transtorno que está causando a essas famílias, tem pessoas entrando em depressão, porque não tem mais endereço fixo por onde morar no nosso distrito de Jacinópolis. Eu vi moradores lá dizendo assim: "Eu tinha vontade de plantar um café, mas eu não sei se vou ficar aqui".

Também esqueci de citar lá o Marco Vermelho, que também está na mesma situação. Marco Vermelho, Minas Novas e outras áreas. Nós pedimos ao pessoal da Sedam que dê uma olhada com carinho, porque, tipo assim, só represália ao povo que trabalha, isso prejudica o nosso distrito.

Deixem o nosso distrito respirar, ele é um distrito que tem 43% do PIB (Produto Interno Bruto) do

município. Talvez seja por isso que a Sedam prejudica tanto o nosso distrito, porque às vezes não quer deixar o nosso Estado crescer. Fica aqui o meu desabafo e muito obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Obrigado, Jocimar Maulaz.

Eu vou convidar o Roberto Correia, Secretário da Associação dos Produtores Rurais e Extrativistas do Rio Castanho, Madeira e Abunã.

O SR. ROBERTO CORREIA – Bom dia a todos. Lá na roça, só vira boa tarde depois do almoço. Então, se a gente almoçar às 17 horas, ainda é bom dia. Está bem? Eu trouxe aqui o meu filho, o Emanuel. Ele é Emanuel Oliveira Correia, como ele mesmo diz.

E eu queria iniciar a minha fala dizendo que, às vezes, eu tenho vergonha de ser brasileiro. E é com muita tristeza também, que às vezes, eu tenho vergonha de ser produtor rural. E o pior não é nada, que o meu filho diz que quer ser herdeiro, que quer ser produtor rural. Isso não é uma loucura? Filho de produtor rural, neto de produtor rural e provavelmente, bisneto de produtor rural ou de escravo, sou eu. Vergonha, às vezes eu sinto vergonha, pelas vozes, por aquilo que a gente escuta.

Eu gostaria de falar de dois assuntos, um tanto, quanto parecidos. O primeiro é da situação de Guajará-Mirim.

Guajará-Mirim é uma região em que nós temos mais de 95% em mata. E é uma realidade, porque oficialmente, eu creio que nós temos ali entre 90% e 93% de reserva. Das propriedades produtivas, por lei, pelo menos a metade tem que ser reserva. Então, se você pegar aí 90 com mais 5, dá 95%. Uma conta simples. E nós temos algumas coisas engraçadas em Guajará-Mirim.

O companheiro ali falou do Soldado da Borracha. Em Guajará-Mirim, também, meu irmão, nós temos essa mesma situação: homens e mulheres que têm as suas propriedades tituladas, famílias que foram expulsas lá do Ouro Preto, do Soldado da Borracha, e que o ICMBio exige que se tenha no máximo, 12 cabeças de gado. Doze. Você não pode vender uma árvore. Você não é dono. Você é um simples protetor da mata. Você está ali só para cumprir um papel. É uma vergonha.

E famílias que estão ali desde 1970, de 1980, pessoas que morreram ali; pessoas que foram escravas de sistemas seringalistas, pessoas que deram a vida. E alguns herdeiros. Herdeiros do quê? Você tem o Título, mas você não é dono.

Mas, eu também, quero me ater, principalmente ali, aquela região, ali atrás do Castelinho, ali na BR-364, especificamente da Mutum Velho até o Abunã - também conhecida pela Sedam, como Reserva do Umirizal.

Hueriqui, meu irmão, você me perdoa, mas eu discordo totalmente da sua fala. Esse zoneamento vai matar o produtor rural, vai beneficiar muitos. Mas quem está nessas supostas reservas vai ser engolido.

E você, companheiro, que falou aqui que não está entendendo, eu vou te explicar. É simples. As reservas estão entrando dentro de você. Eu não sei se foi o Gilberto que mencionou. Então, Gilberto, o que eu tenho a dizer para você, e para vocês, que têm a sua área em uma área de reserva, e de possível criação de reserva, o governo está entrando dentro de você com essas reservas.

Aí eu começo aqui, deputados, agradecendo a vocês pela oportunidade. Eu não vou aqui citar nome, para não menosprezar um e nem outro, mas eu de certa forma, através do Deputado Alex Redano, lá em 2015, quando surgiu esse zum-zum-zum dessas reservas, eu fui um dos que iniciei lá com o Doca essa demanda. Levei ao conhecimento dele que ali na região tinha uma mulher passeando pela BR, e tirando foto, e tirando foto de todo mundo, inclusive, tirou minha, e dizendo que era audiência pública.

Quando você vem para uma audiência pública, onde você, antes de entrar, antes de saber o que se vai discutir, você assina um documento, alto lá, meu irmão, você está dando um cheque em branco.

Outra coisa que eu queria cobrar aqui aos deputados e à Sedam, quando vocês forem fazer uma audiência pública, tenham respeito com o produtor rural, de arrumar um lugar adequado. Isso aqui é uma vergonha, tem gente lá fora, tem gente que não conseguiu entrar. Ali no começo, eu mais o Miguel Neto, nós estávamos trocando de lugar, porque se um, em pé, se um saía, quando voltava já estava ocupado. Como, meu irmão, que você vai vir para uma audiência pública onde você está em pé e se você sai do lugar, você perde o lugar? Não tem espaço. Será que acabou o dinheiro do governo do Estado de Rondônia para adquirir, para ter um lugar adequado para que o produtor sente? Isso é uma vergonha!

E essa não é a primeira audiência pública que eu vou para tratar de zoneamento. Eu estive em uma audiência pública lá na escola, onde hoje é a escola militar. E sabe o que eles disseram? "Não, isso aqui depois vocês mandam a demanda". Ou seja, a maioria dessas audiências públicas é só para tirar foto dessa nossa cara estúpida! E para você assinar dizendo que participou.

Eu espero, deputados, que vocês cobrem —, porque nós, muitas vezes, não sabemos nem o que falar e nem onde falar — que vocês cobrem, que vocês briguem, que vocês defendam esses produtores. Isso aqui que vocês estão escutando de pessoas que são expulsas das casas, que têm as casas queimadas, tratores queimados. Essa é a realidade desse País, e, por isso, eu tenho vergonha de ser brasileiro.

Felizmente eu tenho dupla cidadania. E tem hora que dá desânimo, dá vontade de ir embora desse país. Dá vontade. Eu vim, eu voltei para o Brasil, porque eu queria educar meus filhos numa cultura, mas nós não temos para onde fugir mais não, gente! Não tem para onde fugir não. O negócio é abrir o peito e levar o tiro.

E para você, meu amigo, que eu não me recordo quem foi que falou, que espera — foi um senhor que estava ali —, que espera que a Sedam, que vai lá na sua

casa te orientar... Esqueça isso, meu amigo. Se a Sedam, a Polícia Ambiental, o Ibama chegar na sua casa, se você tiver chance, corra! Corra! Porque você vai ser no mínimo, multado ou preso!

Esse país é uma vergonha. E vem mais. Tem uma lei aí agora, que se a sua propriedade for queimada, é para ser desapropriada. Esse é um país de... É vergonhoso! Me perdoem, meus irmãos. Me perdoem. Perdoem por ser duro com vocês.

E isso que a Sedam faz aqui com vocês, eu espero, o Senhor, Excelentíssimo Governador de Rondônia, o senhor vai sair candidato a senador. O senhor vai precisar dos votos desses "trouxas". O senhor abra o seu olho. O senhor que fica aí seguindo recomendação de Ministério Público! Ministério Público não vota, não. Recomendação não é lei. Isso é uma vergonha. Seja homem! Seja ousado! O senhor se elegeu para isso.

E nós precisamos nos unir. Eu faço uso das palavras do Miguel. Nós somos passados para trás, porque nós não nos unimos. E é uma desconfiança de que um vai roubar o outro. Meu irmão, você já está praticamente morto. Essa política é para te eliminar. Abra o seu olho, acorda, una-se com o seu companheiro, com o seu vizinho.

E está lá o seu vizinho sendo multado, o trator queimado. Não aparece um abençoado para defender o coitado! Eu queria ver se na hora que a Ibama chegasse, a Sedam, a Polícia Ambiental, para queimar uma máquina, se todo mundo da Linha entrasse na frente e peitasse! Vocês iam queimar alguma coisa? Mas nós estamos virando uns homens frouxos, covardes.

Vocês me perdoem pelas palavras duras, mas é isso. E eu ainda tenho mais uns questionamentozinhos. Qual é o objetivo dessa audiência pública aqui? É só tirar foto? Vocês vão alterar alguma coisa nesse projeto aqui, nessa documentação que vocês criaram? Vocês já viram a insatisfação de todo mundo aqui. Vocês são funcionários.

A senhora — acho que já não está mais nem ali —, apresentou magnificamente. Eu estava lá atrás, lá em pé, não dava para ver nada. Nada. Tentei anotar umas coisas. E outra coisa: a gente também não tem entendimento para isso, não. Vocês entenderam alguma coisa do que ela explicou aqui?

Primeiro, porque não mostra ponto por ponto. Não mostra aqui, para a gente: "aqui é Nova Dimensão"; "aqui vai virar reserva"; "aqui não adianta vocês entrarem, que vocês vão se lascar". "Aqui é o Abunã, isso aqui já virou tudo reserva".

Vocês viram isso? Uma discussão aqui? Fizeram alguma proposta? Fica aí a minha questão. Senhores deputados, vocês são responsáveis pelo futuro deste Estado. Vocês são responsáveis por aquela senhora que falou lá atrás e que citou um versículo bíblico, chorando, por ter sido desapropriada; por pessoas que falaram aqui de familiares que se mataram!

Eu tenho um pedaço de terra ali atrás. Felizmente, eu tenho outra propriedade lá no Guajará-Mirim. Se perder aqui, eu vou brigar até a última gota de sangue, porque eu sou enjoado. Eu sou brigador mesmo. Eu estou nessa briga desde 2015.

Aí, eu cito, perguntando para a Sedam: em se aprovado esse projeto do zoneamento — porque, uma vez aprovado, vocês que estão nessas áreas de reserva, bye bye, Brasil. Qual é a ideia da Sedam? O que vocês vão fazer com esses "abestados" que somos nós, que estão lá dentro dessas terras?

Fica aí, deputado, para vocês cobrarem e perguntarem: qual é o projeto para as pessoas que estão dentro dessas reservas? O que vocês vão fazer com esse povo? Vai matar na unha, igual aos "abestados" que estão lá no Ouro Preto, que só pode ter 12 cabeças de gado e que vão morrendo e que não são donos daquela lá e estão lá iludidos? Porque não são donos. Aquilo ali é do ICMBio. Quem manda lá é o ICMBio. Manda e desmanda. E se você facilitar, eles te expulsam.

Aí, querendo saber disso aí, o que será feito com essas pessoas nessas áreas das supostas reservas? Foi o que eu perguntei. Os estudos que vocês citam aqui. Gente, papel e microfone suportam qualquer coisa, até "merda". Você pode escrever aí no papel "merda" que o papel não reclama. Aqui eu estou falando "merda", eu não deveria falar isso aqui. Mas até isso vocês são obrigados a ouvir.

E que estudo é esse que ninguém vê essas empresas vindo aqui estudar? O Zoca citou isso aí. Nós tivemos lá uma senhora que andava em um carro e com o tal de Ari Pinheiro, que eu fiquei sabendo que era da Sedam, fazendo um estudo ali no Abunã. O estudo era lá no Abunã, em um boteco. Que estudo é esse? E aí está a CPI que vem para provar a verdade da criação dessas reservas. E as pessoas que essa mulher supostamente identificou como moradores lá de dentro? Vai se criar essas reservas, mas e aí? É tanta coisa que, se a gente falar, não vamos almoçar, mas vamos tentar simplificar.

Nós, os agricultores, os pequenos, não somos ouvidos, gente. Ninguém ouve e ninguém está nem aí com vocês. O seu voto é importante. Então, vocês precisam tomar cuidado, porque agora, o ano que vem, tem eleição. Nós temos aí o senhor Confúcio, que eu não sei se vai sair candidato, mas precisamos dar um "tchau" grande, assim, para o Confúcio. Tchau, Confúcio! Adeus! E o senhor Marcos Rocha, se o senhor escutar o que eu estou falando, o senhor abre o olho, porque o esconderijo do Governador é lá no Senado, para não ficar a pé, nu e preso. O senhor abre o seu olho.

Então, gente, a questão do Umirizal agora, vamos aprofundar mais. O Umirizal, nós tivemos um georreferenciamento pago com dinheiro de vocês, pago com dinheiro do governo, pago pela Secretaria da Agricultura. Foi pago o "geo", foi aprovado o "geo", está lá no Sigef (Sistema de Gestão Fundiária), lá no Incra. Então, o governo pagou para fazer o "geo" lá, Hueriqui, você sabia disso? O governo do Estado pagou para fazer o "geo". Pagou com dinheiro nosso aqui, porque o governo não produz um vintém. Pagou o "geo". Eu acho que a Deputada Drª Taíssa deve saber disso. Pagou para fazer o "geo". Foi feito o "geo", foi aprovado, foram emitidos

Autenticidade, integridade e interoperalidade - ICP BRASIL VIDE ORIGINAL https://transparencia.al.ro.leg.br/Diario/

Títulos. Você sabia, Hueriqui, que lá no Umirizal tem muitos Títulos? Você sabia? Acho que você sabe, porque você é um cara experiente, você é um cara inteligente. Você sabe.

Lá na região dita de Umirizal, que lá não tem esse tanto de Umirizal, não. Lá foram emitidos planos de manejo aprovados pela Sedam. E não foi só um, não. Foram vários. Aí liberou os manejos. A Sedam fez os projetos, cumpriu a burocracia, aprovou. Vocês sabiam, gente, que ali naquela dita região de Umirizal, as propriedades, muitas delas foram indenizadas pela usina de Jirau por conta do alagamento do lago? Mas aí eu pergunto, se é uma reserva, como é que o cara está recebendo indenização da usina de Jirau por ter sido alagado? Como é que a Sedam libera um plano de manejo dentro da área de reserva? Como é que o Governo do Estado paga para se fazer um georreferenciamento de uma propriedade? E como é que o Incra titula essa propriedade, aprova esse "geo"?

Nós estamos em um país onde o cachorro já não mija mais no poste, agora o poste mija no cachorro. Vocês sabem, gente, por que vocês não têm Título de propriedade de vocês? Porque há um desinteresse que você tenha esse Título. É interessante que você seja sempre um mendigo sem o seu Título. Porque todo ano pode se prometer que vai te dar um Título e você fica iludido. "Não, nós vamos resolver o problema, nós vamos dar o Título, a sua propriedade vai ser titulada". E nessa ladainha vem-se há muito tempo.

E tirou-se o poder do Incra, porque o Incra hoje, coitado, coitado, ainda bem que o Miguel está aposentado. O Incra perdeu o poder. Já não manda mais nada, porque o Título do Incra hoje está igual ao papel higiênico.

E não se iluda, não, porque terra escriturada também vira reserva. Porque lá no Soldado da Borracha, lá no Ouro Preto, tem terras escrituradas. E eu acredito que lá na região do Gilberto, do Francisco, também tem terra escriturada, ou seja, escritura no Brasil e papel higiênico é a mesma coisa. E é por isso que eu tenho vergonha de ser brasileiro, porque a sua propriedade não vale nada. Nada! O documento que você tem não vale nada.

E não se tem interesse de resolver problema. Esse blá-blá-blá, desse zoneamento, eu venho acompanhando. Eu espero que nós não estejamos aqui só para sair em fotografia, porque eu tenho raiva de fotografia.

Enfim, nós temos lá, lá no Vale dos Esquecidos, que a nossa região lá chama Vale dos Esquecidos, também conhecida como Buquerão. Lá nós temos uma ponte com 10 ou 12 metros de altura, que eu já não me recordo direito, construída pela Usina de Jirau. E nós tivemos que embargar a ponte, porque eles prometeram uma ponte de concreto e aí, construíram uma ponte de madeira. A Polícia Ambiental foi lá e multou a Usina de Jirau, porque não tinha licença para construir a ponte. Você está pensando que a polícia multa só nós? Multa a usina também. Eu creio que eles não pagaram, não.

Então é isso, gente. Outra reivindicação que eu deixo aqui aos deputados. Eu queria muito contar com vocês três para encabeçar, Deputada Drª Taíssa, essa briga por nós. Nós aqui nesta região, nós estamos aqui, é uma das regiões onde Rondônia começou, como o Cristimar falou.

Nós temos uma situação com essa construção dessa usina aqui, que não barateou em nada a sua conta de luz, e nem vai baratear, porque essa energia não é para você. Nós temos uma situação aqui agora de risco de isolamento. Eu peço aos senhores deputados e peço a atenção da Sedam, nós precisamos de uma estrada aqui para sair daqui para Nova Mamoré, para sair a Buritis e sair a Ariquemes, e precisamos dessa estrada asfaltada e urgente.

Nós precisamos dessa estrada urgente, porque a 425, o Governo do Estado não tem como fazer nada. É isso, a rodovia federal está aqui agora, o DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte) gastando o nosso dinheiro, colocando pedra dentro da lama. Não era mais barato desviar aquela estrada? Não sei, eu não sou engenheiro, não sou estudioso, mas tem hora que eu fico me perguntando essas estupidezes.

Nós precisamos, deputada, de uma estrada, de uma saída, Deputado Lucas, aqui, desta região. Hoje, Nova Mamoré é um grande produtor de grãos. E esses números contam. Grande produtor de leite, esses números contam. Precisamos de saída, saída para Ariquemes. Isso vai encurtar a distância, vai dar ligação para nós e vai melhorar a vida de todo mundo. Porque se der uma enchente aqui, igual deu em 2014, quem produz soja aqui vai apodrecer, quem produzir grão vai apodrecer, quem tiver boi gordo, vaca para pagar a conta, não vai pagar.

Fica aí a minha reivindicação. Gostaria de ver que vocês três encabeçassem e vestissem essa camisa e carregassem essa bandeira. No mais, meus amigos, muito obrigado. Como diz o companheiro, eu estou muito feliz pela iniciativa, pela atitude.

Peço a vocês, encarecidamente, nas próximas audiências públicas, gente, ou vocês não convidem ninguém, façam segredo e tiram as fotos dos bobos que vêm, ou vocês arrumam um lugar adequado, porque aqui tem homens e mulheres trabalhadoras, pessoas que saíram cedo de casa. E lá fora, embaixo de árvore, tem gente lá no sol, sofrendo, queria estar aqui, queria participar. E não tem espaço. Ali, nós estávamos disputando o lugar em pé, não era na cadeira, não. Eu estava sentado ali, mas eu acho que lá onde eu estava sentado, já sentou outro no meu lugar. E eu não culpo a pessoa, não, porque ninguém aguenta ficar em pé. Obrigado a todos.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Agradecer a fala do Roberto e pedir para ele sentar aqui, porque tem cadeira desocupada aqui, Roberto. Pode ficar à vontade.

Vamos convidar para a fala o Damião Gambardi. Está presente? Está aqui o Damião.

O SR. DAMIÃO GAMBARDI DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos. Eu sou de Jacinópolis, morador da Linha 7. E a minha reivindicação é sobre a sobreposição do Parque em Guajará-Mirim e até então, nós não sabíamos de nada. E uns seis meses atrás, aí veio esse "geo" virtual. É um "geo" virtual, sobrepondo a minha terra e de 69 famílias.

Aí nós começamos a mexer e tal, até nós ir no Incra, em Porto Velho. Chegou lá a nossa área, a Gleba Vertente, o governo destinou um projeto para regularizar, junto ao Incra e a Sepat, só que esse trabalho não foi feito.

E assim, a gente queria, ao menos nós, eu e essas 69 famílias, queríamos saber por que não foi feito. A Deputada Taíssa, o Deputado Crispin, o Deputado Lucas Torres, nós estivemos no gabinete do Deputado Lucas Torres para falar com ele, infelizmente não fomos atendidos. E, chegamos lá, o que eu quero dizer, o Incra passou pra mim, Doutor Lucas, que ele não fez o nosso projeto lá da Gleba Vertente, porque não tem recurso, entendeu? E aí, hoje, tem 12 anos que eu moro lá. Esse senhor aqui tem 22 anos **(aponta a um senhor ao lado)**. Tem gente lá que tem 30 anos na Linha 7. E agora, não abre ficha, não faz nada. A gente não tem financiamento pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica, CrediSIS.... Só que hoje não faz mais, porque cancelaram tudo. Nós, tipo assim, ficamos isolados, não temos acesso em nada.

O Gabriel aqui presta assistência lá em casa, da Emater, ele sabe do que eu estou falando, não estou mentindo. Não comprei terra dentro de área de reserva. Compramos terra fora da área de reserva, só que hoje o parque está invadindo a nossa área.

Então, assim, a minha reclamação é sobre isso.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Obrigado, Damião. Depois do encaminhamento, tanto a Deputada Drª Taíssa, quanto o Deputado Delegado Lucas vão falar sobre esse tema aí.

Oranilton Rodrigues, da Associação Terra Roxa.

O SR. ORANILTON RODRIGUES - Bom, boa tarde a todos. Eu queria colocar um áudio aqui, mas não estou conseguindo.

Eu sou Presidente da Associação Terra Roxa. Fundador da Associação Terra Roxa. Acredito que o Hueriqui deve se lembrar de mim, muitas vezes, em reuniões.

Antes que eu fale algumas outras coisas a respeito desse áudio que eu ia colocar aqui e não consegui; eu estudei o Plano Manejo do Parque Guajará-Mirim. São 126 páginas. Sou produtor rural, tenho o ensino fundamental, com muita honra, concluído pelo EJA. Não tive muitas oportunidades de estudar quando criança, porque meus pais vieram para Rondônia para possuir terras, desbravar esse Estado, construir esse Estado.

Mas, ainda assim, eu tive a felicidade de aprender a ler. Então, quando eu estudei ali aquele Plano Manejo do Parque Guajará-Mirim, — o Franber, acredito que ele já saiu —, não apenas estudando como uma pessoa leiga, como uma pessoa sem grandes instruções, mas também tive auxílio de advogados, porque sempre eu tive a humildade de perguntar e de me informar daquilo que eu não sei para quem sabe.

Tenho alguns amigos, engenheiro florestal, engenheiro ambiental, como citei, o Franber, já tirei algumas dúvidas com ele, lá na Assembleia Legislativa; alguns amigos advogados. E, quando eu vejo o Plano do Parque, o Plano Manejo do Parque Estadual Guajará-Mirim, sobre o qual o prefeito desta cidade um dia chegou em Jacinópolis e disse que havia um projeto de um plano manejo — o povo bateu palmas, mas ali estava eu, que sabia o que significa plano de manejo.

Quando falou em plano manejo, todo mundo ficou feliz, "Ah, vamos tirar madeira!" Só que plano manejo nada mais é do que catalogar rato, perereca, barata e tudo mais. Entra o plano manejo e o madeireiro também.

E a outra questão, deputada, é que às vezes, como o Deputado Crispin já disse, vamos ser breves.

Olha, eu acredito que a maioria das pessoas que está aqui já foram almoçar três horas da tarde ou já dormiram sem almoço, em cima de um caminhão madeireiro que já serviu de ambulância em Jacinópolis, né? Já dormiu no mato fugindo do BPA (Batalhão de Polícia Ambiental), porque se fala muito na Sedam, né? Inclusive o servidor da Sedam me filmando, a gente já se conhece também, né?

Falam muito da Sedam, mas esquecem que quem está ali armado para a guerra é o BPA. Quem dá o grito "Deita no chão, vagabundo!" é o BPA. Tudo bem. A Sedam "estuma", o BPA "acua".

E, discordar da fala, já eu retorno aqui; discordar da fala do Deputado Crispin, em dizer aqui no início dessa audiência que o governador está querendo ouvir?! Isso é uma ... O deputado faltou com a verdade. Porque o Governador Marcos Rocha não quer ouvir ninguém. Ele não quer ouvir produtor rural. Ele não quer nos ouvir. Porque se ele quisesse, ele ouviria. O que impede de ele estar aqui? O que impede de ele abrir a porta do gabinete dele — já vai fazer oito anos como Governador — pelo menos uma vez para ouvir o produtor rural, para ouvir gente, para ouvir pessoas? Ele é antipessoas. E eu espero que nós tenhamos o brilho de dar as contas para ele agora, para senador.

E aí, pessoal, quando às vezes fala: "Ah, não, não é o momento e não é cabível dizer tal coisa". E quando é o momento cabível? Quando é o momento que a gente pode fazer uma reflexão e sair fora do Brasil e ir lá na África para trazer esse zoneamento aqui para Nova Mamoré? Se eu sair, se eu perguntar aqui às mulheres que estão aqui, deputada, desculpa, você é a figura pública feminina que está aqui. Me responde uma coisa, se você quiser, claro. Aproximadamente, quantas vezes por semana, vamos dizer assim, que você, vou usar um termo mais simples, que você lava o seu cabelo? Mostra assim com o dedo, uma, duas, três, quatro?

A SRA. DRA. TAÍSSA – Todos os dias. **(fora do microfone)**

O SR. ORANILTON RODRIGUES - Diz a deputada que lava os cabelos todos os dias.

E quando a gente ouve falar — deputada e demais pessoas que estão aqui — em sustentabilidade, em preservação, como aquele moço, até me esqueci o nome dele, que disse algumas "asneiras" aqui, me desculpa, isso é democracia. Então, olha só, o que a Sedam, o que os ambientalistas estão nos conduzindo quando a gente vai para a internet ver alguns vídeos da África? Quando foram em Jacinópolis por várias vezes fazer oficina de turismo? Estão querendo fazer conosco, estão querendo fazer com o Brasil, principalmente com os Estados da bacia amazônica, o que fizeram na África. A África gira milhões e milhões de dólares por ano. Com o quê? Com O turismo.

Sabia que na África tem mulheres de 60 anos que nunca lavaram os seus cabelos. Sabe por quê? Porque está preservando a sua identidade. Por quê? As ONG's malignas vão lá e dizem: "não, é sustentabilidade", "não, vamos, é turismo". O turismo deixando com que aquelas mulheres vivessem lá na Era da Pedra Lascada. É o que eles querem fazer conosco. Tudo bem, turismo, nós queremos turismo. Eu sou favorável ao turismo. Mas o turismo primeiro tem que me beneficiar, beneficiar o produtor rural.

Como um dia, ali no Parque Estadual Guajará-Mirim, veio o senhor Dantas Monteiro — infelizmente, Monteiro —, mas não tem nada a ver com o parentesco meu não. Monteiro, mas não sou. Dizer sobre a questão do turismo dentro do Parque Guajará-Mirim, que queria... Eu me pergunto, será que nós que estamos, aquela senhora que está lá quer servir de burro de carga para turista? Na África, onde o jumento não vai levando a carga do turista, quem vai é o ser humano que está lá. É a mulher que nunca lavou os cabelos para preservar a sua identidade.

Não estou falando besteira. Sabe o que o BPA, a Sedam estão fazendo? E só tem nós e esses deputados aqui para impedir? Que se levante, que se levantem novos "Antônios Conselheiros". Um dia, o Estado brasileiro, lá na Bahia, começou a oprimir um povo. Se levantou um homem chamado Antônio Conselheiro. E vocês, pelo menos os mais intelectuais aqui vão saber, porque nós que trabalhamos na roça não temos muito tempo para saber dessas coisas. No Pará houve a Revolta dos Cabanos. Será que vai precisar que, em pleno século XXI, se levantem novos irmãos lavradores, como fez no Pará, como fez no Rio Grande do Sul? Está a um fio disso. A corda não pode puxar demais, senão ela arrebenta.

Gente, só para encerrar a minha fala, nós não podemos nos curvar, porque discutir o zoneamento, tudo bem, tem que se discutir, mas tem que mudar. Discutir por discutir, nós assinar um documento por assinar, não vai mudar nada. Não vai mudar isso. E um recadinho para o pessoal de Jacinópolis. Não moro lá mais, moro em Guajará-Mirim. Hoje sou produtor de quiabo, jiló, maxixe. Vivo muito bem com a minha família, numa área de invasão, que é a que eu comprei, hoje a Sedam toma conta, em uma área de invasão que dá aproximadamente 100 por 100. Estamos vivendo lá, muito bem. Só que de lá, não sai esse celular, os caras parecem que não pensam. De lá não sai tecnologia, eu consigo tratar de mim e da minha família, e dos produtores de celular? E dos produtores de carro que estão nas grandes capitais? Vão comer o quê? Quiabo e jiló que eu planto ali, em um pedacinho lá de 50 por 100 aproximadamente? Não faz, gente, tem que começar a pensar. Nós não somos africanos. Nós não podemos deixar.

Aí, como o moço aqui disse, que o desmatamento vai secar o rio. Conheço várias pessoas de Nova Mamoré que contam que em 1971, eles atravessavam o rio Madeira de pé, para a Bolívia, pulando de pedra em pedra. Que desmatamento tinha naquela época? O que o desmatamento fez? Eu levo qualquer um lá em Urupá, onde o rio secava a 30, 40 anos atrás, hoje não seca mais. Quem aqui é de Jacinópolis, sabe que o rio Capivari secava em vários pontos a 20, 30 anos atrás, o Capivari não seca mais. O que o desmatamento fez?

Agora, não vem nenhum ambientalista aqui falar para nós que na China tem um lixão a céu aberto, que dá 3 vezes maior do que o maior prédio que existe na China. Na Índia, também existe outro lixão a céu aberto. Por que é o produtor rural que vai pagar essa conta?

Os milhões de toneladas de lixo que a China joga no mar, por ano. Por que é o micuim nesse planeta que vai pagar as contas? Não pode, gente, pelo amor de Deus. A gente tem que unir nossas forças. Sobre Nova Mamoré, sobre Jacinópolis, o perfil de Nova Mamoré não é o mesmo de Jacinópolis. Não, eu sei que não é momento para isso. Ou Jacinópolis se desgruda de Nova Mamoré, ou vai sofrer junto com Nova Mamoré. Porque até então, a política de Nova Mamoré é uma política ambientalista, é uma política retrógrada com relação ao desenvolvimento da agricultura. Não é à toa que Jacinópolis, sendo o distrito mais novo, é o distrito que arrecada 42.42%, porque lá tem homens que vieram para trabalhar, que vieram para construir. Bem diferente, porque eu conheço os dois lados da moeda. Muito obrigado e me perdoem a todos.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Muito obrigado ao Oranilton.

Nossa última oitiva, e como orador da plateia, nós vamos convidar o senhor Vanderlei Foz, que é também do distrito de Jacinópolis.

O SR. VANDERLEI FOZ – Boa tarde a todos. Como falou, sou Vanderlei, de Jacinópolis, e eu estou vendo hoje, que vi prefeitos aqui, nós estamos precisando - senti falta de um representante nosso aqui. Senti falta dele. Olha como nós estamos, estamos falhos de representante em Nova Mamoré. Mas vamos falar.

Quando começou o assunto hoje, foi falado uma palavra bonita da menina que mostrou o crescimento de Rondônia, de uns anos para cá, e eu fico contente

que o povo de Rondônia veio com destino a trabalhar. Só que de uns anos para cá, nós temos nossos amigos da Sedam, que nos considera como marginal, não como trabalhador.

Eu fico muito triste, porque assim, vou falar agora a respeito dos deputados. Se o povo de Rondônia parasse um ano, parasse de trabalhar um ano, não fosse nenhum alimento na mesa e nenhum quilo de carne para a cidade. O que aconteceria com o nosso Estado de Rondônia se não fosse nenhuma renda para o Estado de Rondônia? Nenhum alimento?

Eu acredito que ia ficar ruim para vocês, deputados, que precisam de verba para trabalhar no Estado; para aqueles que moram na cidade, porque o povo da cidade, eles esqueceram que se acabar o povo do campo, o povo do sítio, na roça, vai acabar o emprego deles também. Só que eles não perceberam, porque eu não sei quais os estudos que eles estão estudando, que eles não perceberam que eles dependem de nós do campo.

Mas, assim, que eu tenho entendido, eles veem que não dependem de nós. Eles estão acreditando na matéria que a Sedam e os ambientalistas - que hoje, vocês deputados, têm que fazer uns estudos, que quem está mandando no nosso Estado de Rondônia e no nosso Brasil, não são mais os deputados. Hoje é a Sedam, o ICMBio e o Ibama. Vocês podem ver que acabou o poder de vocês? Eu acho que é preocupante, porque se for assim, nós não precisamos mais votar. Nós temos que parar de votar. Já que tem o Ministério que está mandando em vocês.

Aí, hoje, eu tiro o chapéu para vocês, deputados, esses novos deputados dessa última eleição, porque da outra vez, os outros deputados passados, eles fizeram a mesma audiência lá em Jacinópolis. Fizeram uma audiência a respeito dessa área nossa que nós estamos comentando aqui hoje, a Gleba Buriti. E o que aconteceu? Falaram para gente provar, lá. Estava o Ministério Público. Para gente provar que lá não era parque. Provamos! Não sei o que aconteceu, porque de lá, o assunto morreu lá mesmo! Porque até hoje nós estamos lutando. Provamos que é a área da União, que eles falavam que era parque. Aí, um dia, um dos comandantes falou comigo. Eles mandaram "eu voltar para trás" porque eu ia para o sítio trabalhar, eles falaram para eu ir embora, porque lá era a reserva, que era parque.

E eu falei para eles que eu estava a 33 quilômetros de distância do parque, que a minha terra é de frente ali, onde eles falam, que é a BR. Eles não sabiam me dizer aonde é a divisa do parque. E o menino, nosso companheiro ali, que acabou de falar ali de parque, eu vou falar para a Sedam, no dia que a Sedam vier lá dentro do parque, pode prender ele, uai! Porque nós não podemos estar dentro de parque!

Não é mesmo? Porque ele está falando que está dentro do parque. Aí ele quer dizer que é aonde é a Gleba Buriti, que é terra da União.

Eu, então, agradeço a todos que estiveram aqui presentes, dos que falaram. Eu gostei hoje das pessoas que falaram aqui a respeito dos nossos esforços dentro do Estado de Rondônia.

É que nem o menino ali, o ambientalista, estava falando ali a respeito da água: que água é vida. Água é vida. Nós temos, sim, que preservar os leitos dos rios. Eu concordo. Aí ele falando, o ano passado, naquela seca braba que teve, não sei se vocês viram falar sobre a matéria, que só teve uma seca daquela 110 anos atrás.

Será que aqui tinha alguma derrubada 110 anos atrás? Eu pergunto para os ambientalistas. Porque eles falam tanto no desmatamento, porque as coisas estão acontecendo por causa do desmatamento. E na época, 110 anos atrás, a maior seca que teve? Tem como me responder? Na época estava mata virgem, não é mesmo?

Então, eu agradeço pela oportunidade e é só isso.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Agradecer a fala do senhor Vanderlei Foz. E parabenizá-lo pelo penteado, viu? Sou fã desse penteado aí, viu, Vanderlei? Obrigado pela fala.

Então, pessoal, conforme o nosso combinado e o contrato que a gente fez no início da audiência, vou agradecer aqui a fala, a oitiva, a todos os registros de tudo que foi falado aqui. E é importante a gente ter a compreensão de que é necessário ouvir a angústia. Talvez o nosso choro hoje seja porque, no momento de uma determinada legislação, ou federal ou mesmo estadual, não houve a oitiva. Não ouviu. No momento de votar, a gente tem que ter a consciência daquilo que nós ouvimos aqui. E é para isso que serve a Audiência Pública.

Então, eu agradeço a participação de todos os senhores e eu vou convidar para a fala agora, nesse momento, o senhor Jair Alves de Oliveira.

Nós vamos passar a ouvir aqui as autoridades presentes. Para fazer uso da fala, o nosso vereador, que representa aqui a Câmara Municipal de Nova Mamoré e o Presidente da Câmara.

O SR. JAIR ALVES DE OLIVEIRA - Pessoal, depois de tantos relatos, tantas falas, eu acho que não sobrou nada mais para a gente falar. Mas nós não poderíamos deixar de justificar, assim como já foi cobrado aqui por alguns parceiros, a ausência do nosso Presidente da Casa, do nosso prefeito e dos demais vereadores. Eles estão hoje em uma Marcha dos Prefeitos em Brasília, onde acontecem vários movimentos municipalistas.

Essa data tinha sido agendada bem antes dessa Audiência Pública. No entanto, não foi possível desmarcar esse compromisso, então está aí a justificativa da ausência tanto do prefeito quanto do vice, quanto do presidente da Casa e ele me deixou na missão de representar e fazer jus a essa audiência.

Mas, eu não poderia deixar de fazer algumas ponderações também, enquanto vereador, legislador desse município, a respeito dessa situação que a gente vive.

A audiência pública dá visibilidade à problemática de cada região. E Rondônia vive na pele a situação,

tanto do zoneamento, como do socioeconômico.

Acredito que eu vou fazer já uma ponderação em cima da fala do nosso parceiro Oranilton, que Nova Mamoré deveria ser diferente de Jacinópolis. Eu não entendi o contexto, mas eu percebo que Jacinópolis tem umas peculiaridades a mais do que o lado de cá.

Sempre tem alguns colegas de Jacinópolis que dizem que quando a gente passa para o lado de lá do parque a gente "pulou a matinha", mas eu compactuo com a dor que cada um de Jacinópolis passa hoje. Eu estou do lado de cá, mas eu sei a dor que ele sente do lado de lá, porque eu estou como vereador há dois anos e eu acompanho de perto a problemática daquela região.

Eu gostaria de fazer um questionamento, esse vai mais direcionado ao nosso técnico Hueriqui, a respeito de uma situação que é bastante relevante, claro que nem tem tanto a ver com a situação, mas quando se trata de desafetação ou afetação, tudo é plausível. Aquela senhora, nem sei se ela ainda se encontra no ambiente, que falou sobre ter o seu cantinho para criar a sua família, que quando ela foi despejada de uma certa região, ela ficou no meio da rua com as suas crianças. Eu compactuo com a dor dessa pessoa.

Eu sei da situação porque eu já estava como vereador e acompanhei o passo a passo dessa situação. Vi o quanto foi sofrido para isso. Nós estamos falando do chamado Bico do Parque. Não é a discussão, essa não é a discussão se é parque ou não é parque. A discussão e a pergunta seria: Sedam, por que não avisar essas pessoas quando estão entrando dentro de uma área de conservação, antes que eles criem raiz? Não seria mais fácil inibir a entrada dessas pessoas do que a retirada?

Depois que eles fizeram o desmatamento, e nós estamos falando de uma área que tem uma casa parque, onde seria o guardião daquela área, que as pessoas... Eu, quando passo por ali, vejo que o desmatamento aconteceu a menos de 500 metros, onde existe plantonista fazendo a guarnição daquela unidade de conservação, se é que é uma unidade. Então, fica aí um questionamento: será que não seria mais fácil evitar que essas pessoas, porque não venha dizer a Sedam, não venha dizer o Ibama, não venha dizer o ICMBio, não venha dizer a Polícia Ambiental, a Polícia Militar e a Polícia Federal, que não sabiam, porque sabiam, sim.

Então, não seria mais fácil chegar nessas pessoas quando estavam iniciando o desmatamento e dizer: "aqui não pode"? Hoje, algumas pessoas foram tocadas dali como bicho. Não estou defendendo a questão da retirada das pessoas, mas precisa provar que realmente é uma área de conservação. Agora, o questionamento é: não seria mais fácil evitar que essas pessoas tivessem entrado? Esse é um questionamento que eu aguardo resposta.

Outra situação bastante relevante também que eu gostaria de tocar é sobre essa questão de sobreposição de parque. É uma situação bastante complicada. Nós costumamos obedecer ao limite de todas as áreas de conservação. Mas aqui e acolá a gente percebe que há mudanças nesse polígono. Eu estou falando da Gleba Capitão Silvio, figura 2, do lado de cá. Essa área tem georreferenciamento aprovado em uma área que não era parque. De repente, essa divisa passa para uma região que existe pessoas ali já há mais de 30 anos. Então, é preciso fazer uma avaliação com relação a essas mudanças de divisa, porque isso atrapalha pessoas.

As pessoas que chegaram 30 anos atrás, conheciam a divisa original do parque e elas a obedeceram. E, de repente, hoje nós encontramos várias propriedades que foram inseridas nessa situação. Assim também como do lado de Jacinópolis. A nossa situação é um pouco menor. Mas Jacinópolis, que é um distrito também de Nova Mamoré, que é a mesma realidade, a situação é muito mais grave. A região da Linha 7 está praticamente toda inserida nesse parque.

Será que foi feito um estudo de impacto para saber qual seria o prejuízo que aquele município, que aquele distrito ia ter? Quantas pessoas prejudicadas por falta de informação? E eu acho que, nesse caso, os órgãos de controle erraram, porque no momento que alguém começa a invadir a minha fundiária, automaticamente eu vou dizer para ele: "aqui está a minha divisa, o seu direito termina onde o meu começa". E essa informação não foi passada para esses produtores, e hoje estão pagando um preço muito caro.

Mas, mesmo assim, a gente segue na luta, segue na lida, e eu sei que ali tem pessoas aguerridas e elas não vão desistir dos seus propósitos, porque vieram para aquela região para produzir. Tanto é que hoje é o distrito caçula de Nova Mamoré, e é a maior potência, tanto na produção de grãos, quanto na produção de leite e carne. Jacinópolis, hoje, com uma extensão até um pouco menor do que o distrito de Nova Dimensão, tem 53 mil cabeças de gado a mais do que o distrito de Nova Dimensão, que tem quatro vezes mais a idade de Jacinópolis.

Então, são pessoas que entraram ali com o propósito de produzir, fazer com que o município cresça, gerar emprego e renda, mas vivem acuados como se fossem bicho. Então, a gente precisa dar visibilidade a essa situação, fazer o que tiver que ser feito e tentar minimizar a dor daquelas pessoas.

Zoneamento é uma discussão bastante relevante. Creio que com estudo bastante minucioso, muito técnico, dá para resolver muitas problemáticas. Jacinópolis não está 100% dentro de uma área de conservação. Jacinópolis tem muitas áreas que podem ser discutidas. Mas, se as pessoas já estão lá há bastante tempo, por que não fazer um estudo com relação à situação dessas pessoas? Por que a gente não estudar de passar todas essas Zona 2 e Zona 3, por que não passar tudo para a Zona 1, para facilitar a vida dessas pessoas?

É uma discussão que a gente deve analisar. Acredito que a Assembleia já está com esse pensamento na cabeça, porque hoje a gente percebe a diferença desse Parlamento. São pessoas que têm mais interesse em resolver a problemática, porque sabemos que é dali que sai o nosso sustento, é dali que sai a nossa alimentação.

Então, Presidente, vamos discutir, vamos fazer um estudo técnico, vamos fazer um estudo de impacto, vamos avaliar a situação para ver se a gente consegue diminuir um pouco. Eu creio que seria impossível, hoje, sanar todos os problemas. Têm pessoas que realmente vão sofrer a consequência por estar em determinado lugar. Foi falta de aviso. Talvez eles não entraram lá com a informação que não poderia. Mas, tem muita situação que deve ser discutida e levada para esse banco de dados e, quem sabe, resolver parte da problemática do município e do Estado de Rondônia.

Então, só para finalizar minhas falas. Vejo que essa audiência teve proveitos. Algumas pessoas podem entender que tudo isso pode ser uma politicagem, mas é no palco da discussão que a gente consegue chegar a um denominador. Creio que, a partir desse momento, algumas dúvidas que alguma pessoa pudesse ter com relação à questão de embargo, por exemplo. O Hueriqui já foi bem categórico na sua fala e, infelizmente, é assim que acontece. Se a sua área tem problema com pró-desembargo de qualquer natureza, infelizmente, zoneamento não vai resolver a nossa situação. Isso é um fato, mas eu só não consigo entender, talvez o Hueriqui consiga nos dar uma "palha", na oportunidade.

Existem situações que é tipo um temporal. Às vezes, a minha área tem um embargo hoje, por alguma situação, tem uma PRODES, tem qualquer tipo de embargo, e amanhã já não tem mais. Eu confesso que eu não consigo entender como é que isso acontece. Eu falo com propriedade que, às vezes, as pessoas podem entender que isso seja, talvez, uma coisa que venha por acaso. Mas, infelizmente, isso acontece na nossa região.

Às vezes, hoje, um produtor que tem já a sua área, está em uma área tranquila, já consegue acessar um crédito nas agências de crédito, de repente, chega na propriedade dele, está toda vermelha. Ele vem embora porque queria acessar aquele crédito, tem necessidade daquele recurso, mas não consegue. Passa quatro, cinco meses, o mesmo produtor, vai no escritório de assessoria, de repente a área dele está limpa. Eu não consigo entender por que isso acontece.

Então, se isso tem alguma ligação com o zoneamento, vamos discutir o assunto. Vamos ver o que está acontecendo, porque o produtor rural é responsável, realmente, pelo pão que vai para a nossa mesa. Então, Jacinópolis hoje apareceu em massa, são pessoas aguerridas, são pessoas que têm um propósito. E vamos focar nessa situação. O que der para fazer, vamos fazer, mas vamos ajudar essas pessoas que tanto sofrem, assim também, como as pessoas que estão hoje em uma área chamada "área de interesse de Funai".

Acredito que o zoneamento ajuda bastante nessa situação, que hoje a nossa região também sofre com essa problemática, e poucas pessoas sabem explicar exatamente o que acontece com relação à área de interesse de Funai. Temos uma equipe em Brasília discutindo esse assunto, já está bastante encaminhada, mas eu acho que faz parte desse pacote, Deputado Ismael Crispin, a gente discutir, reforçar e levar ao conhecimento das autoridades, e tentar resolver mais essa problemática no nosso município. No mais, muito obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Agradecer ao Vereador Jair.

E convidar o Caio César Leite, Secretário de Meio Ambiente do Município de Nova Mamoré, neste ato, representando o gabinete da prefeitura.

O SR. CAIO CÉSAR LEITE RODRIGUES - Olá, bom dia a todos. Gostaria de agradecer a presença de todos, em nome do Prefeito Marcélio. Gostaria de cumprimentar a bancada em nome do Deputado Ismael Crispin, e as demais participações, enfim.

A Prefeitura foi convidada a participar desta Assembleia, desta audiência e achou muito importante, porque através dela, podemos implantar políticas públicas para o nosso município.

Uma das questões que tem com esse zoneamento, a que mais me pegou, foi com relação ao próprio parque. Uma vez que algumas áreas não estavam delimitadas dentro do parque — e agora estão.

Então, minha dúvida, que vai diretamente à Sedam é: o município tem o programa de recuperação de estradas, na Linha 7, na Linha 29, na Linha 30; enfim, naquelas áreas que estão hoje demarcadas pelo parque, como é que a gente vai agir? Vamos continuar fazendo ou já não pode mais ser feito, porque agora já é propriedade do parque?

Outras coisas também em relação ao próprio zoneamento: uma vez que essa área foi incluída dentro do parque, elas passam a ser o zoneamento 3. Ou seja, toda a população que tem suas propriedades nessa localidade, vai ser literalmente impactada. Então, como é que vai seguir essa situação?

E uma das perguntas fundamentais é: qual foi o critério para a mudança da Zona 2 (agora não tem como aparecer no slide) para a Zona 1, por exemplo? Principalmente naquela região de Jacinópolis? E o porquê de não cancelar a Zona 2 e colocar tudo como Zona 1? Se o critério for social, o crescimento social daquela região, eu posso afirmar que está completamente com população.

Então, são alguns pontos. E, no mais, gostaria de agradecer a presença de todos. Um forte abraço.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Obrigado, Caio.

E, nesse momento convido para a fala, o deputado estadual aqui da região de Buritis, muito conhecedor da região de Jacinópolis, e que, por sinal, faz um excelente mandato, meu amigo Deputado Estadual Delegado Lucas Torres.

O SR. DELEGADO LUCAS - Bom dia a todos. Eu quero agradecer a Deus pela oportunidade. Em respeito

a todos que ficaram até esse avançado, adiantado da hora, eu vou cometer a deselegância de não cumprimentar um por um. Todos já foram exaustivamente nominados aqui na Mesa de Autoridades, inclusive aqueles que compõem aqui a nossa plateia. Então, sintam-se todos cumprimentados. Em especial, muitos aqui são amigos meus, que nós temos um contato, um vínculo direto. Então, recebam o meu abraço e, para ter uma brevidade e para que nós sejamos objetivos, eu não vou aqui cumprimentar a todos individualmente.

Eu quero, antes de qualquer coisa, dizer a todos vocês que, assim como atentamente eu ouvi a fala de todos aqui, eu concordo que nós temos que partir de um princípio muito simples, na minha opinião.

O modelo que o país e o Estado de Rondônia adotam para a preservação ambiental, que é um modelo baseado em comando e controle, é um modelo falido. É um modelo que já se demonstrou inexitoso, fadado ao insucesso.

E eu digo isso como, não apenas como deputado estadual, que eu estou numa condição passageira de deputado estadual; porque isso não é carreira e isso não é minha profissão. É uma ocupação temporária em que eu me encontro.

Eu digo isso também como operador da segurança pública, como Delegado de Polícia de carreira que sou há 14 anos. E aí eu quero exemplificar isso, porque eu sou da região aqui e minha lotação sempre foi Buritis, e eu sempre atendi Jacinópolis. Eu estou há 14 anos como Delegado de Polícia Civil. E nesses 14 anos, em 2011, em janeiro, quando eu fui lotado lá, e hoje o Estado de Rondônia, o desmatamento, a degradação do meio ambiente, o avanço das zonas produtivas, não diminuiu e nem parou; ele aumentou.

E quantos milhões foram gastos de recurso público para o BPA, para a Sedam, através de diversas ações de comando e controle, para combater o avanço das produções do Estado de Rondônia, seja em áreas de proteção integral ou não?

Então, se está sendo gasto dinheiro, rios de dinheiro, rios de dinheiro! Na Assembleia, neste momento, tem um projeto de R$ 10 milhões para Sedam, para comando e controle, que a Deputada Drª Taíssa, acertadamente pediu vista, nós votaremos contra esse projeto. São R$ 10 milhões agora, apenas nesse projeto específico. Esse dinheiro está sendo gasto. Está sendo gasto, a população está sendo acuada, a maior parte da reclamação aqui é do comando e controle, da presença ostensiva das forças de segurança e fiscalização.

E está dando algum resultado para o meio ambiente? É a pergunta que eu faço. É uma pergunta retórica. A resposta nós sabemos. Nada está sendo produtivo no ponto de vista de preservação ambiental. Portanto, o modelo é falido. E quando nós vamos, como sociedade, debater o modelo de preservação ambiental que nós queremos propor? Para que haja um equilíbrio... **(manifestação de uma pessoa da galeria, fora do microfone).** Isso. É a conclusão a que eu estava chegando, essa que o senhor antecipou.

O modelo de comando e controle é um modelo falido, porque não está dando resultado na prática. E os dados estão aí para todos verem. E aí eu quero aqui, para exemplificar o que eu estou falando, vamos usar como exemplo o caso do Parque Estadual de Guajará-Mirim, que é a Gleba 2, a Gleba 3, que é uma área que a União nunca consolidou, nunca concluiu a transferência para o Estado de Rondônia. E eu conheço esse caso.

Se o Estado reconhecesse a incapacidade do próprio Estado de cuidar dessa área e impedir uma ocupação, porque vai ficar uma briga por quanto tempo? Povo contra Estado, povo contra Estado. O Estado não consegue se aparelhar para impedir o progresso e o desenvolvimento. Não tem como obrigar as pessoas a serem pobres e miseráveis o resto da vida. As pessoas querem ter direito à riqueza, à produção, a gerar emprego, à renda e dar um futuro para suas famílias.

Nós vimos crianças aqui. Não tem como não se emocionar com desabafos como o da Elizandra. Não tem como. A gente também sente isso. Mas, o Estado vai ficar nesse cabo de guerra, nesse cabo de guerra, até perder? Porque a população vai perseverar. A população é resiliente. Foi dito aqui na região, lá do Fortaleza, do Três Coqueiros, é com cacaio nas costas, é na picada. "Ah, o MP fez uma recomendação para não ter estrada"; vai entrar sem estrada, vai fazer a picada no facão, vai a pé; não tem ponte? Vai atravessar de jangada, vai passar um cabo de aço para passar a moto. Vai morrer gente, mas eles vão persistir.

O ser humano é adaptável, a gente vive em deserto, a gente vive em região da Antártida, a gente vive em iglu, a gente é adaptável, o ser humano vai conseguir prosperar. E nessa resiliência nossa, o Estado que quer ter 100% da área preservada, vai ter 0%, porque o povo vai entrar e vai derrubar, e vai ocupar, e vai entrar e vai derrubar.

A nossa lei federal hoje fala de 80/20, e eu não estou falando que eu concordo com isso, mas é a lei federal que está em vigor, o Código Florestal que foi aprovado em Brasília, que foi sancionado em 2008 e entrou em vigor em 2012. É 80/20. Se o Estado chegar e falar: "O Parque Estadual de Guajará-Mirim, vamos lotear vocês aqui, 80% tem que preservar, 20% vai ser área produtiva, cada um cuida da sua área", eles vão ter 80% de mata. Do jeito que está hoje, vai ter 0% de mata em algum dia.

Na Resex Jaci-Paraná, quis ter 100% de mata. Hoje já tem 80% derrubado. Como é que tira essas famílias de lá hoje em dia? Quebra o Estado, quebra Buritis, quebra Jacinópolis, quebra a região, quebra a economia e mata as famílias. A gente vai matar o ser humano? Depois que entra, não tem como tirar. Então, a gente tem que ter uma ocupação planejada. E aí quem quer ter 100% não vai ter nada. O argumento não pode ser absoluto. O meio ambiente não está sobre todas as outras coisas. E o meio ambiente é global.

E eu digo aqui porque parece muito simples para mim, assim como parece muito simples para todos

vocês. É só o deputado ir lá falar uma lei dizendo que a gente pode entrar no parque e preservar 80 e ocupar 20, por exemplo, que é o que a lei hoje federal estabelece como parâmetro. Mas, eu preciso aqui falar para vocês que não é simples como parece. Primeiro, para concluir esse raciocínio do modelo que é falido. Nessa forma como eu estou exemplificando, isso aqui era uma saída possível de milhões de saídas que a gente poderia propor, que não apenas o comando e o controle e 100% de entrada das pessoas e pronto, acabou.

Mas, por que funcionaria nesse modelo do 80/20, no caso do parque aqui? Porque quem está lá ia ter Título, a terra ia estar no CPF. E quem cuida da floresta são vocês, somos nós. É o produtor rural que consegue cuidar da mata e ele vai cuidar se tiver o documento dele. Documenta essa população aqui a partir de amanhã.

E o caso exemplificador disso hoje, na atualidade, a gente tem, é o Soldado da Borracha. Porque até 2018, antes do decreto, era preservado; acabou o decreto, começou a derrubada. Francisco e Zoca estão aqui para dizer. Você tirar o documento da pessoa e simplesmente colocar no papel que a partir de amanhã é reserva fomenta o desmatamento ambiental, fomenta a degradação do meio ambiente. Não resolve nada. Mas, há interesses econômicos por isso, interesses internacionais por trás. Eu não quero me estender, porque eu quero que tenha uma objetividade.

Eu estou dizendo que o desabafo de vocês é o mesmo nosso e a sensação de querer resolver isso é o que nos move. É o que nos move. Mas, como todos os senhores e senhoras têm um sentimento de impotência, nós também temos. Nós também temos. Eu vim daí. Eu estou aqui desse lado, hoje, e eu estou vindo nessa Audiência Pública não é para mentir para ninguém, não é para iludir ninguém. É para mostrar que eu estou aqui junto com vocês para ouvir, e sofrendo e sentindo essa dor junto, e querendo achar uma solução. Eu não estou vindo aqui para fazer palanque, nem para me promover em cima do sofrimento de ninguém, mas também não estou vindo mentir, dizer que a gente tem a solução pronta e que a solução é simples.

Nós temos que trabalhar conforme as leis existentes determinam, nós temos balizas legais de atuação. E aí eu gosto de sempre trazer exemplos, porque eu sou um servidor técnico. Soldado da Borracha foi decretado, em 2018, uma estação ecológica: 0% de possibilidade de atividade econômica, 100% de preservação integral. Beleza. Como é que resolve? A Assembleia criando um decreto legislativo sustando o decreto? Foi feito. Não resolveu. O Governador fazendo uma lei, cancelando o decreto que criou a reserva? Foi feito. Não resolveu. O Governador fazendo um decreto do Executivo suspendendo o decreto que criou a reserva? Foi feito, não resolveu.

Então, se eu fizer para ganhar o voto de vocês amanhã, e a gente assinar em conjunto uma lei dizendo que a partir de amanhã o Parque Estadual de Guajará-Mirim não é mais uma unidade de conservação, talvez eu vou ganhar palmas, o pessoal vai ficar feliz, "é, o Lucas fez uma lei que a gente queria", mas não vai prosperar.

Então, a gente tem que trabalhar dentro das possibilidades legais. A gente tem que trabalhar dentro das balizas da lei. E é esse o desafio. Por isso, no caso das 11 reservas, nós criamos a CPI. Foi uma saída que nós achamos para tentar demonstrar as ilegalidades e levar ao foro apropriado para essa discussão, que é o Poder Judiciário.

Para vocês terem uma ideia da dificuldade, meus amigos, a Lei Ambiental é concorrente no ato de legislar. Mas, por exemplo, se uma lei federal estabelece que uma multa ambiental pode ser parcelada em 15 anos, o Estado só pode legislar para agravar mais. "Não, 15 anos é muito tempo para parcelar, eu quero que ele pague em 5". Piorou, não é? A gente pode.

Se a gente quiser, não, 15 anos é pouco, vamos ampliar esse prazo para 20? Eu não posso. No máximo, a gente pode legislar para agravar o rigor, para ficar pior ainda, no que é do ponto de vista ambiental. Por causa das nossas diretrizes constitucionais e por causa do princípio do não retrocesso ambiental, e outras questões que vão todas passar pelo crivo do Poder Judiciário.

Como é que a gente vai fazer para combater essas leis? Qual é a saída que nós vamos encontrar? Quais são as soluções viáveis? Ideias nós temos muitas, mas nós esbarramos na competência legislativa do que compete ao Poder Estadual de fazer. E aí é onde nós temos que ter a responsabilidade, eu quero trazer a minha fala agora para o zoneamento.

O Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado de Rondônia, a terceira aproximação, que é o que se pretende aprovar, que foi votado em 2021 e não está em vigor, certo? Ela não muda as leis existentes, isso já foi dito. Então, se existe uma lei estabelecendo que uma área é uma unidade de conservação, o zoneamento, se ele vier e pintar ela de amarelo ali e falar: "a partir de hoje, ela é Zona 1", o zoneamento vai ser declarado inconstitucional, vai perder todo o trabalho, não vai resolver nada.

Se for para aprovar desse jeito, por isso que é importante essa discussão, se for para aprovar desse jeito, é melhor não propor, é melhor não encaminhar a lei, porque aí ele vai ser encaminhado para a Assembleia, sendo aprovado, ele vai para o CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente). Porque do jeito que for aprovado, ele vai ser avaliado em Brasília. E o governo federal atual, vai olhar com um olho permissivo ou muito criterioso? A pergunta todos sabem a resposta.

E aí, eventualmente, vai ser cancelado lá, porque ele tem que levar em consideração a legislação que está vigente, regulamentando as áreas de proteção. Ele não pode desafetar uma área. Então, se o zoneamento tiver o condão de tentar desafetar áreas de especial preservação, ele inevitavelmente, será fulminado por uma decisão judicial ou pelo próprio Conama.

E aí, nós voltaremos ao status quo, não vai resolver nada, vai permanecer como está, Francisco, Zoca,

que não é bom como está, mas algumas áreas que têm uma possibilidade de melhorar, como Surpresa, como União Bandeirantes, como aquela situação que a Deputada Taíssa vai falar com mais propriedade de Guajará-Mirim, que é a cidade dela, essas áreas que podem melhorar, elas não vão melhorar. E elas estão desde 2015 no estudo, enfim.

Mas, é esse o objetivo da discussão. Nós só vamos aceitar quando todo mundo for contemplado, ou nós vamos, em alguma medida, pegar o que tiver de benefício, que pode trazer, o zoneamento traz benefícios diretos. Vamos avançar em alguns temas, com o compromisso de não piorar nenhum. E discutir isso mais à frente das áreas que puderem ser melhoradas.

A gente só pode discutir, mudar, por exemplo: a situação da Zona 1 para a Zona 3 de um Parque de Guajará-Mirim, por exemplo, se nós conseguirmos, com uma outra lei, que não é o zoneamento, questionar a lei de 1990, porque o Parque Estadual de Guajará-Mirim foi criado por uma lei de 1990, e depois ele foi modificado por uma lei de 2002.

Enquanto essa lei estiver em vigor, "Ah, mas a área da União", concordo. "Ah, o Estado nunca teve a consolidação da transferência da propriedade dessa área". Concordo. Essa tese precisa ser apresentada ao Poder Judiciário e ela precisa ser manifestada ali, uma inconstitucionalidade dessa lei de 1990, e depois de 2002, que atualizou. Enquanto não for questionado isso, ela está vigorando. Enquanto ela estiver vigorando, ela é uma baliza para o zoneamento. E o zoneamento não pode atropelar. Vamos atropelar? Aí é mentir para vocês. Aí é fazer politicagem.

Agora, vamos deixar como está? É uma opção. Vamos postergar o zoneamento? É uma opção. Postergar até quando? Já tem 25 anos de atraso. Vamos refazer o estudo? Quanto custa? Vamos buscar soluções. E nós estamos aqui para ouvir, para não mentir para ninguém e para enganar ninguém. Mas, eu quero que fique muito claro, do nosso posicionamento, nós queremos construir soluções para que vocês parem de dormir com medo de ser acordado com um chute na porta. Para que vocês possam produzir, e quando chegar uma viatura da Sedam, do Ibama, do ICMBio, vocês recebam com um café para dizer: "está aqui meu documento da minha terra".

O brasileiro quer andar conforme a lei. Quando a gente tira nossa Carteira de Habilitação, a gente quer ser parado numa blitz para mostrar que a gente é habilitado. Agora, se para tirar uma Carteira de Habilitação você tiver que levar 15 anos, custar R$ 1 milhão, a gente vai deixar de andar de carro, de moto, para trabalhar, para sobreviver? A gente vai ser empurrado para a marginalidade. Mas, a gente quer estar conforme a lei.

Só que o Estado não cria mecanismos, porque há uma intenção do governo federal como um todo, de outros Estados, que veem a gente como competição, de outros países que também querem fazer com que a gente seja a reserva deles, de que a gente não avance nesses temas! E não compete apenas à Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia resolver isso, porque se competisse, se competisse, no dia em que nós tomamos posse, nós teríamos apresentado esse Projeto de Lei. Mas a lei, infelizmente, tem suas limitações.

O Parque Estadual de Guajará-Mirim. E aí, eu quero aqui, encaminhando para o fim da minha fala, pedir desculpas. O Gilvani foi um que deu um desabafo aqui muito veemente, que eu concordo com esse sentimento e foi legítimo, mas reclamou que a gente às vezes fala de uma forma muito técnica e eu me policio para tentar ser o mais claro possível. Por isso, eu peço desculpas. Eu peço perdão aqui também para o Damião, que foi no nosso gabinete e não conseguiu falar comigo. Eu peço perdão.

O SR. DAMIÃO GAMBARDI DE OLIVEIRA – É Damião! (**fora do microfone**)

O SR. DELEGADO LUCAS – Damião, me perdoe, Damião. É nosso dever ser o mais acessível possível. É o nosso dever ouvir todos vocês atentamente, é o nosso dever estar servindo à população, porque nós somos funcionários de vocês, que pagam o nosso salário e que são os nossos patrões. É o nosso dever. A gente tenta atender o máximo de pessoas possível.

Eu acredito que aqui são exemplos de três deputados extremamente acessíveis. Mas, às vezes, a gente não consegue, infelizmente, dar a atenção que as pessoas merecem. Mas, o gabinete está de portas abertas. Eu quero, publicamente, pedir desculpas por você não ter conseguido falar comigo quando me procurou no gabinete.

O Parque Estadual de Guajará-Mirim. Em 1990, foi criada uma reserva em cima de uma área da União: Gleba 2 e 3. O SPU e o Incra são os donos, a Superintendência de Patrimônio da União. Eu estou vendo até o "Pastorzinho" doido para debater isso, aparentemente, porque eu sei que você conhece muito. O "Chapéu", o Seu Irani, todo mundo de Jacinópolis conhece isso a fundo. E nós também nos debruçamos sobre isso.

A Deputada Drª Taíssa também fala muito sobre essa matéria. E qualquer saída que nós pudermos encontrar juntos, nós estaremos. Eu já estive em diligências, audiências sobre isso: no Tribunal de Justiça, com desembargadores; no Ministério Público do Estado de Rondônia e também em Brasília, acompanhando algumas oportunidades do próprio Deputado Thiago Flores.

O que acontece? Enquanto essa área não for declarada, ou melhor, enquanto essa lei não for declarada inconstitucional, ela está em vigor. E quem tem que reclamar a propriedade dessa área é o dono. E o dono é a União. E o governo federal... Eu concordo, eu concordo que é uma área de fronteira. Área de fronteira. Eu, como operador da segurança, eu entendo que para a soberania do país, tinha que lotear tudo e incentivar pessoas a virem para cá, para proteger as fronteiras do país, de tráfico, de carro roubado, de tráfico de pessoas. É fronteira! Isso é segurança nacional! Isso é soberania. Compete ao Exército Brasileiro e à Polícia Federal, a guarnição das nossas fronteiras.

A fronteira do Brasil, só de Rondônia e do Acre,

a nossa fronteira com a Bolívia é equivalente a toda a fronteira dos Estados Unidos com o México, que é a maior potência bélica do mundo. E os Estados Unidos não conseguem impedir o México de mandar droga para lá. No Brasil, só Rondônia e Acre equivalem a toda a fronteira dos Estados Unidos com o México.

Nós vamos cuidar da nossa fronteira inteira? Se os Estados Unidos não conseguem cuidar da deles, com o aparato de segurança que eles têm? O Trump querendo construir um muro, lá, porque não dá conta!

A nossa fronteira é tão grande que se ela fosse a faixa de fronteira, um país independente, ela era o terceiro maior da América Latina. Só perderia para o próprio Brasil e para a Argentina. É muito grande! A gente não dá conta de cuidar.

Amanhã, se alguém quiser começar a invadir, começar a entrar aqui, ninguém sabe o que está acontecendo. Tem que colocar o povo para cuidar disso. E o povo cuida da fronteira e cuida da mata. Eu concordo com isso.

Só que quem é dono dessa área é a União. E o governo federal que está aí, vai pedir essa área de volta, sabendo que a intenção é para lotear as pessoas, assentar as pessoas, para produzir. Vocês já viram essas manifestações. Eu não sei nem se é bom nesse governo, a gente discutir isso junto. A gente querer acelerar para a SPU pegar isso aí de volta, porque se eles conseguirem pegar o domínio dessa área de novo, eu não sei se vai ser para beneficiar a gente, não!

Mas, é uma estratégia! Mas, enquanto isso não for levado à justiça e o Poder Judiciário der uma decisão, infelizmente, também a gente não sabe muito o que esperar, aí a gente tem o STF (Supremo Tribunal Federal) dando péssimos exemplos. Eu sou formado em Direito. Dá vontade de rasgar o meu diploma quando eu vejo algumas teses que saem da nossa Corte, que era para ser a Guardiã da Constituição.

E eu não quero me estender nessa discussão aqui, mas é para todos entenderem que a dificuldade também é um sentimento que nos causa revolta. Enquanto a União não pedir de volta a propriedade, vai estar sendo considerado que é a Lei de 1990, reformada em 2002, e que o Estado tem o domínio.

E o Estado está tratando como "unidade de conservação" e vai ficar essa guerra e a gente tem que tentar construir uma solução para essa área. E hoje não é o zoneamento que vai resolver isso.

Então, nós temos um problema. Eu estou com vocês para buscar a solução, mas a gente tem que construir um caminho, um encaminhamento, para que a gente possa, de forma unida e organizada, buscar uma forma de avançar nisso.

Eu quero concluir, dizendo que eu estou do lado de todos vocês. Eu acredito que, de forma muito simples, se todo esse recurso que for gasto, fosse revertido como crédito de carbono para o próprio morador da terra, para o próprio proprietário, esse problema estava resolvido. Porque, se a terra valesse mais, a mata valesse mais em pé do que deitada, economicamente falando, ninguém ia derrubar. Só que ninguém está interessado nisso também. Porque se a gente parar de produzir para cuidar de mata, recebendo dinheiro para isso, ficando tranquilo, armar uma rede lá e só cuidar para ninguém entrar; não pegar fogo, a gente também quebra o país e o mundo passa fome.

Então, a sensação que dá, o que não é muito longe disso, é que querem que a gente continue produzindo, mas não querem dar o documento para a gente, para falar que estão preservando. E a gente vai ficar sendo espremido nessa guerra entre o barranco e o mar, que é o marisco que está pegando a pior. E o meio ambiente tem que ser discutido global.

Não adianta nada do lado do rio para cá, a gente estar preservando 100%, 80%, quando a Bolívia permite de forma legal até 90%. Foi grande parte do desmatamento, da queimada do ano passado, da fumaça, foi da Bolívia. A Bolívia incentivando, fomentando, e o Brasil aqui fazendo de conta que não está vendo, o resto do mundo fazendo de conta que não está vendo. A China..., isso já foi tudo discutido aqui.

Então, meus amigos, me desculpem se eu me delonguei, me desculpem se eu avancei, me desculpem se eu não trouxe propostas aqui, soluções mágicas para o problema, mas eu reafirmo o meu posicionamento. Por mais que a gente não tenha uma solução pronta para esses problemas, eu estou com vocês, do lado de vocês, para construir de forma democrática, conforme a população quiser avançar nessas pautas.

O Zoca e o Francisco são testemunhas dessa nossa disponibilidade para defender o que vocês entenderem que é melhor, porque eu estou aqui para atender o clamor e a população do nosso Estado de Rondônia. Contem comigo. Estou à disposição na Assembleia Legislativa. Obrigado a todos.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Muito obrigado, Deputado Delegado Lucas.

E agora nós vamos convidar para a fala, ela que é nascida aqui, é nova-mamorense, e que faz um excelente trabalho, que nos brinda com a sua presença na Assembleia Legislativa, uma grata surpresa para o Parlamento Estadual, que defende o rondoniense da forma que eu entendo que cada parlamentar deve fazer. Com a palavra, Deputada Drª Taíssa. Bom dia, deputada.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Bom dia a todos. Primeiramente, cumprimentar os meus colegas de Parlamento, com muito prazer, o Deputado Ismael Crispin. A gente está nessa luta há bastante tempo e com o tempo, dois anos de mandato, a gente vai vendo os compromissos que as pessoas têm e, principalmente, a credibilidade. Então, para mim, é uma grata satisfação ter você aqui. Não é diferente do Deputado Delegado Lucas, que é um jovem. Eu falo que a gente é da região de fronteira, Nova Mamoré, junto ali com Buritis. Então, a gente acaba lidando nas mesmas lutas. Cumprimento os demais.

E dizer principalmente a todos vocês aqui de Nova Mamoré e da região ali de Jacinópolis, a qual hoje à tarde a gente vai estar lá junto com todos. Gente, eu vim aqui com um alerta e uma verdade. Não tem como eu concordar com o zoneamento sem os estudos devidos. E eu vou falar bem claro. A área lá de Guajará-Mirim, que hoje é Zona 2; e a Zona 2, o que é que fala nos estudos? Você pode fazer manejo sustentável. Nós estamos falando de uma área de praticamente 464 mil hectares que passaria para a Zona 3. Isso é um absurdo. Isso é inaceitável.

Eu sei, Débora, que tem outras áreas que podem ser passadas para a Zona 1, mas o impacto vai ser tão gigante se não fizer a atualização do jeito que tem que ser feita, que, sinceramente, nós já não aguentamos mais reserva. A dificuldade que a gente está vivendo, 1/4 de Guajará-Mirim sobrevive com R$ 500,00. Nós temos reserva para todos os cantos. O rapaz, ali, que falou, disse uma verdade, chega a quase 95% e o povo passando necessidade. O povo passando fome. O povo passando dificuldade.

E vou mais, a Sedam fez esse posicionamento enquanto a gente ficar recebendo dinheiro de ONG para financiar programas, a gente vai continuar sem mandar nas nossas propriedades. Hoje, nós estamos vivendo um lobby em relação à ONG. Quem manda nesse país é ONG. Quem manda no Estado é ONG. E não governo nenhum que está mandando, não. São elas que estão ditando as regras. A verdade é essa.

E mais, o Deputado Lucas sabe, eu falo rasgado mesmo, nós estamos vivendo uma reserva de mercado, porque a gente tem como produzir, a gente tem como crescer, com a ponte binacional a gente tem como levar os nossos produtos e elas não têm interesse, porque o nosso produto vai ficar mais barato. E é por isso que elas querem continuar bloqueando aqui a nossa região.

Não é diferente o parque, não é diferente a região de Jacinópolis, que tem, sim, boa parte ali como regularizar as áreas, mas quem está ditando as regras são as ONG's, quem está dizendo qual é a área que vai ser ou que não vai ser, são elas que financiam os programas. E é por isso que normalmente a legislação é mudada em benefício dessas ONG's.

E aí o Deputado Delegado Lucas falou assim "que saída?". Não é fácil. Nós ontem estivemos lá no Ministério Público para apresentar o relatório da CPI das 11 reservas.

Foram dois anos de trabalho, colhendo depoimento; colhendo um monte de informação; colhendo um monte de coisa, para tentar provar a verdade que essas 11 reservas foram criadas do dia para a noite; que essas 11 reservas foram criadas sem estudo nenhum, e infelizmente, com interesses internacionais.

E é a primeira vez que a gente tem um estudo de forma detalhada. A gente tem uma elaboração de vários questionamentos no documento que foi apresentado agora para o Ministério Público, e que a gente aguarda o posicionamento dele.

E aí, o que me preocupa, Deputado Lucas, Deputado Ismael Crispin, se antes da gente definir em relação as 11 reservas, for aprovado um zoneamento, falando que aquela Zona é 3, e se daqui a pouco, a gente conseguir provar na Justiça que essas Unidades de Conservação, essas 11 unidades que foram criadas, estão equivocadas, nós não vamos conseguir retornar. Sabe por quê? Porque o artigo 19, da Lei de Zoneamento fala o seguinte: "que a lei só pode mudar em relação a essa situação se for para aumentar a área ambiental e não para retroceder".

Então, eu não posso deixar de deixar o meu posicionamento aqui e dar um alerta para a minha região. Se a gente não fizer o estudo da forma detalhada, se nós não dizermos aqui, como estamos falando na audiência, que desse jeito que está, não dá para aceitar, a gente vai se "ferrar". A verdade é essa. E as 11 unidades de conservação que foram criadas, é um absurdo.

Unidades de conservação que foram criadas sem estudo nenhum, tem depoimento na CPI que eles falam lá: "não sei nem onde que era"; "nunca nem vi", "não sei que documento é esse que eu estava assinando". A verdade é, e a gente fala assim, daqui a pouco vão tentar me tirar até o meu mandato, porque eles perseguem até dizer, chega. Mas eu não vou deixar de falar a verdade para as pessoas.

Outra coisa, que nós estamos vivendo. Foi falado aqui que o zoneamento é uma reclassificação. Uma classificação, praticamente um espelho da realidade da área. Só isso, no meu entendimento, e eu sou advogada, não sou da área ambiental, não é isso. Porque se define que aquela área é Zona 2, que aquela área é Zona 3, você não pode fazer mais nada na propriedade. É praticamente Zona 3, você não pode praticamente nem pisar.

Então, inviabiliza a atividade econômica do produtor rural. E ainda mais, foi falado pelo Deputado Lucas, o governo criou uma lei em uma área federal. Não é competência do governo criar essa legislação. E nós temos que trazer para o debate o Incra. O Incra tem competência para poder definir essas áreas e dizer, e eu vou dar um recado para a região de Jacinópolis: no dia 03, 04, 05 e 06 de julho, o Incra vai estar lá junto comigo, porque eu pedi uma resposta. A gente não aguenta mais. "Ah, essa área é de quem, é do governo? É do governo federal?" o Incra tem que dar uma resposta para as pessoas, porque se der para regularizar, já disponibilizei recursos.

Teve um morador que falou "O Incra está dizendo que não tem recurso para fazer o georreferenciamento." Já mandei R$ 200 mil de emenda parlamentar para fazer o "geo". Se precisar, vou colocar mais recurso, porque nós precisamos entregar o Título para as pessoas. E se é área federal, é competência do Incra e a gente tem que buscar o Incra.

Mas, finalizando o meu posicionamento, eu não vou deixar de alertar a minha região. Se não fizer o estudo de forma detalhada, a nossa região vai ser prejudicada, ainda mais. Eu fui em outras audiências e falei bem claro sobre o meu posicionamento positivo, por-

que naquelas regiões é benéfico para as pessoas. Tem hora que, infelizmente, nessa região aqui, se não fizer de forma detalhada, infelizmente, a situação do Umirizal vai ser... nós não vamos poder reverter as unidades de conservação.

E se conseguirmos reverter, Hueriqui, vai ser depois de 10 anos, de 15 anos, sei lá quando vai conseguir, até porque nós estamos com um governo atual que só quer saber de meio ambiente e deixar as pessoas passando fome, sede. Não está nem aí para o povo. A verdade seja dita.

E que nós possamos mudar essa realidade a nível federal. Se a gente tiver um governo de direita, um governo que bate o pé e fala "essa terra aqui não é de ONG, não é do exterior. É nossa. É aqui que a gente vai trabalhar", nós estaríamos em outra realidade. Se nós tivéssemos um governo federal que falasse para o nosso povo o seguinte: aqui o rondoniense, aqui o brasileiro vai ser respeitado e nós vamos criar política pública para a gente produzir mais, e exportar o que a gente precisar, a realidade seria diferente.

Então, gente, nós precisamos nos unir, sim. Falar os nossos posicionamentos. Essas Audiência Públicas, foi perguntado aqui qual foi objetivo? O objetivo é cada região se posicionar para que não possamos depois chorar pelo leite derramado. Porque, se chegar aqui a Comissão de Meio Ambiente e todo mundo dizer "amém" para o zoneamento aprovado do jeito que está, depois a gente está aí em uma terra que não é nossa e automaticamente virou uma unidade de conservação. Como a gente está sofrendo agora com a situação da BR-364, em que foi taxado lá, R$ 2 mil, num caminhão de oito eixos, para você sair de Vilhena para Porto Velho. A realidade nua e crua é essa e nós precisamos nos posicionar.

Os registros que o Deputado Ismael Crispin falou, está tudo sendo gravado. Para quê? Para o governo ter um espelho e falar: "Olha, nessa região aqui, o povo não aceita dessa forma.". E falo mais: eu, como deputada da região, sabendo a situação que é, não tem como eu validar uma situação dessa que possa prejudicar a nossa região.

Nós sabemos, hoje, que sem atualização e sem esperar o resultado da CPI, vai prejudicar 11 reservas no Estado de Rondônia, porque a legislação hoje, o artigo 19, que regulamenta a questão do zoneamento, fala bem claro: nesses casos, somente para beneficiar o meio ambiente.

Que Deus possa nos abençoar, porque a realidade hoje, em nível federal, é cada dia pior. E que nós possamos mudar em nível federal, logo, logo para um governo de direita que respeita o povo, que respeita o trabalhador e que nós possamos produzir em paz neste país, e, principalmente, nas nossas áreas, porque fomos convidados para vir para cá e hoje estamos sendo massacrados.

Deus, pátria, família e liberdade! Obrigada.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Meus amigos, nós ouvimos aqui as nossas autoridades que compõem a Mesa, ouvimos a comunidade e nós caminhamos para o encerramento dessa Audiência Pública.

Agradeço à Câmara Municipal de Nova Mamoré por nos receber e às pessoas que estiveram presentes.

Antes de concluir, só para registro da importância desse debate e dessa discussão: Zoca, quando você falou que não está no YouTube, de fato não está; mas todas as Audiências Públicas estão sendo gravadas e nós vamos disponibilizar no YouTube após a sequência das Audiências Públicas. De fato, foi uma estratégia, porque a região de Nova Mamoré, se o "caboclo" estiver assistindo lá em Machadinho, pode ser que ele não queira participar, não queira dar voz. E aí, nós usamos isso como estratégia; mas está aqui a Assembleia Legislativa, gravando, e vai disponibilizar tudo isso para que o mundo inteiro acompanhe de fato o que nós fizemos trabalhando.

Agora, seria impossível a gente construir um ambiente de debate para chegar na Assembleia Legislativa, e o que nós estamos fazendo aqui serve, inclusive, como uma provocação. Nós fizemos uma primeira aproximação, um primeiro diálogo com o Governador do Estado de Rondônia —, e eu preciso fazer uma defesa, porque é impossível para o Governador em pessoa estar aqui com a gente em todos os movimentos que nós estamos fazendo —, mas o governo está presente quando tem alguém que o representa. Ele está presente.

Neste ato aqui, representa o governo, representa o Governador, é voz e ouvido do Governador. É para isso que servem as instituições governamentais. Quando a gente vai falar de segurança pública, vem o Secretário de Segurança, vem o Comandante da Polícia Militar, o Diretor da Polícia Civil, e ele, nesse ato, representa o Governador e leva as informações. É isso que está acontecendo aqui.

A Assembleia Legislativa de Rondônia, de um modo muito responsável, propõe as audiências, isso votado em plenário, para poder vir à comunidade.

Diferente, talvez, daquilo que aconteceu no passado. De repente, não se teve essa aproximação com a comunidade, não se ouviu a comunidade, não sentiu as suas dores; porque, ir em cada propriedade, humanamente falando, é impossível. Mas, nós vamos nos aproximando com isso aqui, com o debate.

E aí, eu quero agradecer a sempre presente Deputada Drª Taíssa, ao Deputado Delegado Lucas, e outros deputados que já estiveram em outras audiências; e os que, naquelas audiências que ainda estão por chegar, se farão presentes.

E é importante entender que tem jeito fácil de fazer política e tem jeito difícil de fazer política. Tem outras maneiras, Zoca, de você fazer política. Agora, tem coisas que, ao meu sentir, é deixar um legado; é fazer um grande enfrentamento.

Eu vim para Rondônia em 1984. Sou filho de mãe preta e de pai pobre, de quem tenho muito orgulho: da Dona Edithe e do Seu Ezequiel, que me trouxeram para Rondônia.

Nós viemos para este Estado, e eu me lembro

bem: meu pai, minha mãe e seis filhos; e um balde de farofa. Farofa, para a gente poder comer enquanto saía do Estado do Rio de Janeiro, para chegar ao Estado de Rondônia.

O ônibus parava, a mãe levava onde tinha um copo de água e a gente comia a farofa e tomava água. E eu não tenho vergonha de ser brasileiro. Eu tenho orgulho, porque eu não desisto e não abro mão deste país e não abro mão do meu querido Estado de Rondônia, porque me acolheu! Acolheu a mim e a minha família. Então, eu sou orgulhoso. Eu tenho uma alegria. Vejam: o menino que veio comendo farofa e bebendo água, do Rio de Janeiro ao Estado de Rondônia, hoje é deputado estadual. Como é que isso acontece? A minha indignação me fez ser deputado estadual. Eu fui me indignando, eu não me sentia representado. E aí um dia eu fiz sabe o quê? Eu disse: "eu quero ser candidato". É uma possibilidade de eu reverter a minha indignação em um trabalho e dar voz àquelas pessoas que eu entendo que não estão sendo representadas.

E naquele momento, quando eu coloco o nome, quando eu disputo um processo eleitoral que é sangrento, é doído, porque nós temos interesses de toda sorte no momento da discussão eleitoral — interesses de grandes empresas, interesses de grandes latifundiários, interesses de sindicatos e por aí vai —, mas eu fui lá e coloquei a minha cara e disse: "olha, eu quero ser candidato e eu pretendo, com o seu voto, ser deputado estadual por isso, por isso, por isso". Vejam a minha alegria. O Estado me dá a oportunidade de ser deputado estadual e pela segunda vez. Na primeira vez com 8.307 votos; na segunda vez com 23.417 votos, sendo votado nos 52 municípios do Estado de Rondônia. Isso me coloca responsabilidade.

Quando eu venho para Nova Mamoré com um tema que eu entendo que é sensível, porque há um interesse internacional no que nós estamos discutindo aqui. Quando eu trago para Nova Mamoré um debate de tamanha sensibilidade, eu entendo o tamanho da minha responsabilidade. Quando eu convoco os senhores para estar aqui, apertados ou não, sentados ou de pé, eu entendo o tamanho da responsabilidade que nós temos.

Agora, não é por grito de alguns e de minoria que nós vamos abrir mão do debate. Nós vamos enfrentar esse debate, chamar o governo à mesa, chamar a Sedam à mesa, chamar o BPA à mesa, a Assembleia Legislativa à mesa, porque o nosso povo merece respeito; pequenos produtores e grandes produtores merecem o nosso respeito e merecem esse debate aqui. É por isso que eu saio de São Miguel do Guaporé, assim como a Deputada Drª Taíssa fez há poucos dias. São, acredito, mais de 900 quilômetros para estar aqui. Nós vamos sair daqui, Zoca, e vamos para Pimenta Bueno. Depois nós vamos sair de Pimenta Bueno, vamos para Machadinho; e a vida segue. Agora, se eu encruzar os braços e entender que não tem jeito, se eu disser que tenho vergonha disso aqui, aí não dá para mim. Aí eu estou no lugar errado.

Então, eu entendo que a Assembleia cumpre o seu papel. É um tema sensível, mas nós vamos enfrentá-lo com muita responsabilidade. Dá para agradar a todos? Eu tenho consciência que não. É impossível você ser unânime em um tema tão sensível como esse. Agora, nós podemos avançar. Nós podemos ser melhores do que fomos em 2000. Nós podemos ter uma visão diferente do que teve esse Estado em 2000. Nós temos condição para isso. E nós precisamos contar com os senhores. Nós precisamos contar com o apoio dos senhores.

Quando os senhores saem de casa e vêm para esse momento aqui, é dando o seu sinal de boa vontade, dizendo "olha, do jeito que está, não está bom". Para frente tem risco? Olha a luz amarela acendendo, fique alerta, porque nós já estamos no risco. E aí vocês têm voz e vocês têm voto naqueles que aqui estão. Então compreendam isso e entendam que o que nós estamos discutindo é muito maior do que nós. Agora, nós temos, sim, condição de avançar. E repito, nós temos condição de ser melhor do que fomos em 2000.

Dito isso, eu agradeço aqui demais a participação de todos.

E invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, agradecemos a presença dos componentes da Mesa Diretiva e de todos que acompanharam essa solenidade e declaro encerrada a presente Audiência Pública. E desejo um excelente dia a todos. Muito obrigado. Deus abençoe.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 14 horas e 19 minutos)

SEC. DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo nº 100.281.000034/2024-15

A Assembleia Legislativa do Estado De Rondônia – ALE/RO torna público que realizará a contratação, por **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, da empresa **CLC COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ nº **11.680.906/0001-10**, com sede na Rua Goncalves Dias, nº 216, Bairro Centro, CEP: 76.801- 076 – Porto Velho/RO.

O objeto da contratação é aquisição de 06 (seis) leitores de códigos de barras e QRcode, no valor total de **R$ 5.394,00 (cinco mil trezentos e noventa e quatro reais),** conforme consta nos autos do referido processo.

Porto Velho - RO, 03 de junho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral – ALE/RO

SECRETARIA LEGISLATIVA

Direta de Inconstitucionalidade n. 0814866-54.2024.8.22.0000
Requerente: Procurador-Geral de Justiça do Estado de Rondônia
Interessado (Ativo): Estado de Rondônia
Procurador (a): Thiago Alencar Alves Pereira (OAB/RO 5.633)
Requerido: Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
Advogados (as): Luciano José da Silva (OAB/RO 5.013), Fadrício Silva dos Santos (OAB/RO 6.703) e Geanclecio dos Anjos Silva (OAB/CE 21.548)
Relator: Desembargador Rowilson Teixeira
EMENTA. DIREITO CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI ESTADUAL QUE AUTORIZA A AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE GÁS GLP OU VALE-GÁS. INICIATIVA PARLAMENTAR. USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO PODER EXECUTIVO. VIOLAÇÃO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. PROCEDÊNCIA.
I. CASO EM EXAME
1. Ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Rondônia contra a Lei Estadual n. 5.544/2023, que autoriza o Poder Executivo a adquirir e distribuir gás liquefeito de petróleo (GLP) em botijões ou conceder vale-gás às famílias em situação de vulnerabilidade social no Estado.
2. Alega-se que a norma, de iniciativa parlamentar, impõe obrigações administrativas e financeiras ao Executivo, em afronta ao art. 39, inc. II, d, da Constituição Estadual de Rondônia, que atribui ao Governador a competência privativa para propor leis sobre a estrutura e funcionamento da administração pública.
3. Medida cautelar indeferida. A Assembleia Legislativa sustenta que a norma é meramente autorizativa e visa à erradicação da pobreza, sem impacto financeiro obrigatório. A Procuradoria-Geral do Estado e a Procuradoria-Geral de Justiça manifestam-se pela procedência da ação.
II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO
4. Discute-se a constitucionalidade formal e material da Lei Estadual n. 5.544/2023, notadamente se houve: (i) afronta à iniciativa legislativa privativa do Governador, violando a separação de poderes; e (ii) criação de despesas sem a devida previsão orçamentária e sem estudo de impacto financeiro, em desrespeito ao art. 113 do ADCT.
III. RAZÕES DE DECIDIR
5. A jurisprudência do STF e dos tribunais pátrios é pacífica ao considerar inconstitucionais leis de iniciativa parlamentar que criam obrigações para o Executivo, ainda que sob a forma de normas autorizativas, pois violam a reserva de iniciativa e o princípio da separação dos poderes (ADI n. 4724/DF).
6. A Lei Estadual n. 5.544/2023, ao instituir um programa social e prever sua execução com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOEP/RO), impõe atribuições à administração pública sem anuência do Chefe do Executivo, o que caracteriza ingerência indevida do Legislativo.
7. A ausência de estimativa de impacto financeiro afronta o art. 113 do ADCT e compromete o planejamento orçamentário do Estado. O STF já firmou entendimento de que qualquer norma que implique aumento de despesas deve conter análise de impacto financeiro (RE n.1453991 — AgR).
8. O programa estadual sobrepõe-se ao Programa Auxílio Gás dos Brasileiros (Lei Federal n. 14.237/2021), gerando risco de duplicidade de benefícios e ineficiência na alocação de recursos públicos.
IV. DISPOSITIVO E TESE
9. Pedido procedente. Lei Estadual n. 5.544/2023 declarada inconstitucional, com efeitos ex tunc.
Tese de julgamento: "1. São inconstitucionais leis estaduais de iniciativa parlamentar que impõem obrigações administrativas e financeiras ao Poder Executivo, ainda que sob a forma de normas autorizativas. 2. A criação de programas sociais com impacto financeiro exige prévia análise de viabilidade orçamentária, nos termos do art. 113 do ADCT.
Dispositivos relevantes citados: CF/1988, arts. 2º, 113 do ADCT; Constituição do Estado de Rondônia, art. 39, inc. II, d.
Jurisprudência relevante citada: STF — ADI n.4724, relator Ministro Celso de Mello, Plenário, julg. 1º/8/2018; STF — RE n.1453991 — AgR, relator Ministro Nunes Marques, Plenário, julg. 16/12/2024.
Decisão: "DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA PROCEDENTE NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."
Data do julgamento: 07.04.2025
Data do trânsito em julgado: 22.05.2025

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 3483/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

E X O N E R A R

ADRIANO PEREIRA DA ROCHA NASCIMENTO, do Cargo de Provimento em Comissão de Subchefe de Gabinete de Emendas Parlamentares, código DAH-01, a contar de 31 de maio de 2025.

Porto Velho, 03 de junho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0462250

ATO Nº 3510/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso

de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

ADRIANO PEREIRA DA ROCHA NASCIMENTO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Articulação Municipal de Emendas Parlamentares, código DAG-02-B, no Gabinete de Emendas Parlamentares, a contar de 03 de junho de 2025.

Porto Velho, 03 de junho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0463154

ATO Nº 3500/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

BRENA FERNANDA MOREIRA DE SA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-18, no Gabinete do Deputado Marcelo Cruz, a contar de 03 de junho de 2025.

Porto Velho, 03 de junho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0462708

ATO Nº 3445/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

E X O N E R A R

CLAUDIO JUNHO MATOS DE SOUZA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-13, do Gabinete da Comissão Permanente de Habitação e Assuntos Municipais, a contar de 02 de junho de 2025.

Porto Velho, 30 de maio de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0460348

ATO Nº 3506/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

CRISTIAN DE CASTRO SOUZA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-13, no Gabinete da Deputada Drª. Taíssa, a contar de 03 de junho de 2025.

Porto Velho, 03 de junho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0463115

ATO Nº 3484/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

E X O N E R A R

EDNA BERNARDETE GONDIM WANDERLEY, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-30, do Gabinete da Presidência, a contar de 31 de maio de 2025.

Porto Velho, 03 de junho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0462273

ATO Nº 3512/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

EMILLY NASCIMENTO RIBEIRO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Consultor Jurídico do Gabinete, código DAS-04-B, no Gabinete do Advogado Geral Adjunto, a contar de 03 de junho de 2025.

Porto Velho, 03 de junho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0463160

ATO Nº 3495/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

A L T E R A R

A lotação do servidor **GEYMISON RIBEIRO DOS SANTOS BARROSO,** matrícula nº 200177393, Assessor Técnico, para o Gabinete do Deputado Nim Barosso, a contar de 02 de junho de 2025.

Porto Velho, 03 de junho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0462541

ATO Nº 3489/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

E X O N E R A R

ISABELE BEZERRA DE ARAUJO, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-25, do Gabinete da Presidência, a contar de 31 de maio de 2025.

Porto Velho, 03 de junho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0462362

ATO Nº 3511/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

ISABELE BEZERRA DE ARAUJO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Especial, código AE-05, no Gabinete do Controlador Geral, a contar de 03 de junho de 2025.

Porto Velho, 03 de junho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0463158

ATO Nº 3502/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

JEIEL RIÇA DE SOUZA MOTA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-13, no Gabinete do Deputado Edevaldo neves, a contar de 03 de junho de 2025.

Porto Velho, 03 de junho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0462731

ATO Nº 3485/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

E X O N E R A R

JOB HENRIQUE DE CARVALHO BRAGA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-20, do Gabinete do Deputado Ismael Crispin, a contar de 02 de junho de 2025.

Porto Velho, 03 de junho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0462284

ATO Nº 3507/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

JOSE CARLOS MARTINS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-16, no Gabinete da Deputada Claudia de Jesus, a contar de 03 de junho de 2025.

Porto Velho, 03 de junho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0463117

ATO Nº 3482/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

E X O N E R A R

JOSE DE CASTRO FERREIRA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-13, do Gabinete do Deputado Ribeiro do Sinpol, a contar de 02 de junho de 2025.

Porto Velho, 03 de junho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0462231

ATO Nº 3508/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

KAROL COSTA SCHULTZ, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-13, no Gabinete da Corregedoria Parlamentar - Deputado Jean Mendonça, a contar de 03 de junho de 2025.

Porto Velho, 03 de junho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0463120

ATO Nº 3494/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

A L T E R A R
O Cargo em Comissão da servidora **KEILA FONSECA DE CARVALHO,** matrícula nº 200177058, para Assessor Técnico, e relotar no Gabinete da Comissão Permanente Esporte, Turismo e Lazer, a contar de 02 de junho de 2025.

Porto Velho, 03 de junho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0462534

ATO Nº 3490/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

E X O N E R A R

LEONARDO ALVES RODRIGUES, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Especial, código AE-05, do Gabinete do Controlador-Geral, a contar de 31 de maio de 2025.

Porto Velho, 03 de junho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0462369

ATO Nº 3497/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

LEONARDO ALVES RODRIGUES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-25, no Gabinete da Presidência, a contar da data de publicação deste ato.

Porto Velho, 03 de junho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0462684

ATO Nº 3509/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:
N O M E A R

MARIA PORTAÇA DE ALMEIDA REIS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-16, no Gabinete do Deputado Edevaldo Neves, a contar de 03 de junho de 2025.

Porto Velho, 03 de junho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0463123

ATO Nº 3487/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

A L T E R A R

A referência do Cargo em Comissão da servidora **MARIA ROSIMEIRE DE OLIVEIRA,** matrícula nº 200178362, Assessor Técnico, para o código AT-26, e relotar no Gabinete do Deputado Ezequiel Neiva, a contar de 02 de junho de 2025.

Porto Velho, 02 de junho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0462321

ATO Nº 3491/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

A L T E R A R

A referência do Cargo em Comissão da servidora **NADIR IRENO MIOTTI GRAEBIN,** matrícula nº 200178588, Assessor Técnico, para o código AT-24, relotar no Gabinete da 2ª Vice Presidência - Deputada Rosangela Donadon, a contar de 02 de junho de 2025.

Porto Velho, 03 de junho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0462508

ATO Nº 3496/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

A L T E R A R

O Cargo em Comissão do servidor **PEDRO JUNIOR BRAZ VIEIRA,** matrícula nº 200178718, para Subchefe de Gabinete de Emendas Parlamentares, código DAH-01, a contar de 02 de junho de 2025.

Porto Velho, 03 de junho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0462547

ATO Nº 3498/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA , no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

PEDRO MENDONÇA DA SILVEIRA DOS SANTOS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-13, no Gabinete do Deputado Edevaldo Neves, a contar de 03 de junho de 2025.

Porto Velho, 03 de junho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0462690

ATO Nº 3501/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

PRISCILA PAMELA CARVALHO DE SOUZA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Gabinete III, código DAG-06, no Gabinete do Deputado Edevaldo Neves, a contar de 03 de junho de 2025.

Porto Velho, 03 de junho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0462721

ATO Nº 3492/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

E X O N E R A R

RAKELLY CRISTINA SOUZA LOPES, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-18, do Gabinete do Deputado Marcelo Cruz, a contar de 30 de maio de 2025.

Porto Velho, 03 de junho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0462514

ATO Nº 3493/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

E X O N E R A R

A pedido, a servidora **RAYANE STEFANY TRAJANO PEREIRA,** do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-23, do Gabinete do Deputado Ribeiro do Sinpol, a contar de 02 de junho de 2025.

Porto Velho, 03 de junho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0462518

ATO Nº 3505/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

RICKSON CARLOS DE CAMPOS ROCHA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-13, no Gabinete da Comissão Permanente de Habitação e Assuntos Municipais, a contar de 03 de junho de 2025.

Porto Velho, 03 de junho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0463113

ATO Nº 3504/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

ROMILSON DE OLIVEIRA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-14, no Gabinete da Deputada Ieda Chaves, a contar de 03 de junho de 2025.

Porto Velho, 03 de junho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0463107

ATO Nº 3503/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

L O T A R

O servidor **SERGIO REZENDE DE FREITA S,** matrícula nº 44008-2, ocupante do Cargo de Vigia, pertencente ao Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste/RO, no Gabinete do Deputado Ezequiel Neiva, a contar 1º de junho de 2025.

Porto Velho, 03 de junho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0462744

ATO Nº 3499/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

SONIA SCHMIDTKE DAL POSOLO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-18, no Gabinete da Deputada Rosangela Donadon, a contar da data de publicação deste ato.

Porto Velho, 03 de junho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0462697

ATO Nº 3488/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

E X O N E R A R

VALTER BELIZARIO DOS SANTOS, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-30, do Gabinete da Presidência, a contar de 02 de junho de 2025.

Porto Velho, 03 de junho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0462352

ATO Nº 3486/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

E X O N E R A R

VITOR DE JESUS PEREIRA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Emendas Parlamentares, código DAG-02-B, do Assessoramento de Emendas Parlamentes - Gabinete de Emendas Parlamentares, a contar de 31 de maio de 2025.

Porto Velho, 03 de junho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0462290

ATO DE DIÁRIA Nº 0461838/2025/SEC-RH/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 06 (seis) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO a Cacoal/RO, no período de 02/06/2025 a 07/06/2025, para ministrar curso de Libras. Para capacitar os servidores públicos e população para melhor desempenhar as suas atividades laborais em prol da comunidade, promover a comunicação inclusiva, formar cidadãos mais conscientes e contribuir para a construção de uma sociedade mais acessível e igualitária, conforme processo nº 200.184.000064/2025-55.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
100010108	Marcus Antonio Loureiro do Nascimento	Assist. Tec. Legislativo	Gab. do Diretor Geral da Escola do Legislativo

Porto Velho, 03 de junho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral
SEI nº 0461838

ATO DE DIÁRIA Nº 0461853/2025/SEC-RH/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 06 (seis) diárias a servidora abaixo relacionada, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO a Cacoal/RO, no período de 02/06/2025 a 07/06/2025, para assessorar o Instrutor Marcus Antônio, durante a realização do curso de Libras. Será recolhido as assinaturas dos participantes, dirimindo as dúvidas do público que participarão do curso, promovendo o melhor aproveitamento das aulas ministradas proporcionando assim a qualificação dos discentes do curso, conforme processo nº 200.184.000064/2025-55.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
100021051	Debora de Mathias Fontana Avila	Analista Legislativo	Gab. do Diretor Geral da Escola do Legislativo

Porto Velho, 03 de junho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral
SEI nº 0461853

ATO DE DIÁRIA Nº 0461881/2025/SEC-RH/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 06 (seis) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO, Ariquemes/RO, Cujubim/RO a Machadinho d'Oeste/RO, no período de 02/06/2025 a 07/06/2025, para conduzir veículo oficial para transportar os servidores da Escola Legislativo que irão capacitar os servidores públicos e população para melhor desempenhar as suas atividades laborais em prol da comunidade, promover a comunicação inclusiva, formar cidadãos mais conscientes e contribuir para a construção de uma sociedade mais acessível e igualitária, conforme processo nº 200.184.000064/2025-55.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200177339	Alessandro Marcio Santos Domingues	Assessor de Direção	Divisão de Documentação e Arquivo

Porto Velho, 03 de junho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral
SEI nº 0461881

Ato de Diária nº 0462212/2025/SEC-RH/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO a Buritis/RO, no período de 04/06/2025 a 06/06/2025, para acompanhar o Deputado Dr. Luís do Hospital em visita ao município de Buritis, com o objetivo de reunir-se com o prefeito e vereadores para ouvir as principais necessidades da população, com ênfase nas demandas da área da saúde. Para promover melhorias para a comunidade local, conforme

processo nº 100.561.000059/2025-53.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200177517	Ronaldo de Araujo Danta	Assessor Parlamentar	Gab. Dep. Luis do Hospital

Porto Velho, 03 de junho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral
SEI nº 0462212

Ato de Diária nº 0462141/2025/SEC-RH/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO, Machadinho do Oeste/RO, Ariquemes/RO e Vale do Anari/RO, no período de 04/06/2025 a 07/06/2025, para realizar a segurança do Deputado Ribeiro do Sinpol, em cumprimento de agenda parlamentar, conforme processo nº 100.061.000207/2025-71.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200174065	Andre Felipe Carvalho Paraguassu	Assessor de Segurança	Assessoria de Segurança

Porto Velho, 03 de junho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral
SEI nº 0462141

Ato de Diária nº 0462590/2025/SEC-RH/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias ao Deputado Estadual **Marcelo Cruz da Silva**, matricula nº 200165401, pelo deslocamento via transporte aéreo de Porto Velho/RO a Boa Vista/RR, no período de 11/06/2025 a 13/06/2025, para participar da 2ª Reunião Ampliada do Colegiado de Deputadas e Deputados do Parlamento Amazônico, conforme Convite. Objetivo da viagem é atender aos interesses do Estado e da população rondoniense, sendo fundamental para o fortalecimento das relações institucionais, conforme processo nº 100.058.000051/2025-87.

Porto Velho, 03 de junho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral
SEI nº 0462590

Ato de Diária nº 0462279/2025/SEC-RH/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 06 (seis) diárias ao Deputado Estadual **Isequiel Neiva de Carvalho**, matricula nº 200165394, pelo deslocamento via transporte aéreo de Porto Velho/RO, Riberalta/BO, Trinidad/BO a Riberalta/BO, no período de 02/06/2025 a 07/06/2025, para participar do Foro Binacional Bolívia–Brasil, conforme convite oficial expedido pelo Secretário do Comitê de Políticas Financeiras, Monetárias, Tributárias e de Seguros da Câmara de Senadores da Bolívia. O evento tratará de temas de alta relevância para a região Norte e para o Estado de Rondônia, como mudanças climáticas, produção agropecuária e intercâmbio comercial. O objetivo é sobre a construção de uma proposta conjunta entre o Estado de Rondônia e o departamento de Beni, a ser apresentada na Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança Climática – COP 30, conforme processo nº 100.048.000079/2025-33.

Porto Velho, 03 de junho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral
SEI nº 0462279

Ato de Diária nº 0462308/2025/SEC-RH/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 06 (seis) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte aéreo de Porto Velho/RO, Riberalta/BO, Trinidad/BO a Riberalta/BO, no período de 02/06/2025 a 07/06/2025, para realizar o trabalho de assessoria de comunicação, com o registro de fotos, vídeos e filmagens, para a divulgação das ações parlamentares no site oficial da Assembleia Legislativa, nos veículos de comunicação do Estado e nas redes sociais, como forma de prestação de contas à sociedade, das atividades parlamentares desenvolvidas, conforme processo nº 100.048.000079/2025-33.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200172264	Nilson Nascimento da Silva	Assessor Técnico	Gab. Dep. Esequiel Neiva

Porto Velho, 03 de junho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral
SEI nº 0462308

Ato de Diária nº 0462160/2025/SEC-RH/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Ji-Paraná/RO a Vista Alegre do Abunã/RO, no período de 06/06/2025 a 07/06/2025, para conduzir o veiculo e prestar suporte às atividades parlamentares do deputado Delegado Camargo, com ênfase na divulgação das ações do mandato e no acompanhamento de demandas encaminhadas ao gabinete parlamentar, especialmente aquelas voltadas ao fortalecimento de políticas públicas para Pessoas com Deficiência (PCD), conforme processo nº 100.046.000216/2025-50.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200176519	Diogenes Oliveira da Silva Portela	Assessor Parlamentar	Gab. Dep. Delegado Camargo

Porto Velho, 03 de junho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral
SEI nº 0462160

Ato de Diária nº 0462193/2025/SEC-RH/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 01 (uma) diária ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO a Vista Alegre do Abunã/RO, no período de 07/06/2025 a 07/06/2025, para conduzir o veiculo e prestar suporte às atividades parlamentares do deputado Delegado Camargo, com ênfase na divulgação das ações do mandato e no acompanhamento de demandas encaminhadas ao gabinete parlamentar, especialmente aquelas voltadas ao fortalecimento de políticas públicas para Pessoas com Deficiência (PCD), conforme processo nº 100.046.000215/2025-13.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200176529	Kayan Cesar Travain Belmiro	Assessor Parlamentar	Gab. Dep. Delegado Camargo

Porto Velho, 03 de junho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral
SEI nº 0462193

Ato de Diária nº 0462606/2025/SEC-RH/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias ao Deputado Estadual **Lucas Torres Ribeiro**, matricula nº 200172281, pelo deslocamento via transporte aéreo de Porto Velho/RO a Boa Vista/RR, no período de 11/06/2025 a 13/06/2025, para participar da 2ª reunião ampliada do colegiado de Deputadas e Deputados do Parlamento Amazônico, na sede da Assembleia Legislativa do estado de Roraima. Objetivo da Viagem é estabelecer estratégias de fortalecimento para os estados que integram a Amazônia Legal, conforme processo nº 100.055.000246/2025-57.

Porto Velho, 03 de junho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral
SEI nº 0462606

Ato de Diária nº 0462613/2025/SEC-RH/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias a servidora abaixo relacionada, pelo deslocamento via transporte aéreo de Porto Velho/RO a Boa Vista/RR, no período de 11/06/2025 a 13/06/2025, para realizar assessoria parlamentar ao Deputado Lucas Torres, durante a 2ª reunião ampliada do colegiado de Deputadas e Deputados do Parlamento Amazônico, na sede da Assembleia Legislativa do estado de Roraima. Objetivo da Viagem é estabelecer estratégias de fortalecimento para os estados que integram a Amazônia Legal, conforme processo nº 100.055.000246/2025-57.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação

200176739	Gisele Aparecida de Souza	Chefe Gabinete Deputado	Gab. Dep. Delegado Lucas

Porto Velho, 03 de junho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral
SEI nº 0462613

Ato de Diária nº 0462337/2025/SEC-RH/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 06 (seis) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO a Cabixi/RO, no período de 02/06/2025 a 07/06/2025, para ministrar a oficina motivação para realização profissional e pessoal. Promover o autoconhecimento, a autoconfiança e o desenvolvimento de habilidades comportamentais que ajudara o indivíduo a alcançar metas e encontrar mais satisfação em sua vida pessoal e carreira, conforme processo nº 200.184.000067/2025-99.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
100007204	Aldo Dias Knightz	Assist. Tec. Legislativo	Gab. do Diretor Geral da Escola do Legislativo

Porto Velho, 03 de junho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral
SEI nº 0462337

Ato de Diária nº 0462357/2025/SEC-RH/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 06 (seis) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO a Cabixi/RO, no período de 02/06/2025 a 07/06/2025, para assessorar o Instrutor Aldo Dias, durante a realização da oficina profissional e Pessoal. Também será feito o recolhimento as assinaturas dos participantes, dirimindo as dúvidas do público que participarão do curso, promovendo o melhor aproveitamento das aulas ministradas proporcionando assim a qualificação dos discentes do curso, conforme processo nº 200.184.000067/2025-99.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200177446	Hiaglo Rnan Oliveira dos Santos	Assessor de Direção	Divisão de Apoio Administrativo

Porto Velho, 03 de junho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral
SEI nº 0462357

Ato de Diária nº 0462374/2025/SEC-RH/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:
Conceder 06 (seis) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO a Cabixi/RO, no período de 02/06/2025 a 07/06/2025, para conduzir veículo oficial para transportar os servidores da Escola do Legislativo que irão ministrar o curso de Motivação para Realização Profissional e Pessoal com mais qualidade e com o melhor atendimento aos alunos, conforme processo nº 200.184.000067/2025-99.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
100002361	Mario Alves da Mata	Motorista	Departamento de Transporte

Porto Velho, 03 de junho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral
SEI nº 0462374

Ato de Diária nº 0462234/2025/SEC-RH/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias a servidora abaixo relacionada, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO, Theobroma/RO, Jorge Teixeira/RO a Jaru/RO, no período de 06/06/2025 a 08/06/2025, para participar de reuniões, visita na APAE, em associações, festa da Agricultura e reunião na Associação APRHUT, para promover o diálogo com os representantes locais, com o objetivo de identificar demandas, viabilizar encaminhamentos, elaborar políticas públicas, indicar a destinação de emendas parlamentares e articular ações junto às instituições, conforme processo nº 100.041.000298/2025-82.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200177022	Joselia Maria Saraiva Moreira	Assessor Técnico	Gab. 1ª Secretaria

Porto Velho, 03 de junho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral
SEI nº 0462234

Ato de Diária nº 0462798/2025/SEC-RH/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Ariquemes/RO a Cujubim/RO, no período de 06/06/2025 a 08/06/2025, para realizar trabalhos de assessoria e comunicação, com registros de fotos, vídeos e filmagens, para divulgação das ações parlamentares do Deputado Pedro Fernandes, permitindo que a população tenha acesso às informações sobre o trabalho legislativo, suas propostas e contribuições para a comunidade, conforme processo nº 100.060.000152/2025-17.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200176579	Leonio de Souza Rodrigues	Assessor Parlamentar	Gab. Dep. Pedro Fernandes

Porto Velho, 03 de junho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral
SEI nº 0462798

Ato de Diária nº 0462779/2025/SEC-RH/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Cujubim/RO, Porto Velho/RO a Ariquemes/RO, no período de 04/06/2025 a 06/06/2025, para conduzir veículo e realizar a segurança do Deputado Pedro Fernandes em cumprimento de agenda parlamentar, conforme processo nº 100.060.000151/2025-64.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200174251	Jean Carlos Ferreira Oleias	Assessor de Segurança	Assessoria de Segurança

Porto Velho, 03 de junho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral
SEI nº 0462779

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

ATO Nº 011 SG-SPO/2025

Promove adequação ao orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

O Secretário Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia no uso de suas atribuições legais e conforme autorizações contidas no § 1º do art. 7º, *caput* e do art. 8º, da Lei n.° 5.982, de 29 de janeiro de 2025 - Lei Orçamentária Anual - LOA 2025 e Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º Promover adequação ao orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, conforme base legal, programação e valores especificados abaixo:

BASE LEGAL:

( ) Alteração de Elemento de Despesa (LOA art. 7º, §1º) (x) Remanejamento de Dotações (LOA art. 8º , I) () Crédito para Despesa com Pessoal (LOA art. 8º, II)

PROGRAMAÇÃO:

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
AJUSTE NEGATIVO				
01.001.01.846.0000.0095	**REALIZAR O PAGAMENTO DE DÍVIDAS, INDENIZAÇÕES E SENTENÇAS JUDICIAIS**	33.90.91	1500	1.000.000,00
		TOTAL		**R$ 1.000.000,00**

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
AJUSTE POSITIVO				
01.001.01.031.2126.2409	**PROMOVER A ATIVIDADE LEGISLATIVA E A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ**	33.90.14	1500	1.000.000,00
		TOTAL		**R$ 1.000.000,00**

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua assinatura.

Porto Velho, 02 de junho de 2025

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral

CORREGEDORIA

PORTARIA Nº 3/2025/CORREGEDORIA/CARTORIO/ALERO

O CORREGEDOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA , em obediência aos princípios instituídos no Art. 37, caput, da Constituição Federal, ao disposto no Art. 2º e 181, da LCE de nº 68/1992 e no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso II, do item 1, do inciso XXI, do anexo VII, da Lei Complementar n. 1.056 de 26 de fevereiro de 2020; publicada no DIOF-RO n. 038 de 28.02.2020,

R E S O L V E:

I- INSTAURAR Sindicância Administrativa Disciplinar, para apurar eventual irregularidade administrativa e responsabilidade funcional referente aos fatos mencionados no Processo SEI_100.1721.000002_2025_28 Cópias Integrais (0361564);

II - DETERMINAR que a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Portaria nº005/2025/CORREGEDORIA, publicada DO-e-ALE/RO nº052 do dia 20 de março de 2025, composta pelos servidores efetivos, **VANESSA LEITE FERNANDES,** matricula nº 200172913, ocupante do cargo de Professor, como Presidente, **DENICE DA SILVA MOURA** , matrícula nº 200170792, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, como membro e **ONEIDA ALICE DE SOUZA GUZMAN**, matricula nº 100008848, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, como membro; **APURE**, nos termos e no prazo do §2º do Art. 189 da Lei Complementar 68/92 e demais dispositivos aplicáveis, eventual irregularidade administrativa e responsabilidade funcional, que estejam em desacordo com a atuação funcional, ferindo as normas de conduta e ética elencadas no referido estatuto. Observando aos princípios do contraditório, ampla defesa e devido processo legal.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

(Assinatura Eletrônica)
Fadrício Silva dos Santos
Corregedor Geral

Documento assinado eletronicamente por **Fadrício Silva dos Santos**, **Corregedor Geral**, em 03/06/2025, às 11:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.al.ro.leg.br/validar, informando o código verificador **0462013** e o código CRC **B04C9A7A**.

Referência: Processo nº 100.191.000010/2025-56 SEI nº 0462013